



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HELIWELTON DO AMARAL CLEMENTE

O GRITO ESCRITO E DESENHADO: TÁTICAS DE MOBILIZAÇÃO DO
MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA NO RECIFE
(1988-2002)

RECIFE

2021

HELIWELTON DO AMARAL CLEMENTE

**O GRITO ESCRITO E DESENHADO: TÁTICAS DE MOBILIZAÇÃO DO
MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA NO RECIFE
(1988-2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda.

Linha de pesquisa: Política, Instituições e Gênero.

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C626g Clemente, Heliwelton do Amaral
 O Grito escrito e desenhado: táticas de mobilização do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife (1988-2002) / Heliwelton do Amaral Clemente. - 2021.
 164 f. : il.
- Orientador: Prof Dr Humberto da Silva Miranda.
 Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.
1. Infâncias. 2. Adolescências. 3. Jornal. 4. MNMMR. I. Miranda, Prof Dr Humberto da Silva, orient. II. Título

HELIWELTON DO AMARAL CLEMENTE

**O GRITO ESCRITO E DESENHADO: TÁTICAS DE MOBILIZAÇÃO DO
MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA NO RECIFE
(1988-2002)**

Dissertação aprovada em 29/11/2021

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Humberto da Silva Miranda (Orientador)

Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de
Pernambuco - UFRPE

Professor Dr. Tiago da Silva Cesar (Membro interno)

Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de
Pernambuco - UFRPE

Professor Dr. José Carlos da Silva Cardozo (Membro externo)

Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande -
FURG

RECIFE

2021

Dedico este trabalho a Valéria, Hildo e Hérlon.

AGRADECIMENTOS

Por mais que os pensamentos e a personalidade de pesquisadores e pesquisadoras estejam nas páginas de seus escritos, acredito que essa seja a parte que possibilita chegarmos mais perto de “analisar” seus corações.

Para começar, agradeço imensamente por tudo que recebi e recebo da minha mãe, Valéria, minha guardiã, mulher incrível e destemida que sempre me inspira. Faz alguns anos que, infelizmente, não consigo mais abraçar fisicamente meu pai, Hildo, pessoa que sempre será meu exemplo de honestidade e caráter, a quem sempre serei grato por tudo. Onde quer que ele esteja, espero que tenha orgulho de mim, assim como eu sempre terei dele. De todos os presentes que meus pais me deram, meu irmão mais novo, Hérlon, sempre terá sido o melhor possível e tem toda minha gratidão.

Não posso deixar de registrar um agradecimento e todo meu carinho para as minhas duas avós, Benedita e Lourdes, tesouros que tenho. Queria agradecer também ao meu avô, meus tios, tias, primos e primas, que são muitos.

Desde 2014 sou orientado pelo professor Humberto Miranda, com quem sempre aprendo muito. Mesmo sendo o orientando “mais chato” dele, sempre tivemos uma parceria maravilhosa. Sou muito grato pela orientação e amizade, o meu orientador é um referencial em inúmeros sentidos. Não posso deixar de agradecer aos outros professores da UFRPE, tanto da graduação quanto do mestrado. Em especial, ao professor Ronaldo, que sempre será uma inspiração para mim e uma estrela a brilhar no céu.

Os professores e professoras das minhas bancas de qualificação e defesa muito me ensinaram. Deixo meus agradecimentos aos professores Tiago Cezar e José Carlos, que conheci já no mestrado, e às professoras Juliana Andrade e Alcileide Cabral, que são referenciais desde a graduação. Também sou grato ao professor Hugo Monteiro. Foi uma honra contar com o cuidadoso e responsável trabalho de vocês. Agradeço também a Felipe Casado, que além de ter sido meu professor em mais de uma ocasião, agora também é um amigo. Deixo meus agradecimentos a todos os docentes e funcionários do PPGH da nossa querida UFRPE.

A pandemia do Covid-19 deixou muitas marcas no mundo todo. Construir uma dissertação nesse contexto foi extremamente complicado, no entanto, tive o privilégio de contar com pessoas que me ajudaram muito.

É sempre bom agradecer e encontrar os irmãos que a vida me deu, meus *brodas*. Victor e Gabriel sempre tiveram e sempre terão um papel fundamental na minha trajetória, tenho muita sorte de poder rir ao lado deles, que possuem a minha confiança e torcida em todos os momentos. É um privilégio caminhar ao lado de vocês, independente dos xingamentos envolvidos.

Deixo aqui registrado um agradecimento tão sincero que atravessaria até a noite mais densa para o meu grande amigo, e *shinigami* favorito, Luan. Quase 16.000 km me separam do melhor amigo que a escola me deu, mas a minha gratidão a Tiago (se *Kakashi* fosse uma pessoa, seria ele) não mede distâncias.

Eu falo muito e não posso deixar de ser grato (e sortudo) por ter pessoas dispostas a me ouvir. Nesse sentido, deixo um agradecimento muito especial para Carol, a tia disciplinada e exemplar que merece minha confiança e admiração todinha. Um agradecimento cheio de *chakra* para a melhor *senpai* do mundo, Bruna, parceria que já é um tesouro na minha jornada, ela será a *Rainha dos Piratas*.

Construir uma dissertação é uma tarefa muito árdua, ter uma linha de pesquisa unida e que se dá muito bem me ajudou demais. Sou muito grato por cursar o mestrado junto com a minha amiga Pâmela, grande *queridona* que desde a graduação é companheira nos momentos bons e ruins, além de cantora extremamente talentosa e dona de um riso contagiante. Outro que vem comigo desde a graduação é Adriano, sou grato a esse parceiro de orientação com quem sempre partilho e aprendo muito. Agradeço demais a Aílla, pessoa com quem me identifico bastante e adoro conversar, destaco o seu incrível gosto musical (muito parecido com o meu) e seu estilo impecável. Ronaldo é outro presente que esse mestrado me deu, um honrado *samurai* com um incrível senso de humor e potencial revolucionário. Também sou muito grato por poder conhecer melhor o prodígio, historiador e rapper que é Matheus. Não posso esquecer-me de agradecer a Karlla (a aluna chamada Marlla), grande articuladora e companheira. Minha gratidão também vai para Caíque, com quem tive a satisfação de confraternizar. Os trabalhos de vocês são excelentes, foi uma honra dividir salas de aula e salas do *Google meet* com pessoas tão incríveis.

Essa dissertação não seria possível sem a trajetória de luta do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, do Grupo Ruas e Praças e outras entidades que sonharam e fizeram o possível por um mundo melhor para as crianças e adolescentes. Minha imensa gratidão a Adriano Janssen, esteja onde estiver, e a Helena Janssen, casal que sempre me recebeu com muito carinho. Meus agradecimentos também vão para Dudui e Tonho das Olindas, pessoas maravilhosas que me deram atenção e muita ajuda. João Batista, Tiago e

Paulo foram essenciais na construção do presente trabalho, gratidão por compartilharem suas trajetórias comigo. Minha gratidão se estende a toda militância pela causa da infância, que essa dissertação também represente a atuação de vocês!

É oportuno agradecer aos amigos e amigas do LAHIN, espaço imprescindível para a materialização do presente trabalho e de diversos outros sobre a temática das infâncias, em diferentes perspectivas. Agradeço também a CAPES/CnPQ pelo incentivo e fomento à pesquisa e aproveito para ressaltar a importância das bolsas para o desenvolvimento das ciências no Brasil.

Por fim, agradeço a todos e todas que me ajudaram de alguma forma e acreditaram em mim, não posso deixar de registrar que essas páginas também representam muitos momentos de superação pessoal e espero que seja uma contribuição para um mundo mais justo.

RESUMO

Este trabalho objetiva construir uma narrativa histórica sobre a participação de crianças e adolescentes no jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, em Recife, entre os anos de 1988 e 2002. O periódico, mais conhecido como *O Grito*, foi uma publicação produzida por meninos, meninas e educadores sociais participantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) em Recife. Publicado pela primeira vez em 1988, o jornal se tornou um espaço para que os meninos e as meninas que integravam o MNMMR trouxessem notícias de suas comunidades, reflexões, denúncias, e registrassem acontecidos sobre os eventos planejados pela organização. A entidade responsável pela sua publicação, o MNMMR, é uma organização popular não governamental autônoma composta, sobretudo, por meninos, meninas, educadores sociais e voluntários que buscam, através do engajamento e da participação das próprias crianças e adolescentes, a conquista e a defesa de seus direitos. O MNMMR surge na década de 1980, a partir da articulação de educadores sociais que atuavam no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua e que fizeram oposição à concepção assistencialista e repressora do Estado no tratamento da infância e adolescência, baseada na Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) que vigorou de 1964 até 1990. As informações das notícias do periódico, investigado enquanto fonte histórica, foram entrecruzadas com a documentação, as publicações de divulgação do MNMMR e os relatos de memórias de pessoas que participaram da construção do jornal. As edições publicadas possibilitam, em uma perspectiva histórica, uma análise das aflições, das tensões e esperanças de meninos e meninas que circulavam entre ruas e calçadas dos bairros da capital pernambucana e que tiveram a oportunidade de transformar seus gritos em escritos e desenhos.

Palavras-chave: Infâncias; Adolescências; Jornal; MNMMR.

ABSTRACT

This work aims to build a historical narrative about the participation of children and adolescents in the newspaper *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, in Recife city, between 1988 and 2002. That periodical, most known as *O Grito*, was a publication produced by boys, girls and social educators who participated of the National Movement of Boys and Girls of the Street (*Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua* – MNMMR) from Recife. Published for the first time in 1988, the newspaper became a space for the boys and girls who were part of the MNMMR to brought news from their communities, reflections, complaints, and register happenings about the events planned by the organization. The entity responsible for its publication, the MNMMR, is an autonomous popular non-governmental organization composed mainly of boys, girls, social educators and volunteers, who seek, through the engagement and participation of children and adolescents themselves, the achievement and defense of their rights. The MNMMR emerged in the 1980s, from the articulation of social educators who worked in the care of children and adolescents in street situation and that they opposed the State's welfare and repressive conception in the treatment of childhood and adolescence which was based on the Minor Welfare National Policy (Política Nacional de Bem-Estar do Menor – PNBEM) that was in force from 1964 to 1990. The information from the newspaper's reports, investigated as a historical source, was intercrossed with the documentation, the dissemination publications of the MNMMR and the reports of memories of people who participated in the newspaper's construction. The published editions allow, in a historical perspective, an analysis of the afflictions, tensions and hopes of boys and girls who circulated in the streets and sidewalks of the neighborhoods of the capital of Pernambuco and had the opportunity to transform their screams into written records and drawings.

Keywords: Childhoods; Adolescences; Newspaper; MNMMR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem extraída da edição de agosto de 1988 do jornal <i>O Grito</i>	45
Figura 2 – Capa do jornal <i>O Grito</i> , edição de julho de 1989.	49
Figura 3 – Capa do jornal <i>Pé de Moleque</i> , edição de agosto de 1998.....	61
Figura 4 – Imagem extraída da edição de abril de 1992 do jornal <i>O Grito</i>	70
Figura 5 - Imagem extraída da edição de agosto de 1988 do jornal <i>O Grito</i>	111
Figura 6 - Imagem extraída da edição de novembro de 1989 do jornal <i>O Grito</i>	112
Figura 7 - Imagem extraída na edição extra de junho de 1990 do jornal <i>O Grito</i>	113
Figura 8 - Imagem extraída da edição de dezembro de 1993 do jornal <i>O Grito</i>	116
Figura 9 - Imagem extraída da edição de agosto de 1995 do jornal <i>O Grito</i>	117
Figura 10 - Imagem extraída da edição de maio de 1996 do jornal <i>O Grito</i>	118
Figura 11 - Imagem extraída da edição extra de setembro de 1989 do jornal <i>O Grito</i>	122
Figura 12 - Imagem extraída na edição de maio de 1990 do jornal <i>O Grito</i>	129
Figura 13 - Montagem com imagens extraídas da edição de maio de 1990 do jornal <i>O Grito</i>	130
Figura 14 - Imagem extraída da edição de junho de 1995 do jornal <i>O Grito</i>	133
Figura 15 - Montagem com os diferentes cabeçalhos do jornal <i>O Grito</i> no período de 1988 até 2002.	138
Figura 16 - Imagem extraída da edição de junho de 1991 do jornal <i>O Grito</i>	141
Figura 17 - Imagem extraída na edição extra de agosto de 1992 do jornal <i>O Grito</i>	142
Figura 18 - Imagem extraída da edição de junho de 1992 do jornal <i>O Grito</i>	143
Figura 19 - Imagem extraída da edição de maio de 1998 do jornal <i>O Grito</i>	144
Figura 20 - Montagem elaborada a partir das edições de agosto e dezembro do jornal <i>O Grito</i>	145
Figura 21 - Imagem extraída da edição de junho de 2002 do jornal <i>O Grito</i>	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nome dos 28 núcleos de base do MNMMR em Pernambuco no período de 1992 até 2002.	54
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Número de núcleos de base do MNMMR em Pernambuco (1992-2002)	54
Gráfico 2 - Proporção do número de crianças e adolescentes assassinados por 100.000 habitantes de 0 a 17 (1989).....	109

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Municípios que sediaram núcleos de base do MNMMR no período de 1992 até 2002	56
Mapa 2 - Bairros do Recife que sediaram núcleo de base do MNMMR no período de 1992 até 2002	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH – Associação Nacional de História

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CDI – Centro de Documentação da Infância

CEDAHL – Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina

CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CESPI – Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

CLAI – Conselho Latino-Americano de Igrejas

CPCE – Centro de Produção Cultural e Educativa

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CTC – Centro de Trabalho e Cultura

DPCA – Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECEPE – Escola de Conselhos de Pernambuco

ETAPAS – Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

JOC – Juventude Católica Operária

LAHIN – Laboratório de História das Infâncias do Nordeste

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

ONG's – Organizações Não Governamentais

NEV-USP – Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

RMR – Região Metropolitana do Recife

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USU – Universidade Santa Úrsula

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – O ESPAÇO PARA QUE OS MENINOS E MENINAS PODESSEM GRITAR	39
1.1. O Grito dos Meninos e Meninas de Rua: a arte de fazer	39
1.2. Movimentos sociais, a composição e a dinâmica do MNMMR: os núcleos de base. ...	50
1.3. As crianças, adolescentes e os educadores que compõem o MNMMR	64
CAPÍTULO II – MEMÓRIAS DE UM GRITO ESCRITO: O “JORNALZINHO” VIVENCIADO A PARTIR DE TRÊS PERSPECTIVAS	77
2.1. Relatos de memórias: dos núcleos de base até o “jornalzinho”	77
2.2. A produção das edições e a circulação dos exemplares	92
2.3. Um “jornalzinho”: imagens e representações.....	99
CAPÍTULO III – OS GRITOS ESCRITOS EM FORMA DE NOTÍCIAS: DENÚNCIAS, O DEBATE SOBRE OS DIREITOS E AS MUDANÇAS DO JORNAL	107
3.1. Relatos e retratos da violência: o jornalzinho como instrumento de denúncia.	107
3.2. Meninos e meninas participando dos debates sobre seus próprios direitos.....	121
3.3. Os exemplares de <i>O Grito</i> analisados em sequência: as modificações no jornalzinho ao longo de nosso recorte temporal (1988-2002).....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS	152
FONTES DOCUMENTAIS.....	158

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho consiste em construir uma narrativa histórica sobre o jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*, tendo como problema central da nossa investigação como se dava a participação das crianças e adolescentes no periódico e no movimento social responsável pela sua publicação, na cidade do Recife, durante o período de 1988 a 2002.

Investigar os processos de elaboração, circulação e aspectos técnicos do jornal *O Grito* é um de nossos objetivos específicos. Para tal, utilizaremos as publicações de divulgação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), seus documentos e relatos de memórias de pessoas que participaram da construção do jornal. Outro objetivo específico é analisar as notícias e imagens encontradas no periódico enquanto expressões das demandas dos meninos, meninas e educadores que integraram o MNMMR. Nesse sentido, buscamos mapear a atuação da entidade e revelar elementos de seu trabalho comunitário na capital pernambucana. Por fim, também está entre nossos objetivos específicos debater a questão social dos meninos e meninas em situação de rua no Recife no recorte temporal proposto, a partir das problemáticas apresentadas pelo jornal.

O recorte temporal explica-se pelas edições do jornal catalogadas, 1988 é o ano de surgimento do periódico, período em que a principal demanda do MNMMR é a luta pela promulgação do ECA. Os primeiros anos da década de 1990 são marcados por um trabalho da organização em prol de uma conscientização sobre tal documento legal e seu cumprimento. As edições catalogadas presentes no acervo do LAHIN proporcionam uma efetiva análise do jornal em série até 2002, por isso a delimitação em tal recorte.

A trajetória de como cheguei até o tema e o objeto do presente trabalho é também a narrativa de meus primeiros passos enquanto pesquisador e historiador. Para localizar o leitor no tempo, estamos falando de meados de 2015, ano cujo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completara seus 25 anos de existência.

No início da graduação, fui contemplado com uma Bolsa Iniciação Acadêmica (BIA) e tive a oportunidade de me envolver com a Escola de Conselhos de Pernambuco (ECEPE), programa responsável pela formação continuada de agentes do Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, descortinava-se para mim mais do que o aprendizado sobre o funcionamento de leis, órgãos da sociedade e entidades. O trabalho de articulação que demandava profissionais — advindos de diversas áreas das ciências — no

âmbito acadêmico, pedagógico e administrativo para que os direitos dessas crianças e adolescentes fossem efetivados, sempre me chamou atenção. Acredito que seja certo dizer que a História da Infância me abraçou antes que eu pudesse perceber.

Ao adentrar na Iniciação Científica¹ orientado pelo historiador Humberto Miranda, que também me orientou na Iniciação Acadêmica, trabalhei com a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife na década de 1980. A partir de então, comecei a entender melhor a “ciência dos homens no tempo” e a perceber como as fontes históricas podem ficar em silêncio ou gritar, a depender de como o historiador as interroga, assim como nos ditos de historiador francês Marc Bloch (BLOCH, 2001).

O meu trabalho de pesquisa estava atrelado à construção do acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN), espaço destinado, sobretudo, à produção e salvaguarda de fontes para subsidiar, numa perspectiva interdisciplinar, pesquisas no campo das infâncias no Nordeste. Tal espaço foi criado no contexto das referidas comemorações dos 25 anos do ECA² e inaugurado em 2016.

A tarefa de enriquecer tal acervo com fontes históricas sobre o MNMMR não apenas me trouxe maravilhosas experiências de aprendizado para além do âmbito acadêmico, como me proporcionou “uma viagem em termos de mergulho”, como pontua a historiadora Arlette Farge ao tratar dos arquivos enquanto ambiente de trabalho do historiador (FARGE, 2009, p. 11).

Tal “mergulho” era em locais específicos: na sede do MNMMR, em Recife, localizada no bairro de Santo Amaro, e no acervo pessoal de um casal de educadores sociais do MNMMR, Adriano Janssen e Helena Janssen, em sua residência que fica no bairro de Jardim Brasil, em Olinda, na Região Metropolitana do Recife (RMR). Nesses locais, nós da equipe responsável pelo trabalho de construção do acervo do LAHIN tivemos contato com os membros do MNMMR, que nos acolheram e sempre se dispuseram a ajudar com nossas tarefas. Enxergava ali a história não apenas através dos documentos, mas através daquelas pessoas, suas trajetórias e narrativas. Ao mesmo tempo, eu vivia os processos de conhecer o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, de estudá-lo enquanto pesquisador e

¹ O projeto de iniciação científica intitulado, Crianças e Adolescentes em situação de rua e a “educação popular” no Recife (1980 – 1990), foi financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE). No período de agosto de 2015 até julho de 2017 trabalhei com o subprojeto História do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, orientado pelo Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda.

² O projeto “25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Conquistas e Desafios” foi financiado pela Petrobrás e pelo Governo Federal. Tal projeto discutiu impactos alcançados na vida de crianças e adolescentes após a promulgação do ECA em 1990 e apresentou resultados obtidos em pesquisas com os agentes da causa da infância nas 9 capitais nordestinas.

interagir com seus membros que guardavam inúmeras memórias de vivências durante o meu recorte temporal.

Nas incursões para catalogar o material e as publicações que diziam respeito à organização, lembro-me bem da primeira vez que encontrei Adriano Janssen³, o holandês-brasileiro que tinha sido padre, educador social, conselheiro de direitos da criança e do adolescente e eterno militante pela causa infância. Naquele momento, Adriano — nos seus 82 anos — já não estava tão lúcido por conta da idade, mas observava com atenção o nosso trabalho sendo realizado em sua acolhedora residência. Sua companheira, Helena, sempre fazia questão de nos brindar com a sua calorosa companhia.

Lembro-me de ter me apresentado para Adriano e dito que estava pesquisando sobre “o que fizeram as crianças e adolescentes desse Movimento”. Com um sorriso de contentamento, disse-me que ficava feliz pela minha escolha, puxou de uma mesa próxima o seu exemplar do livro *As Veias Abertas da América Latina* e erguendo a obra do jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano como se fosse um estandarte bradou: “a raiz dos problemas das nossas crianças e adolescentes não é o que está na panela, mas sim, o fogo que aquece a panela”. Acredito que tal momento descrito é um marco em minhas memórias, um marco que firma minha percepção acerca da relevância social daquele trabalho que eu havia iniciado e que hoje continuo.

Os ditos de Adriano daquele dia fizeram com que eu me deparasse com uma introdução intitulada *120 milhões de crianças no centro da tormenta*, escrita pela primeira vez na década de 1970. Quando Eduardo Galeano (2010) trata da pobreza e desigualdade encontrada na América Latina ao longo do tempo traz à tona a problemática das doenças e da fome que atingiam aqueles meninos e meninas de tal território naquele momento. De acordo com o autor, apesar do enfrentamento de tantos problemas, “teimosamente, as crianças latino-americanas continuam nascendo, reivindicando seu direito natural de ter um lugar ao sol nessas terras esplêndidas, que poderiam dar a todos o que a quase todos negam.” (GALEANO, 2010, p.21). Gosto de pensar que a passagem supracitada representa o que

³ Nascido em 1933, na cidade holandesa de *Nootdorp*, Adriano Martinus Janssen iniciou seus estudos como seminarista aos treze anos. Com vinte e um, ele viaja para o Brasil, terra onde conclui seu seminário e passa a atuar como vigário auxiliar na em uma paróquia de Paulista, município do litoral norte pernambucano. No início da década de 1960, passa a atuar como educador da juventude operária e popular. Em 1974, larga o sacerdócio e casa-se com Helena Janssen. Nesse período, passa a trabalhar como taxista e tem um casal de filhos. Em 1984, assume a coordenação da Fundação Casa das Crianças, instituição criada com o intuito de prestar atendimento às crianças e adolescentes pobres da periferia de Olinda. Ainda na década de 1980 exerce a função de Conselheiro Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes em Recife, é nesse momento que conhece e passa a fazer parte do MNMMR (JANSSEN, 1989; 2013). Adriano faleceu no final de 2016, deixando como legado seu trabalho junto aos movimentos sociais e entidades da Igreja Católica — como a Juventude Católica Operária (JOC) — que lutaram em favor dos meninos e meninas em situação de vulnerabilidade.

Adriano queria que eu enxergasse: a teimosia, a resistência daqueles meninos e meninas que constituíram o MNMMR nas terras pernambucanas em meio a tantas dificuldades.

Visitando a casa de Adriano e Helena e a sede do MNMMR em Recife, levávamos a nossa curiosidade e equipamentos tecnológicos para que aquelas fontes históricas agora pudessem ser acessadas em meio digital. Nos ditos do historiador italiano Alessandro Portelli, o *scanner* e o computador são exemplos de meios de comunicação que excluem uma parte da humanidade, haja vista a quantidade de pessoas que não manejam tal tecnologia (PORTELLI, 2010, p. 2). Agora, por coincidência ou ironia do destino, estávamos ali, usando aqueles dispositivos por uma causa relacionada à inclusão.

Dentre as muitas publicações e documentos encontrados que falavam, sobretudo, acerca do que era o Movimento enquanto instituição, de sua organização administrativa, de seus “Encontros Nacionais” de ampla repercussão – um deles chega a ser retratado em documentário⁴ – e de sua luta pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, comecei a separar e organizar um certo “jornalzinho” para ser catalogado e digitalizado.

Com um nome que invocava urgência, desenhos rústicos e representativos, um forte tom de reivindicação e as opiniões e posicionamentos explicitados – por muitas vezes de forma arraigada – senti que o jornal tentara me conquistar, conquista que, nos ditos da historiadora Maria Helena Capelato, é objetivo de um jornal (CAPELATO, 1988).

Dessa forma, a investigação foi mostrando a relevância do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* para a trajetória do MNMMR de Pernambuco. O estudo sobre tal periódico que surgiu na capital pernambucana no ano de 1988 esteve presente em um capítulo de minha monografia⁵ orientada pelo Prof. Dr. Humberto Miranda, que continua sendo meu orientador. Trago, para o presente trabalho, os gritos daqueles meninos e meninas em forma de matérias publicadas, em um jornal construído com a participação deles e delas.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, mais conhecido pelo seu nome abreviado, *O Grito*, foi um jornal elaborado pelos meninos, meninas e educadores sociais participantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Publicado por membros do MNMMR em Recife, o periódico trazia notícias não apenas da capital pernambucana, mas de cidades vizinhas e, por vezes, de outros municípios do estado de Pernambuco. A sua primeira edição

⁴ Ver: CRIANÇAS Abandonadas - II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Direção de Tânia Quaresma. Brasília: Câmera 4; MNMMR; CPCE-UnB, 1989. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_VPL6-hSJbY&t=379s. Acesso em: 08/12/2020.

⁵ CLEMENTE, Heliwelton do Amaral. **Trajatória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife na década de 1980**. 2018. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

foi publicada em agosto de 1988, a partir disso, o periódico representou um espaço para que os meninos e as meninas trouxessem suas notícias, denúncias, críticas, reivindicações e registrassem acontecimentos marcantes para o Movimento, além de suas vivências, mencionando muitas vezes outras organizações que desenvolviam trabalhos com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A proposição de investigar um jornal como fonte histórica faz com que seja necessário tocar em questões relacionadas a um fazer historiográfico com tal tipo de documento. Ao trazer uma análise da história dos jornais no Brasil ao longo dos séculos, a historiadora Maria Helena Capelato afirma que os periódicos expressam, através de suas páginas, as lutas, ideais, compromissos e interesses de nossos antecessores. A autora ressalta a fertilidade desse tipo de fonte:

Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época. (CAPELATO, 1988, p. 13).

Dessa forma, ressaltamos o potencial do jornal *O Grito* em nossa investigação sobre como o MNMMR se organizava em torno da luta por suas demandas e quais os elementos que expressam a participação das crianças e adolescentes integrantes de tal entidade ao longo do recorte temporal escolhido. Quando trata da relação entre o conteúdo de um periódico e os seus idealizadores, a historiadora Tania de Luca observa:

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCA, 2008, p. 140).

Entendendo os jornais como projetos coletivos, como afirma Luca (2008), destacamos o que nos diz Capelato (1988) sobre os interesses de tal meio e comunicação: “Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos.” (CAPELATO, 1988, p.15).

Os artifícios utilizados pelos jornais para ganhar adeptos, mencionados por Capelato (1988), estão inseridos no campo da comunicação. Nesse sentido, ressaltamos os ditos dos historiadores ingleses Peter Burke e Asa Briggs em *Uma História Social da Mídia*: “Intenções imediatas, estratégias e táticas dos comunicadores precisam estar sempre relacionadas ao contexto no qual operam, assim como as mensagens que transmitem.” (BURKE; BRIGGS,

2006, p. 15). Dessa forma, entendemos a importância de analisar as estratégias, táticas e o contexto em que viviam os responsáveis pela publicação periódica.

Em sintonia com o que afirma Capelato (1988), apontamos que a meta de *O Grito* era conquistar adeptos para uma causa política, seja divulgando as ações do MNMMR, seja trazendo reflexões⁶ em suas matérias. Trazendo um debate sobre a utilização de periódicos impressos como fonte de pesquisa, o historiador Rafael Lapuente traz o seguinte alerta:

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes, buscando evidenciar – e cativar – o seu público-leitor. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, pois há, nos bastidores de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc. (LAPUENTE, 2016, p. 18).

O autor aponta também o cuidado que é necessário quando as análises focam exclusivamente nas matérias dos jornais para se conhecer o posicionamento do periódico (LAPUENTE, 2016). Dessa forma, fica evidenciada a importância de se analisar outros documentos e publicações do MNMMR no trabalho de investigação do periódico. O cruzamento entre as fontes é inerente ao nosso trabalho, tanto na investigação com as notícias do jornal quanto trabalhando com relatos de memórias sobre o periódico.

Os sujeitos históricos e o cenário político da redemocratização do Brasil

Em seu trabalho, *A imprensa na história do Brasil*, a historiadora Maria Helena Capelato recomenda que indagar quem são os responsáveis pela publicação de um jornal é uma pergunta pertinente para ser feita por um pesquisador no início de seu trabalho com periódicos (CAPELATO, 1988, pp. 12-13). Nesse sentido, o trabalho de Luca (2008, p. 140) também destaca a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pelo periódico investigado.

Em sintonia com as recomendações de Capelato (1988) e Luca (2008) entendemos a importância de trazer à tona um debate sobre a organização responsável pela publicação de *O Grito*, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Oportunamente, pedimos assentimento para usar o termo “Movimento” em alternância⁷ com a sigla MNMMR. Para entender as linhas de atuação do Movimento, faz-se necessário adentrar na narrativa sobre o

⁶ Um exemplo é a matéria “Reprimir ou educar?” (O GRITO, agosto de 1989, p. 4).

⁷ Para não tornar a repetição da sigla MNMMR algo cansativo, quando utilizarmos o termo “Movimento”, estaremos nos referindo ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Ao mencionar outros movimentos sociais, traremos suas siglas e seus nomes na íntegra.

surgimento de tal entidade. Tratando sobre a produção de trabalhos acerca dos movimentos sociais, Maria Gohn (1997) sintetiza um breve panorama sobre a criação de tais movimentos no Brasil, na década de 1980:

Ainda nos primeiros anos da década de 80, no plano da realidade brasileira, novos tipos de movimentos foram criados, fruto da conjuntura político-econômica da época. Foram movimentos que se diferenciavam tanto dos movimentos sociais clássicos — dos quais o movimento operário é sempre tido como exemplar — como também dos “novos” movimentos sociais surgidos nos anos 70, populares e não-populares. Foram os movimentos dos desempregados e das Diretas Já, que se definiam no campo da ausência do trabalho e na luta pela mudança do regime político brasileiro. Questões complexas que surgirão ao final dos anos 80, relativas ao plano da moral, da ética na política etc., estiveram presentes embrionariamente naqueles movimentos. Sua importância é dada pelo papel que desempenharam na política brasileira. O das Diretas Já, por exemplo, surgiu no momento de pico de um ciclo de protestos, contra o regime militar e a política excludente de desemprego, e demarcou o início de um novo ciclo de protestos, então centrado na questão da Constituinte. (GOHN, 1997, p. 285).

Trazer o surgimento do Movimento para o debate é também tratar das “questões complexas”, surgidas na década de 1980, mencionadas por Gohn (1997), e debater sobre a emergência de novos atores, como afirma o trabalho do sociólogo Eder Sader (1988) quando trata das novas configurações e identidades que caracterizam a dinâmica dos movimentos sociais do cenário brasileiro na década de 1980.

No cenário político e social do Brasil, a década de 1980 foi profundamente marcada pelo término do regime ditatorial civil-militar, ao passo que a atuação desses “novos movimentos sociais”, como menciona Gohn (1997), expandia-se.

Ao tratar do fim da ditadura-civil militar no Brasil, o historiador Carlos Fico afirma que podemos considerar que tal desfecho foi alcançado após um longo processo iniciado desde a posse do general Ernesto Geisel, em 1974, e encerrado na posse de um presidente civil em 1985 (FICO, 2015). O autor menciona que, em tal período, a principal preocupação dos responsáveis pela chamada “abertura política” – projeto de Geisel que ficou famoso pela alcunha de abertura “lenta, gradual e segura” – era devolver o poder aos civis e resguardar os militares.

A solução encontrada foi o envio ao Congresso Nacional de um projeto de anistia que beneficiava não só os presos políticos, mas também os militares (e civis) responsáveis pela repressão. O projeto foi pensado no final do governo Geisel e enviado ao Congresso no início do governo de João Figueiredo. Essa anistia, aprovada em 1979, se tornaria a principal cláusula da transição para a democracia. (FICO, 2015, p. 96).

Em relação a tal período de transição para a democracia, o historiador destaca o papel da Campanha das Diretas, mais conhecida como “Diretas Já!”. Surgida em 1983, tal

campanha representou resistência e uma articulação política em torno da luta pelo direito de eleições diretas para o cargo de Presidente da República. De acordo com o historiador:

[...] se a resistência não foi capaz de acelerar a abertura política, a dinâmica social daquela época foi muito importante para a configuração da democracia como a temos hoje em nosso país. A nova Constituição, que seria aprovada em 1988, foi definitivamente marcada pelo ressurgimento dos movimentos sociais que ocorreu no início dos anos 1980. (FICO, 2015, p. 103).

Dessa forma, percebemos o papel dos movimentos sociais na configuração de um país que estava se encaminhando para não mais ser governado pelo aparato militar instaurado em 1964 e para a conquista de direitos sociais que mudariam significativamente o tecido social.

No âmbito das questões ligadas à infância, o referido período de abertura política, que abrange o fim da década de 1970 e início da década de 1980, foi um período marcado por muitas campanhas, seminários, e debates acerca da problemática das crianças em situação de rua e de abandono no Brasil. Tal debate também acontecia no âmbito internacional, haja vista que o ano de 1979 “foi proclamado, pela Organização das Nações Unidas, o Ano Internacional da Criança.” (RESENDE, 2009, p.15). Por conta disso, em 1979 aconteceram várias ações que mobilizaram vários setores da sociedade brasileira:

As atividades levadas a cabo durante o Ano Internacional da Criança (1979), tais como campanhas, seminários e debates, contribuem para difundir de forma mais intensa no país a problemática situação das crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. (MNMMR, 1994, p.12).

Nesse contexto, surgiram grupos de educadores sociais que fizeram oposição à concepção assistencialista e repressora no tratamento da infância e da adolescência incluindo grupos progressistas ligados a Igreja Católica que criticavam a perspectiva das práticas de repressão e punição que caracterizavam as ações do Estado nas políticas no campo da infância e adolescência (MIRANDA, 2021). Entendemos que tal oposição feita por esses grupos, tornou o solo fértil para o surgimento do MNMMR.

O modelo de atendimento do Estado era autoritário e retirava crianças e adolescentes do meio em que viviam para colocá-los em instituições fechadas de recuperação. As instituições políticas tradicionais responsáveis por pensar uma possível solução para a causa da infância, naquele momento, revelavam-se cada vez mais incapazes de lidar com tal desafio, essa incapacidade do poder público é um elemento apontado pelo sociólogo inglês Anthony Giddens (2008, p. 144) como condição propícia ao desenvolvimento de movimentos sociais. Elementos dessa insatisfação e dos atos que revelam uma mobilização são sintetizados pelo trabalho da historiadora Alessandra Nicodemos:

No que diz respeito à infância e à juventude, o início da década de 1980 é marcada por intensas discussões, debates e ações práticas de educadores, técnicos de órgãos oficiais, agentes sociais e entidades, tendo como alvo a criança e o adolescente marginalizados, que culminam com a criação do MNMMR, em 1985. (NICODEMOS, 2020, p. 183).

A concepção assistencialista e as práticas repressoras que nos referimos estavam fundamentadas no Código de Menores⁸ e eram desempenhadas pelo Estado através do modelo FUNABEM/FEBEM⁹. A vigência e os objetivos dessas políticas oficiais foram expressos pelo historiador Humberto Miranda:

A Funabem, implantada em 1964 e extinta em 1990, passou mais de 20 anos procurando garantir a manutenção da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a partir de medidas de disciplina e controle, onde os estados e as instituições particulares passar a estar sob sua administração centralizadora. (MIRANDA, 2014, p. 18).

A Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) tinha parâmetros que, por muitas vezes, concebiam crianças e adolescentes em situação de abandono como em *situação irregular*, sobre isso, o Código de Menores, lei 6.697 de 10 de Outubro de 1979, em suas disposições preliminares preconiza:

Art. 2º - Para efeitos deste código, considera-se em situação irregular o menor:
 I- Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis provê-las.
 II- Vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável.
 III- Em perigo moral, devido a:
 a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 b) exploração em atividade contrária aos bons costumes.
 IV- Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável.
 V- Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária.
 VI- Autor de infração penal. (BRASIL, 1979, p.1).

Dessa forma, o Código de Menores buscava padronizar e homogeneizar os diferentes problemas enfrentados por meninos e meninas (MIRANDA, 2014). A insatisfação era latente e provocou a mobilização de diversos segmentos da sociedade, de acordo com a documentação do Movimento:

⁸ Lei Nº 6.697, de 10 de Outubro de 1979. Em suas disposições preliminares, tal legislação dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a “menores”. A pessoa de 0 a 18 anos de idade representa o “menor” para o referido documento legal (BRASIL, 1979).

⁹ “A Febem era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema Funabem/Febem.” (MIRANDA, 2014, p.18).

O modelo de assistência convencional, desenvolvido pelo Estado, através da Funabem, é questionado pelas crianças, pela imprensa, por estudiosos e pelos participantes das experiências alternativas, que expressam suas críticas por intermédio das ações que desenvolvem. Essas críticas refletem de certo modo a “falência” do Sistema Nacional de Bem-Estar do Menor. (MNMMR, 1994, p.13)

De forma descentralizada, os grupos insatisfeitos com as políticas públicas, passaram a desenvolver experiências alternativas para com as crianças e adolescentes, sobretudo, os que viviam em situação de abandono ou vulnerabilidade social.

Alguns desses grupos tiveram a oportunidade de se organizar em rede, por meio do *Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua*¹⁰. Tal projeto também chamado pela sua abreviatura, Projeto Alternativas, foi criado em 1981 e implantado em 1982, sendo cofinanciado pelo Fundo das Nações Unidas Pela Infância (UNICEF)¹¹, pela Secretaria de Ação Social e FUNABEM (MNMMR, 2002).

Ao tratar do referido projeto, o trabalho de Alessandra Nicodemos afirma: “Para a sua execução esse projeto contou, simultaneamente, com técnicos do governo e pessoas ligadas a iniciativas não oficiais voltadas para alternativas políticas para esse público [...]” (NICODEMOS, 2020, p. 183). Analisando a educação social de rua enquanto sistema pedagógico surgido na América Latina no final da década de 1970, o trabalho de Oliveira (2007, p. 148) afirma que tal Projeto começou a partir da disseminação e avaliação de experiências desenvolvidas por educadores e educadoras da Praça da Sé, na capital de São Paulo e de alguns projetos de base comunitária.

Sobre o objetivo do referido projeto, o historiador Humberto Miranda afirma: “A proposta tinha a função de mobilizar instituições governamentais e não governamentais que atuavam diretamente na assistência a crianças e adolescentes em situação de rua.” (MIRANDA, 2021, p. 206).

Apesar da importância do Projeto Alternativas na mobilização pela causa da infância na década de 1980, ressaltamos o que nos apresenta a investigação recente do historiador Humberto Miranda sobre a relação do referido projeto com o surgimento do MNMMR:

[...] o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua não surgiu determinadamente do Projeto Alternativas, mas da articulação das organizações não governamentais, mais notadamente de representantes da Igreja Católica progressista,

¹⁰ De acordo com a publicação *30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança* de autoria da UNICEF, o *Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua* foi criado em 1981 e considerado pela instituição como o embrião do MNMMR (UNICEF, 2019). Também encontramos o nome de tal projeto como: *Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua* tanto no trabalho de Resende (2008, p. 16) quanto no trabalho de Nicodemos (2020, p. 183).

¹¹ O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946 e está presente no Brasil desde 1950, apoiando as transformações na área da infância e da adolescência no País. Sobre o UNICEF ver: <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>. Acesso em: 05 ago. 2020.

que para além do questionamento da atuação dos governos militares, buscaram se afastar da filantropia caritativa. (MIRANDA, 2021, p. 219).

Nesse sentido, o autor trata sobre o papel de entidades religiosas¹² como o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) e da Pastoral do Menor no processo de mobilização e reivindicação nas políticas e legislações voltadas para crianças e adolescentes que culminaram na criação do MNMMR (MIRANDA, 2021). Dessa forma, entendemos que o Movimento emergiu da articulação, de um intercâmbio entre organizações que expressavam suas inquietações e reivindicavam novas políticas sociais no campo da infância.

A partir deste intercâmbio, em 1985, algumas pessoas de diferentes programas sentiram a necessidade de dar um caráter mais político a esta articulação, por entender que se fazia necessário provocar de fato uma mudança na política de atendimento às crianças e adolescentes. Não dava para continuar dependendo apenas de um projeto financiado pelo governo, enquanto a política mantida por este mesmo governo permanecia inalterada e os procedimentos práticos de atendimento continuavam contrariando os mais elementares princípios pedagógicos, como por exemplo, a prática de manter meninos trancafiados em “cafusas” (quartos escuros sem comunicação). (MNMMR, 2002, p.28).

A decisão de dar um caráter mais político para aquela articulação, mencionada na citação acima, materializa-se no encontro entre tais entidades em Brasília, acontecido em junho de 1985. Na ocasião, “decidiram criar uma organização não-governamental para a defesa e promoção dos direitos de meninos e meninas de rua do Brasil, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.” (MNMMR, 1994, p. 12). Nascido em 1985 e com sede em Brasília, o Movimento inicia seus trabalhos com a intenção de representar, em âmbito nacional, a articulação pela defesa dos direitos da infância e da adolescência marginalizadas no Brasil. De acordo com o trabalho de Nicodemos:

O MNMMR estruturou-se em oposição ao modelo de natureza assistencialista e repressor da política oficial do período anterior. Sua concepção político-pedagógica pretendia que a criança e o adolescente se constituíssem como protagonistas, sujeitos históricos do seu processo de crescimento e elementos ativos na defesa dos seus direitos de cidadania. (NICODEMOS, 2020, p. 183).

Um fato a se destacar é que, no ato de sua fundação, a organização foi batizada de *Movimento Nacional de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua*, nome que já deixa evidente a sua intenção de representar uma alternativa ao modelo assistencialista e repressor do Estado, regido pelo Código de Menores. Ainda no ano de 1985, é realizado o Encontro Nacional de Grupos Locais, evento em que são traçadas as diretrizes e algumas definições em relação à estrutura organizacional do Movimento, como por exemplo, a eleição

¹² O Padre Júlio Lancelotti e o Padre Bruno Secchi, da República do Pequeno Vendedor de Belém do Pará, estavam entre os representantes de tais grupos (MIRANDA, 2021, p. 203).

de uma Comissão Nacional com dois membros de cada região do Brasil, totalizando dez membros. Um fato a se destacar na trajetória da entidade é que, em agosto de 1986, no evento intitulado *II Assembleia Nacional do Movimento*, a organização aprova seu estatuto e passa oficialmente a se chamar Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (RESENDE, 2008, pp.16-17).

Em seus primeiros anos de existência, o MNMMR promove diversos eventos relacionados à conscientização e mobilização da sociedade em favor dos meninos e meninas em situação de vulnerabilidade. A organização chega a participar do processo da constituinte federal apoiando propostas patrocinadas por outras organizações e apresentando propostas elaboradas com base em sua própria atuação (NICODEMOS, 2020; MNMMR, 1994).

Em nossa investigação com as publicações de divulgação do Movimento, encontramos a informação de que o ano de 1988 é apontado como um ano de consolidação de tal organização no cenário nacional, além de ser o ano de fundação do jornal *O Grito*. Dessa forma, entendemos que o jornal *O Grito* surge em meio a um período cujo MNMMR busca ganhar espaço político. O tom de reivindicação e as denúncias dos crimes contra meninos e meninas nas ruas, sobretudo da capital pernambucana, que aparecem nas páginas do periódico, ligam-se ao cenário vivenciado e aos propósitos da organização responsável por sua publicação naqueles fins da década de 1980.

Um debate sobre a historiografia das infâncias

Investigar o lugar da criança e do adolescente na sociedade brasileira ao longo da história do país também é descortinar questões sobre mudanças e permanências. Através da historiografia construída em torno da temática da infância, podemos analisar como a condição desses meninos e meninas passam do anonimato para o reconhecimento – ao menos em tese – de seus direitos. A Escola dos *Annales* possui profunda influência sob os estudos historiográficos sobre a infância no Brasil. A interdisciplinaridade em tal campo do conhecimento é expressa pela influência das pesquisas no campo de diversas ciências como a Sociologia, a Psicologia, pelas práticas culturais e condição social das crianças. Tais temas estão amplamente relacionados às discussões sobre a assistência à infância ao longo da história do Brasil.

Inserido no campo da História da Infância, o nosso debate historiográfico se inicia com a obra *História Social da criança e da família*, publicada pelo historiador francês Philippe Ariès. O representante da terceira geração dos *Annales* utiliza a infância de Luís XIII

como exemplo para tentar responder a indagação: “existe um sentimento de infância?”. A obra foi publicada no Brasil pela primeira vez na década de 1970 (ARIÈS, 1986).

Trabalhando com uma grande variedade de fontes documentais, Ariès (1986) utiliza desde a arte medieval, predominantemente de cunho religioso, até passagens bíblicas, quando analisa a representação das crianças na arte e literatura. A nudez, as roupas e retratos também compõem as fontes analisadas pelo autor no âmbito da representação das infâncias. Apesar de críticas posteriores¹³ por parte de diversos historiadores, o trabalho do historiador francês é considerado um marco na historiografia da infância.

Representando o elo entre as questões de determinado presente que influenciam na escolha de historicizar determinado passado, existe um diálogo entre a produção da historiografia nacional e as questões debatidas no Brasil e no mundo, visto que no fim da década de 1970 aconteceram avanços nas políticas públicas voltadas para infância. Como já mencionado aqui, no âmbito internacional, 1979 foi considerado o Ano Internacional de Criança, marcado por muitas campanhas, seminários e debates que contribuíram para que sociedade refletisse, de forma mais intensa, sobre a problemática da situação das crianças e adolescentes no Brasil e no mundo.

A implementação do Código de Menores de 1979, no mesmo ano, também é um elemento que aponta para um momento de mudança no pensamento jurídico e assistencial nas políticas públicas no âmbito da infância e adolescência (MIRANDA, 2008, p. 21).

De acordo com Miranda (2014, p. 24), a década de 1980 marca o início das produções históricas que tinham a infância como questão central de análise. O historiador destaca ainda que a Demografia Histórica foi a área responsável pela sistematização de pesquisas e da organização de acervos que se debruçavam sobre a assistência às crianças no Brasil.

Da perspectiva da Demografia Histórica, mencionada anteriormente, surge na Universidade de São Paulo (USP) em 1984, o Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL). O centro se constituiu como um núcleo de estudos sobre a infância no Brasil. Tal instituição viabilizou um levantamento da bibliografia, documentação e fontes sobre a temática da infância abandonada, subsidiando dissertações, teses e publicações sobre o tema (NASCIMENTO, 2006, p. 23).

Entre as produções viabilizadas pelo CEDHAL, destacamos a obra *História Social da Criança Abandonada* de Maria Luisa Marcílio. A autora afirma que ignorar a marginalidade

¹³ O trabalho de Müller e Hassen (2009) menciona Ariès como quem primeiro discutiu a emergência da noção de infância entendida como categoria social e trazem críticas realizadas por outros autores à análise e ao método empregado pelo historiador francês (MÜLLER; HASSEN, 2009).

social da criança abandonada ou ilegítima é fazer uma História Social, História da Família, História do Cotidiano, incompletas, omissas e insuficientes (MARCÍLIO, 1998, p. 127). Trabalhando com uma volumosa e variada documentação sobre o “menor desvalido”, Marcílio analisa a trajetória da assistência à infância abandonada no Brasil e enumera três fases:

A primeira fase, de caráter caritativo, estende-se até meados do século XIX. A segunda fase - embora mantendo setores e aspectos caritativos - evoluiu para o novo caráter filantrópico, e está presente, a rigor, até a década de 1960. A terceira fase, já nas últimas décadas do século XX, surge quando se instala entre nós o Estado do Bem-Estar Social, ou o Estado Protetor, que pretende assumir assistência social da criança desvalida e desviante. Só a partir dessa fase, a criança tornou-se sujeito de Direito, partícipe da cidadania. (MARCÍLIO, 1998, p. 132).

Em consonância com a enumeração feita por Marcílio (1998), o nosso recorte temporal se insere, sobretudo, no alvorecer da terceira fase, quando a criança e o adolescente tornam-se sujeito de direitos.

Renato Pinto Venâncio é outro pesquisador do referido núcleo de estudos que ampliou o debate sobre a infância abandonada. Em 1988, a dissertação do historiador, com o título *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII*, apresenta uma análise sobre o abandono de crianças pobres na então capital do país, valendo-se da investigação de registro de batismos de paróquias em zonas rurais e urbanas do Rio de Janeiro. Posteriormente, Venâncio (2004) vai estudar questões como as práticas de assistência à infância pobre e a necessidade que muitas mulheres tinham de abandonar os próprios filhos. O recorte geográfico de tal trabalho é predominantemente as cidades de Salvador e Rio de Janeiro.

Demonstrando a utilização de vasto acervo de fontes, Venâncio (2004) e Marcílio (1998) trazem estudos sobre a dinâmica do abandono de crianças na Roda dos Expostos, abordando também a questão da mortalidade das crianças expostas em termos de motivações e estatísticas. Ao mencionarmos a temática da mortalidade infantil atrelada à Roda dos Expostos, estabelecemos um diálogo com o trabalho da historiadora Alcileide Cabral do Nascimento (2006), que contribuiu significativamente para o nosso entendimento acerca das primeiras ações no campo da política pública para infância no estado de Pernambuco.

Em sua tese, *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*, Nascimento (2006) analisa as formas e causas do abandono indiscriminado de crianças e as práticas infanticidas na capital pernambucana durante seu recorte temporal.

Utilizando documentos como atas da Câmara Municipal do Recife, cartas, ofícios, leis, relatórios, o livro de receitas e despesas da Casa dos Expostos e inúmeras outras fontes, a autora traz debates sobre as práticas assistencialistas do governo e investiga como as crianças sobreviventes se tornaram um problema social na capital pernambucana do final do século XVIII e início do XIX. Na sua discussão sobre o abandono, a Casa dos Expostos e a Roda dos Expostos são elementos que fazem parte das ações no âmbito da política pública para crianças e adolescentes em Pernambuco, construídas a partir de uma lógica caritativa (NASCIMENTO, 2006).

Trazer um trabalho que possui como recorte geográfico, o Estado de Pernambuco se faz relevante, quando por um levantamento, percebemos que mesmo os trabalhos que mencionam uma “abrangência nacional” tratam mais especificamente do eixo São Paulo – Rio de Janeiro. Outro exemplo de trabalho cujo recorte geográfico é diferente do mencionado eixo abrange a capital do Rio Grande do Sul e também possui um recorte temporal anterior ao século XX.

A tese de José Cardozo, "*Como se fosse meu filho?*" *As crianças e suas famílias no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (1860-1899)*, investiga a situação das crianças e adolescentes tuteladas na capital porto-alegrense da segunda metade do século XIX. Através de documentos como autos judiciais de tutela, o autor também investiga a atuação do Juízo dos Órfãos de Porto Alegre, instituição responsável por julgar os processos judiciais, trabalhando com a perspectiva teórico-metodológica da História Social (CARDOZO, 2015).

As coletâneas, *História da Criança no Brasil*, e, *Histórias das Crianças no Brasil*, publicadas pela primeira vez respectivamente em 1991¹⁴ e 2004¹⁵, foram organizadas pela historiadora Mary Del Priore e apontam para uma articulação dos trabalhos sobre a história da infância no Brasil. As publicações de pesquisadores e pesquisadoras como Edson Passetti, Marco Antonio Santos, Esmeralda Moura¹⁶, autores aqui já mencionados como Renato Venâncio, além da própria Mary Del Priore, dentre outros e outras, trazem debates sobre o

¹⁴ Não tive acesso à publicação *História da Criança no Brasil* organizada por Mari Del Priore, no entanto, obtive tal informação sobre o ano da primeira publicação da obra através do trabalho de Pereira (2008, p.3) que sintetiza algumas obras pertinentes para a historiografia da infância no Brasil (PEREIRA, 2008).

¹⁵ A edição de *Histórias das Crianças no Brasil* cujo tive acesso é a 7ª, publicada no ano de 2010.

¹⁶ Lamentavelmente, a historiadora Esmeralda de Moura faleceu durante a construção da presente dissertação, em abril de 2021. Deixamos aqui, as nossas condolências e a nossa gratidão. Extremamente querida e reconhecida em seu meio de atuação, Esmeralda foi homenageada na apresentação ao *Dossiê Direitos das Crianças e Adolescentes na América Latina de 2021*, publicado na Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Sobre tal homenagem, ver: MIRANDA, H. da S.; CARDOZO, J. C. da S. Apresentação ao Dossiê: Direitos das Crianças e Adolescentes na América Latina – Homenagem a Profª. Esmeralda Moura. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 6–7, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/12843>. Acesso em: 22 abr. 2021.

cotidiano das crianças no Brasil colonial e imperial, a relação entre a criança e a criminalidade, as brincadeiras infantis, a questão das crianças e adolescentes trabalhadores e outras pautas que diziam respeito à temática da infância e adolescência no Brasil, abarcando um período que vai do século XVI ao XX (PRIORE, 2010).

Percebemos, aqui, uma ampliação dos trabalhos no campo da História da Infância, que antes partiram, em sua maioria, da perspectiva da Demografia Histórica e passaram a abordar questões sobre o trabalho, o cotidiano, a legislação no âmbito da infância, enfim, os temas vão se multiplicando conforme avançamos nas décadas do século XX e adentramos no século XXI.

De acordo com a historiadora Ivonete Pereira (2008, p. 4) em 1984, na Universidade de Santa Úrsula - RJ, foi fundada a Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CESPI - USU) que criou o Centro de Documentação da Infância (CDI). Outro núcleo de pesquisa com significativa importância para os estudos da infância, o centro reuniu, organizou e tornou acessível uma grande variedade de documentos provenientes de diversos arquivos, incentivando o desenvolvimento de pesquisas sobre a infância pobre, no Brasil e na América Latina, e chamando atenção para a necessidade para a promoção de ações sociais em prol da população infanto-juvenil (PEREIRA, 2008). É importante ressaltar aqui, que estamos falando da época de mobilizações em torno da causa infância, período em que surge o próprio MNMMR.

Das produções proporcionadas pelo CDI, destacamos o trabalho da socióloga Irene Rizzini, lançado em 1993, *A Criança no Brasil Hoje: desafio para o terceiro milênio*, que traz diversas análises sobre os problemas sociais enfrentados por crianças e adolescentes no século XX, sobretudo questões relacionadas à legislação e a construção familiar. A complexidade do tema da infância demanda uma abordagem interdisciplinar expressa pelos muitos diálogos com outras ciências, dessa forma, os estudos de áreas que se correlacionam com a História – levantados pela referida produção do CDI – apresentam significativa relevância para os estudos da infância a partir de uma perspectiva histórica.

Em relação aos estudos na área da História da Infância que possuem como recorte temporal o século XX, observamos que as fontes relacionadas à justiça são amplamente utilizadas. A tese da historiadora Sílvia Arend, *Filhos da criação: Uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*, traz uma análise sobre o programa de colocação familiar implementado por autoridades do Poder Judiciário na Florianópolis da década de 1930. Partindo da documentação emitida pelo Poder Judiciário, Arend (2005) investiga as motivações que levaram os filhos de grupos sociais populares urbanos, migrantes,

descendentes de açorianos, madeirenses e afrodescendentes, a ingressarem no referido programa. A autora trabalha com a noção de “menor abandonado” prescrita no Código de Menores de 1927 e descreve experiências vivenciadas por esses meninos e meninas considerados como “abandonados” nos lares dos seus acolhedores, chamados de “guardiões” (AREND, 2005).

Sobre as publicações que representam uma articulação entre historiadores e historiadoras em torno da questão das infâncias que foram publicadas recentemente, destacamos a obra *História das Crianças no Brasil Meridional*¹⁷. Apesar de possuir o extremo sul do Brasil como recorte geográfico, a obra apresenta trabalhos que debatem a multiplicidade de experiências de infância, tomando como recorte temporal, principalmente, a virada do século XIX para o século XX. Além de Silvia Arend, Esmeralda Moura e José Cardozo — autoras e autor que já mencionamos —, o trabalho reúne historiadores e historiadoras ligados a Associação Nacional de História (ANPUH) como Ana Volpi Scott, Ana Paula Zanella e Tiago da Silva Cesar. O fazer historiográfico com documentos de cartórios, revistas, imagens e outras fontes, desvelam análises sobre o passado das múltiplas crianças e adolescentes que viveram na região mais meridional do Brasil (CARDOZO et al., 2020).

Em relação aos trabalhos que se circunscrevem no campo da História da Infância que possuem como recorte geográfico o estado de Pernambuco, além do já mencionado trabalho de tese da historiadora Alcileide Nascimento (2006), adentramos em outros trabalhos produzidos em torno de tal recorte espacial. A maioria dos trabalhos que encontramos possui o recorte temporal no século XX, a produção pernambucana na área ainda não se apresenta como volumosa, mas se encontra em significativo crescimento¹⁸.

Ordenando por recorte temporal, destacamos inicialmente o trabalho da historiadora Vera Braga. Em sua tese, publicada em 2011, intitulada, *A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929)*, a autora analisa matérias de periódicos pernambucanos no início do século XX e mostra como tais matérias marginalizavam crianças pobres utilizando, por exemplo, termos como “pivete”. Braga (2011) traz ainda uma análise da legislação vigente no âmbito da infância.

¹⁷ A primeira edição da obra foi publicada em 2016. Tive acesso a segunda edição, publicada em meados de 2020.

¹⁸ Atualmente, trabalhos de dissertações e teses estão sendo desenvolvidos, sobretudo, nas áreas da História Social e da Educação. Tais trabalhos estão ligados aos programas de pós-graduação de universidades pernambucanas, parte deles está subsidiando-se de fontes do LAHIN e permitindo produtivos diálogos entre pesquisadores e pesquisadoras de tal temática.

O trabalho de dissertação, *Meninos, moleques, Menores: faces da infância no Recife (1927-1937)*, do historiador Humberto Miranda, apresenta uma análise dos modos e motivos que levaram crianças e adolescentes que viviam no mundo das ruas ao recolhimento para a Casa de Detenção do Recife, escolas correcionais e outras instituições de confinamento. Traçando o período de 1927 a 1937 como recorte temporal, o historiador debate sobre a criação do Código de Menores de 1927 e o desdobramento de tal aparato jurídico e assistencial nos seus primeiros dez anos de vigência. O autor utiliza prontuários, jornais e outras tipologias documentais como fontes e historiciza o cotidiano de meninos e meninas nas ruas e prisões do Recife (MIRANDA, 2008).

Desta vez em sua tese, *Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)*, o historiador Humberto Miranda (2014) constrói uma narrativa sobre meninos e meninas que passaram pela experiência de internação nas unidades da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM) no Estado de Pernambuco. A partir da perspectiva metodológica do trabalho com narrativas orais, o trabalho do historiador traz à tona a trajetória de três pessoas que, em seu tempo de infância e adolescência, estiveram em conflito com a lei e passaram pelas unidades da Febem na condição de internos. A análise e o cruzamento dos relatos de histórias de vida com inúmeras outras fontes documentais, se apresentam como referência do ponto de vista teórico-metodológico.

As produções no campo dos estudos das infâncias vêm se ampliando em Pernambuco, no cenário atual, temos um núcleo de estudos ligado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, o Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN). Criado em 2015, no contexto das comemorações pelos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o laboratório salvaguarda documentos, depoimentos orais, audiovisuais e diversas outras fontes que subsidiam pesquisadores e pesquisadoras da História e de outras áreas, incluindo diversas fontes que fazem parte da construção do presente trabalho.

Assim como no caso dos núcleos de pesquisa e produção acadêmica, mencionados anteriormente, o LAHIN também representa uma articulação entre diversas pessoas e instituições que desenvolvem pesquisas sobre infância, advindas de diversos campos de estudo. Desde fontes no âmbito jurídico, até redações e desenhos produzidos pelas próprias crianças e adolescentes, tal acervo dispõe de vasta documentação do Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA-PE). Parte do LAHIN também conta com diversas fontes documentais advindas da Escola de Conselhos de Pernambuco. Em termos materiais, podemos encontrar diversas obras e publicações sobre as infâncias e temáticas afins, do ponto de vista da História, das Ciências Sociais, da Pedagogia ou de outras

ciências humanas, as prateleiras do LAHIN fornecem um manancial para pesquisadores, pesquisadoras e profissionais da educação.

Nos últimos anos tenho me debruçado nas documentações e publicações do MNMMR que constam no acervo do LAHIN, sua digitalização foi imprescindível para a construção do presente trabalho, haja vista os árduos tempos de pandemia que enfrentamos. A materialização dessa dissertação já é um fruto da importância desse espaço que promove a produção científica.

O presente trabalho dialoga com a perspectiva de análise da participação e do protagonismo das crianças e adolescentes no tecido social em uma perspectiva histórica, trazendo à tona o trabalho com fontes históricas produzidas a partir da atividade de meninos e meninas. O nosso trabalho também objetiva ser mais um elo presente na articulação que vem resultando em trabalhos construídos no campo das infâncias, para assim, contribuir com pesquisas futuras.

Trabalhos sobre o MNMMR: diálogos interdisciplinares

No sentido afirmado por Moacir Gadotti (1999), a interdisciplinaridade estabelece o diálogo entre os muitos ramos em que se dividem as ciências e está presente em diversos campos. Tal diálogo é um elemento relevante em nosso trabalho, haja vista que analisar a atuação de um movimento social nos demandou interações com referências teóricas e metodológicas das ciências sociais. A interdisciplinaridade aparece nos trabalhos mencionados em nosso debate historiográfico acerca das infâncias, inclusive no trabalho metodológico.

A partir de um esforço na busca por trabalhos construídos sobre o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, percebemos que a produção acerca de tal movimento social é pouco numerosa e advém de muitas áreas das ciências humanas. Através de uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), encontramos alguns trabalhos circunscritos em variados ramos das ciências que nos ajudaram a pensar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, a construção de nossa pesquisa e no trabalho com as fontes produzidas por tal entidade.

Faremos aqui, uma breve descrição dos autores e dos trabalhos encontrados e adensaremos as informações sobre algumas dessas obras ao longo dos capítulos. O trabalho de Antonio Pereira, *A Educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*

(MNMMR): a contribuição do Projeto Axé na legitimação da Pedagogia Social de Rua insere-se no campo da Pedagogia Social e trata do papel do MNMMR no campo político e educacional (PEREIRA, 2011). Na área da Linguística, a tese de Viviane Melo Resende intitulada *Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise o protagonismo juvenil*, apresenta os desdobramentos de uma pesquisa acerca do MNMMR no Distrito Federal (RESENDE, 2008).

Trabalhando com os relatos de vivências de membros do MNMMR, Tiago Barra construiu sua dissertação, na área da educação, intitulada *O papel formativo do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) na comunidade do Lagamar através da perspectiva dos participantes: uma experiência de construção da resiliência e do empoderamento* (BARRA, 2015). Na área da educação física, *O lúdico e o trabalho como elementos formadores na vida cotidiana das meninas do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Florianópolis*, dissertação construída por Marcelo Perim, apresenta uma análise da relação entre o trabalho e a cultura lúdica de adolescentes em uma comunidade da capital catarinense (PERIM, 2003). Construída no campo da Sociologia, *O Averso da violência: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a luta pela cidadania para crianças e adolescentes no Brasil*, dissertação de Mauro Figueiredo, apresenta um debate sobre como o MNMMR junto com outras entidades pressionaram o governo e contribuíram para a promulgação do ECA (FIGUEIREDO, 1996).

É importante ressaltar que até aqui os trabalhos abordaram a atuação do MNMMR em nível nacional e em algumas cidades e estados do Brasil, mas nenhum deles possui o estado de Pernambuco como recorte geográfico. Outro ponto é que nenhum deles se insere na área da História, fato que reveste o nosso trabalho de relevância. Nesse sentido, apontamos o papel do LAHIN na construção de trabalhos pautados na historicização das vivências dos meninos e meninas no território pernambucano, assim como trabalhos que tratem sobre a atuação do MNMMR para com crianças e adolescentes. Dessa forma, destacamos uma produção recente e fruto do LAHIN que trata sobre a atuação do MNMMR em terras pernambucanas. O trabalho de dissertação¹⁹ do historiador Bernardo Cavalcanti, intitulado *Das ruas para as aulas de História: infâncias, cidadanias e direitos humanos*, investiga, sobretudo, a dificuldade que alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola do município pernambucano do Cabo de Santo Agostinho possuem em relação à percepção da participação

¹⁹ O trabalho foi construído no contexto do Mestrado profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), programa que exige, além da dissertação, a produção de material paradidático.

política de movimentos sociais no processo de redemocratização do país na década de 1980 (CAVALCANTI, 2018).

Desse modo, ressaltamos a relevância de nossa pesquisa, haja vista que na perspectiva da História da Infância ainda é difícil encontrar trabalhos que tratem da participação das crianças e adolescentes em movimentos sociais. O presente trabalho possui como pretensão contribuir com a causa da infância, através de uma pesquisa desenvolvida no campo da História Social. Articulando referenciais teóricos e metodológicos da “História vista de baixo”²⁰ buscaremos investigar as formas como as crianças e adolescentes que faziam parte do MNMMR de Recife participavam e se organizavam em torno das práticas desenvolvidas pela instituição no período de 1988 a 2002. Um ponto a se destacar é que, até o presente momento, ainda não existem produções utilizando o jornal *O Grito* como fonte, trazendo-nos a gratificante responsabilidade de trabalhar com uma fonte significativamente inédita.

Por conseguinte, História Social da Cultura Regional é a área de concentração do presente trabalho, circunscrevendo-se na linha de pesquisa *Política, Instituições e Gênero* e abordando o tema da violação dos direitos. Dessa forma, um enfoque da linha abordado pela nossa pesquisa a ser destacado é a preocupação com os estudos dos direitos humanos e com as diferentes violações produzidas historicamente (HUNT, 2009), temáticas trazidas à tona por diversas vezes ao tratarmos das notícias do jornal *O Grito*.

Por fim, após sintetizarmos os elementos introdutórios, apresentamos a estrutura do presente trabalho através de uma divisão em três capítulos. No primeiro capítulo, trazemos à tona as principais características do jornal *O Grito* enquanto publicação periódica do MNMMR, evidenciando os pontos marcados pela participação dos meninos e meninas. Analisamos o contexto em que surge o “jornalzinho” e revelamos elementos sobre o nosso trabalho historiográfico com fontes periódicas que norteiam nossa investigação. Ao trazer para o debate aspectos teóricos acerca dos estudos que envolvem movimentos sociais, descortinamos questões sobre o cenário político brasileiro, contexto que representou solo fértil para a emergência de inúmeros movimentos sociais na década de 1980. Apresentamos informações sobre a composição administrativa do MNMMR e adentramos no papel dos núcleos de base enquanto espaço de trabalho da organização. A complexidade da problemática do menino e menina em situação de rua e o papel do educador social no MNMMR também são questões presentes em nossa investigação.

²⁰ De acordo com o historiador Jim Sharpe, o termo entrou na linguagem comum dos historiadores após a publicação do trabalho do historiador inglês Edward Thompson intitulado, *The History from Below*, em 1966 (SHARPE, 1992, pp. 40-41).

No segundo capítulo, tratamos de questões referentes ao jornal *O Grito* através, sobretudo, de relatos de vivências e memórias de três pessoas que participaram, cada um a partir de uma função diferente, da construção do periódico. Trouxemos para o debate, referenciais teóricos e metodológicos relacionados ao trabalho do historiador com relatos de memória, que permearam nosso fazer historiográfico utilizando entrevistas temáticas. Tentando entender, principalmente, como era o processo de elaboração das edições e distribuição dos exemplares de *O Grito*, investigamos elementos acerca da dinâmica dos “bastidores” do “jornalzinho” e empreendemos a construção de uma narrativa que traz elementos sobre história de cada um dos entrevistados com o MNMMR.

O terceiro capítulo é centrado na análise das notícias do periódico. A violência contra meninos e meninas em situação de vulnerabilidade é a temática que mais aparece nas matérias de *O Grito*, por isso, trouxemos à tona as notícias que falam de agressões, torturas, ameaças e assassinatos de crianças e adolescentes na capital pernambucana. Tais notícias transparecem o tom denunciador do jornal e dialogam com os dados trazidos que apontam Recife como uma capital extremamente perigosa para os “menores”. Outro tema central do capítulo é a participação dos meninos e meninas, que integravam o MNMMR, no debate sobre as leis no âmbito da infância e adolescência. Nessa perspectiva, destacamos as notícias que trazem elementos da participação das crianças e adolescentes nos eventos do Movimento e que dizem quais são as suas demandas no âmbito político e social. Buscamos evidenciar elementos acerca do trabalho de politização dos meninos e meninas desenvolvido pelo MNMMR e investigar o discurso construído pela entidade acerca de suas demandas. Também empreendemos uma análise das edições em sequência para que pudéssemos apontar as principais modificações apresentadas pelo periódico, tanto nas feições gráficas quanto no conteúdo, ao longo de nosso recorte temporal. Durante todo o capítulo, procuramos evidenciar como as falas dos meninos e meninas faziam parte da construção das notícias de *O Grito* e estabelecemos conexões entre o conteúdo das matérias, o conteúdo das entrevistas que realizamos e as publicações do MNMMR.

CAPÍTULO I – O ESPAÇO PARA QUE OS MENINOS E MENINAS PUDESSEM GRITAR

No presente capítulo, traremos um debate sobre as principais características do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, descortinando desde o motivo do nome do jornal até os aspectos materiais da publicação periódica. Nesse sentido, analisamos o contexto vivido pela instituição responsável por sua publicação, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em 1988, ano em que surge o “jornalzinho”. Elementos sobre o fazer historiográfico com fontes periódicas permeiam o capítulo e descortinam feições do nosso trabalho metodológico.

A partir de uma perspectiva teórica acerca dos estudos sobre movimentos sociais, destacamos como o cenário político vivenciado pelo Brasil nas décadas de 1970 e 1980, que abriram espaço para tais movimentos. Através de um estudo acerca da dinâmica de funcionamento do MNMMR, tratamos da composição administrativa de tal entidade, nesse sentido, apresentamos dados encontrados sobre a atuação do Movimento em Pernambuco, enfatizando o papel dos núcleos de base para o trabalho comunitário desenvolvido pela organização.

Ao adentrarmos na complexa questão dos meninos e meninas em situação de rua, discutimos acerca da multiplicidade de tal problemática. Analisando a documentação e publicações do MNMMR, apontamos dados sobre a quantidade de crianças e adolescentes envolvidas diretamente com as atividades do Movimento em terras pernambucanas ao longo da década de 1990. Explorando as questões sobre o papel dos agentes pedagógicos do MNMMR, trouxemos à tona elementos norteadores da proposta pedagógica da entidade. Por conseguinte, buscamos evidenciar os diálogos entre as fontes analisadas e referências teóricas.

1.1. O Grito dos Meninos e Meninas de Rua: a arte de fazer

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, mais conhecido pelo seu nome abreviado, “*O Grito*”, foi uma publicação periódica produzida por meninos, meninas e educadores sociais participantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Recife. A sua primeira edição foi publicada em agosto de 1988, a partir disso, o periódico representou um

espaço para que os meninos e as meninas trouxessem suas notícias, denúncias, críticas, reivindicações e registrassem acontecimentos marcantes para o Movimento. A publicação, que era distribuída gratuitamente, também trata sobre as vivências de meninos e meninas nas ruas do Recife e na Região Metropolitana da capital pernambucana, mencionando muitas vezes outras organizações que desenvolviam trabalhos com crianças e adolescentes em situação vulnerabilidade.

O trabalho da historiadora Maria Helena Capelato (1988) traz uma análise sobre o uso de jornais como fonte histórica mostrando, sobretudo, os significados de tal fonte para a história e historiografia brasileira. Apontando elementos e características essenciais para uma análise dos periódicos como fonte, Capelato (1988, p. 33) afirma que o título²¹ de um periódico pode explicitar elementos sobre o grupo do qual ele é porta-voz ou até mesmo exprimir seus propósitos de luta. Nesse sentido, ao tratar sobre o uso de jornais como fontes históricas o trabalho²² do historiador José D'Assunção Barros afirma que em alguns casos “os historiadores não precisam despender muito esforço analítico para conseguir nos jornais as diversas posições políticas ou ideologias, pois elas não são escamoteadas e por vezes são até mesmo estampadas já nos títulos dos periódicos” (BARROS, 2019, p. 176).

Dessa forma, iniciar a análise respondendo o motivo do nome do periódico sob nossa investigação, além de oportuno, é tratar sobre um elemento que podia revelar para os seus leitores a finalidade que tal periódico tinha para o MNMMR. Adriano Janssen — educador social do Movimento, redator-chefe e articulador no processo de elaboração do referido periódico — trata sobre a motivação do título “*O Grito*” ao escrever suas memórias e vivências no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua em Pernambuco, de acordo com o educador:

Grito e choro são reações espontâneas que vêm de dentro do peito, sempre provocadas pela dor ou pela alegria. No caso dos nossos meninos, constatamos mais dor do que alegria. No entanto, ter um espaço onde eles pudessem gritar sua dor era por demais importante. (JANSSEN, 2013, p. 42).

²¹ A autora menciona os seguintes exemplos de títulos de jornais brasileiros que transpareciam o grupo do qual faziam parte ou seus propósitos de luta: *O periódico dos Pobres* (Rio de Janeiro), *O Brado da Miséria* (Pernambuco), *A Voz do Povo* (Belém do Pará), *A voz do Artista* (Goiás), *O Amigo do Escravo* (Rio de Janeiro), *O Operário* (Fortaleza), *A Questão Social* (Santos) (CAPELATO, 1988, p. 33).

²² O trabalho de Barros (2019) e o de Luca (2008) tratam os periódicos como todos os tipos de publicação impressa que circulam publicamente com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou até mesmo irregular.

Dessa forma, entendemos que a publicação periódica também é fruto das situações enfrentadas por esses meninos e meninas e possui múltiplos significados para quem participou de sua construção, como veremos ao longo do presente trabalho.

Ao tratar de jornais de pequeno porte, a historiadora Maria Capelato afirma: “Os pequenos jornais que expressam reivindicações específicas de determinados grupos sócio-políticos são muito importantes para os estudos históricos. Eles existiram desde o Brasil Colônia e proliferaram na segunda metade do século XIX.” (CAPELATO, 1988, p. 33). Nesse sentido, o trabalho da autora ressalta o potencial dos jornais que envolvem lutas políticas e sociais, como no caso de *O Grito*: “O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.” (CAPELATO, 1988, p. 34).

Em sintonia com as supracitadas afirmações da historiadora, ressaltamos o potencial do jornal *O Grito* enquanto fonte histórica para a investigação das reivindicações específicas da organização responsável pela sua elaboração. Nos dois primeiros anos do jornal, matérias como “Basta de violência”, “Criança não é caso de Polícia”, “Um, dois, três, queremos nossas leis” e “Estatuto já” são exemplos de uma reivindicação específica do MNMMR e todas elas foram publicadas entre setembro e novembro de 1989, apontando por uma pressão pela mudança no panorama legal do país no âmbito da infância e adolescência que viria, ao mesmo em tese, no ano seguinte com a promulgação do ECA. Dessa forma, o jornal também reflete como o Movimento se organizou em torno de suas demandas específicas em cada momento.

No exercício de uma reflexão sobre as fontes documentais presentes na construção de trabalhos sobre a História da infância no Brasil, as historiadoras Esmeralda Moura e Sílvia Arend (2020) propõem um desmembramento desses repertórios de fontes documentais em três grupos: “as que tratam *sobre* as crianças, as que foram produzidas *para* as crianças e as que foram geradas *pelas* crianças ou por pessoas adultas sobre a infância” (MOURA; AREND, 2020, p. 47).

Por conseguinte, o periódico que representa nossa principal fonte de análise se inscreve nas fontes geradas pelas próprias crianças e adolescentes — envolvendo também pessoas adultas responsáveis por práticas educativas do MNMMR — e nos revela elementos do cotidiano dos meninos e meninas nas ruas da capital pernambucana, durante o nosso recorte temporal que é de 1988 até 2002.

Sobre a motivação de tal recorte, buscamos contemplar o período abarcado por 56 edições catalogadas presentes no acervo do LAHIN, período que vai desde a fundação do periódico, que teve sua primeira edição publicada em agosto de 1988, até 2002. A nossa

investigação aponta que após o referido período de nosso recorte, o jornal durou poucos anos, tendo encerrado as suas atividades no ano de 2006.

Trazendo uma análise na perspectiva historiográfica de como a imprensa tornou-se objeto da pesquisa histórica, a historiadora Tania de Luca (2008) traz um debate sobre a localização de periódicos na história da imprensa brasileira²³.

Nesse sentido, Capelato (1988) sintetiza elementos sobre a imprensa brasileira ao longo dos períodos da trajetória do país. O jornal *O Grito* nasceu no ano de 1988, ano em que a redemocratização ainda era recente, sobre tal período a autora afirma: “Com a ‘abertura’ política, os jornalistas encontraram espaço e motivação para rever o papel da imprensa na história do Brasil. Os temas da liberdade e censura estão no eixo das discussões.” (CAPELATO, 1988, p. 62).

Para a organização responsável pela sua publicação, o ano de 1988 marca o início de um período de consolidação (1988 – 1992) cujo Movimento empenha-se na inclusão dos direitos para crianças e adolescentes através de participação ativa nos processos de elaboração de constituições estaduais e leis orgânicas municipais (MNMMR, 1994, p. 17).

Analisando o papel do MNMMR no processo de mudança das políticas governamentais e não governamentais no âmbito da infância e adolescência nas décadas de 1980 e 1990, a historiadora Alessandra Nicodemos aborda a atuação do Movimento em seus primeiros anos e traz à tona elementos específicos sobre o ano de 1988.

Em 1988, no mesmo ano em que a constituição é promulgada, realiza-se o III Encontro Nacional, sendo aprovado um documento que estabelece um plano de trabalho para garantir os avanços na Carta. Nessa direção, o MNMMR articula-se com outras entidades da sociedade civil para a organização de atos de denúncia, manifestações e publicação de levantamentos estatísticos sobre a situação da infância e da adolescência no país, bem como sobre o extermínio a que estava submetida essa população. Em torno das prioridades definidas nesse encontro ocorrem, ainda, seminários, debates, formação de educadores e constitui-se uma rede de movimentos visando a conscientização e a mobilização da sociedade em prol da criança de rua e contra a exclusão social a que estava submetida. (NICODEMOS, 2020, p. 186).

Dentre as atividades mencionadas que representam a mobilização do MNMMR em torno da situação das crianças e adolescentes naquele ano de 1988, a autora menciona a Passeata das Cruzes, organizada em Recife com o propósito de denunciar os assassinatos e extermínios na capital pernambucana (NICODEMOS, 2020, p. 186). A autora também menciona a contribuição da organização no debate nacional sobre os direitos no âmbito da infância e adolescência:

²³ Luca (2008) menciona trabalhos da historiadora Maria Helena Capelato como referências tanto no estudo da história da imprensa no Brasil quanto no fazer historiográfico com periódicos impressos.

No mesmo ano de 1988, a nível nacional, juntamente com outras entidades, o MNMMR contribuiu, efetivamente, para a organização do Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (FDCA). (NICODEMOS, 2020, p. 187).

Dessa forma, entendemos que *O Grito* surge num contexto cujo MNMMR desenvolveu inúmeras ações tanto em relação à denúncia da violência contra crianças e adolescentes, quanto no debate por uma mudança no panorama legal do país no âmbito da infância e adolescência, debate catalisado pelo cenário político profundamente marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988.

Um fato importante a ser ressaltado no caso do jornal *O Grito*, é que a equipe responsável pela sua elaboração não envolvia profissionais do jornalismo²⁴. A partir da ressalva, problematizamos questões referentes à utilização do adjetivo “alternativo” quando falamos do “jornalzinho” do Movimento de Recife.

Em outras palavras, pensar em afirmar que a publicação periódica constituía “imprensa alternativa” do MNMMR nos leva a problematizar questões sobre tal conceito que precisam vir à tona. De acordo com o jornalista Bernardo Kucinski o surgimento da imprensa alternativa remete aos periódicos que faziam oposição ao regime no período da ditadura civil-militar brasileira (KUCINSKI, 2001, p. 5). Tratando dos chamados, jornais alternativos, no Brasil, a historiadora Inara Sousa (2014) afirma que:

A iniciativa de criação de jornais alternativos tinha o objetivo de contornar a censura e levar aos leitores informações não divulgadas pela grande imprensa. A imprensa alternativa foi um espaço assumidamente de oposição, abarcando diversas correntes políticas, pois, apesar da censura, ela se constituiu como local de reflexão e de expressão de intelectuais, jornalistas e leitores. (SOUSA, 2014, p. 39).

Antes de consagrar-se como “alternativa”, a imprensa de oposição surgida no período da ditadura civil-militar no Brasil recebeu outras denominações como: nanica, independente e política. O termo “imprensa nanica” deveu-se principalmente ao seu porte econômico²⁵ e a adoção do formato tabloide, o que, em termos físicos tornava esses jornais menores do que os jornais convencionais. Para citar alguns dos mais famosos: *O Pasquim*, *Opinião*, e *Movimento* (CAPELATO, 1988).

Kucinski (2001) associa a expressão “imprensa alternativa” a veículos impressos de abordagem distinta e formato diferente dos jornais e periódicos “convencionais”, esses periódicos faziam, por princípio, oposição ao discurso oficial. Tal oposição fez com que o

²⁴ Veremos adiante que o envolvimento de um profissional do jornalismo dava-se nos processos diagramação e impressão, mas não nas reuniões que resultavam na construção das edições do periódico.

²⁵ No entanto, os jornais *Pasquim* e *Opinião* tiveram vendagens comparáveis a de jornais da grande imprensa (SOUSA, 2014, p. 43).

aparelho militar distinguisse os jornais alternativos dos demais e empreendesse perseguições e censura prévia. O autor traz uma análise semântica do termo *alternativa*:

[...] o radical de alternativa contém quatro significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 2001, p. 5).

Trazendo tais significados para o diálogo com o jornal *O Grito*, podemos afirmar que o periódico do Movimento não está ligado às políticas dominantes, pelo contrário, lutou para que elas mudassem. No momento em que o jornal nasce, podemos afirmar que representou uma maneira de lidar com uma situação difícil, não como “única saída” no sentido afirmado por Kucinski (2001, p.5), mas como um espaço para “gritar em meio às desvantagens”, no sentido afirmado por Janssen (2013, p. 42).

Tanto Kucinski (2001) quanto Sousa (2014) apontam que a imprensa alternativa possui ligação com um fazer jornalístico que desvia da grande imprensa tradicional. No caso desses periódicos, existia uma preocupação com as vendas para a manutenção dos jornais, tais periódicos eram elaborados por jornalistas profissionais que, por muitas vezes, trabalhavam simultaneamente para a grande imprensa (SOUSA, 2014, p. 44).

A partir dessa investigação, percebemos que as feições de um jornal alternativo estão demasiadamente ligadas a um fazer jornalístico, expressão intelectual e mercado de trabalho, enquanto o jornal do MNMMR de Recife possui feições de uma prática educativa e atividade baseada nos princípios da organização, além de ter surgido no período posterior ao regime da ditadura civil-militar brasileira.

É importante ressaltar que em nossa análise das edições do periódico e outras publicações do MNMMR, a utilização do termo “jornal alternativo” não aparece. A organização ao que tudo indica, não enxergava *O Grito* como tal, portanto, apesar de representar resistência, “alternativo” não é o termo mais adequado para se referir a publicação construída pelos meninos, meninas e educadores na capital pernambucana. Mas afinal, o que era *O Grito* para o MNMMR de Recife? Que termos o próprio jornal se atribuía?

Logo na primeira edição da publicação, o jornal reserva metade de sua segunda página para uma autoapresentação, na qual questiona as “tão poucas chances” e pergunta por qual motivo a sociedade está tratando tão mal esses meninos e meninas. Nesse contexto, prometem gritar através da “boca” que seria o jornal (O GRITO, agosto de 1988, p. 4).

Figura 1 – Imagem extraída da edição de agosto de 1988 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

Em nossa investigação, procuramos saber quais termos aparecem na documentação e nas publicações de divulgação do Movimento quando mencionam tal periódico. Nesse sentido, uma publicação que fala sobre as formas de organização e trabalho do Movimento de Pernambuco²⁶, define o jornal como “um instrumento de denúncias e protestos da meninada, levando às ruas e periferias o grito escrito dos meninos e meninas, alertando a sociedade sobre situações e injustiças sociais.” (MNMMR, 2002, p. 48).

O exemplo mais objetivo de uma edição que traz à tona como o jornal retrata a si mesmo é a 16ª, cujos exemplares foram para as ruas em agosto de 1991. Ressaltando o jornal como uma das “grandes riquezas do Movimento”, a referida edição afirma:

Comparando-se a existência do Grito com jornais de outros movimentos, podemos nos considerar fortes e persistentes. O que é mais uma prova de organização constante. O nosso jornal sempre publica matérias sobre a vida dos meninos, com destaque, pois o Grito pertence a eles, sendo uma das poucas coisas que têm na vida. (O GRITO, agosto de 1991, p. 3).

Tal edição traz uma matéria que celebra o aniversário²⁷ de 6 anos de existência do MNMMR, o jornal enfatiza o envolvimento dos meninos, meninas, educadores e educadoras da organização e atribuem a força do jornal naquele momento ao trabalho de seus colaboradores.

²⁶ A publicação busca registrar a trajetória do MNMMR em Pernambuco, celebrando seus 17 anos de existência. Os textos contam com diversas ilustrações e fotos que retratam as atividades do Movimento por todo estado e tratam sobre a história, as formas de organização e as práticas pedagógicas do MNMMR em terras pernambucanas.

²⁷ Em Pernambuco a data de aniversário do MNMMR é comemorada no dia 10 de agosto (O GRITO, agosto de 1991, p. 1).

É por isso tudo que o grito de Pernambuco é muito forte e impressiona a todos. Porque combatemos a violência a que os meninos são submetidos nos eu dia-a-dia; denunciemos maus tratos, violência e mortes; lutamos por leis novas e mais justas; oferecemos formação para os educadores; ajudamos no fortalecimento da organização dos meninos e meninas do Centro do Recife e Olinda, além dos bairros mais problemáticos... (O GRITO, agosto de 1991, p. 1)

Dessa forma, temos afirmações que apontam que o veículo de informação girava em torno da organização das atividades dos meninos e meninas. A razão de existir do jornal era ser um espaço para que as crianças e adolescentes do MNMMR do Recife pudessem participar da construção de notícias e vê-las publicadas.

Carinhosamente chamado por vezes de “nosso jornalzinho” (O GRITO, outubro de 1988, p. 1), o periódico pernambucano não possuía financiamento. Nele, a publicidade era praticamente inexistente²⁸ e sua distribuição era gratuita. Tais elementos reforçam que *O Grito*, não era um instrumento de arrecadação e sim estratégia de comunicação e conscientização.

Pensar no periódico enquanto estratégia de comunicação da organização, implica em pensar quem o produzia e a quem se destinava, elementos apontados como essenciais para analisar um periódico, conforme afirma o trabalho de Capelato (1988). De acordo com o redator-chefe do jornal, Adriano Janssen, no período em questão, acontecia na sede do MNMMR²⁹ com a frequência semanal, uma reunião entre ele, meninos, meninas e educadores. Juntos, escutavam os fatos e selecionavam as matérias para preparar o jornal. Nos ditos do educador do Movimento: “Tudo que acontecia nas ruas a turma trazia para ser publicado. A dinâmica era muito interessante, todos os fatos eram colocados e juntos fazíamos a seleção.” (JANSSEN, 2013, p. 41).

Nas 56 edições que analisamos, a presença de elementos sobre o processo de elaboração do jornal em si é muito rara, no entanto, no segundo capítulo trataremos mais de tal dinâmica, através da análise dos relatos de memória de pessoas que participaram da construção do jornal.

A distribuição do periódico é outro importante elemento mencionado por Adriano Janssen. De uma forma mais geral, o educador nos conta que a maior parte dos jornais era distribuída pelos próprios meninos e meninas em lojas, repartições e escolas (JANSSEN, 2013). Segundo o próprio jornalzinho, os exemplares iam “[...] para os colegas na rua, nos

²⁸ Encontramos apenas duas propagandas no jornal, ambas em edições do ano de 1989, a primeira na 4ª edição que foi às ruas no mês de julho e a segunda na 8ª, publicada em novembro do mesmo ano.

²⁹ Nas primeiras edições consta que a sede fica no seguinte endereço: Rua Floriano Peixoto, 85 - Edf. Vieira da Cunha - sala 341, Recife. A partir das edições do segundo semestre de 1994, o endereço que consta nas edições, muda para: Rua Capitão Lima, 132 - Santo Amaro – Recife. Esse último é o atual endereço da sede do MNMMR na capital pernambucana.

bairros, nas ocupações e nas escolas noturnas. É lá que se discutem sobre os fatos noticiados, suas causas e consequências, fazendo deste jornal mais um instrumento de reflexão.” (O GRITO, agosto de 1991, p. 3). Quando menciona “os bairros”, a matéria está tratando, sobretudo, dos bairros onde o Movimento atuava através de seus núcleos de base, ponto que terá um aprofundamento do longo de nossa investigação.

O conteúdo das notícias nas edições será tema central do terceiro capítulo do presente trabalho. Mas de uma forma geral, a maioria das notícias trata de situações de violência para com meninos e meninas ocorridas nos bairros do Recife, alguns bairros de Olinda³⁰. Outros municípios da Região Metropolitana do Recife também costumam aparecer com notável frequência, o que nos faz acreditar que o jornal também chegava a esses lugares, visto que as notícias eram construídas, por muitas vezes, a partir de relatos dos lugares de onde vinham os meninos e meninas³¹.

Como afirmam Barros (2019) e Luca (2008), a periodicidade é elemento que constitui a própria noção de periódico. Desde os primeiros contatos com *O Grito*, a irregularidade em sua periodicidade nos chamou atenção. De acordo com sua edição de inauguração: “Todos os meses vamos gritar através desta ‘boca’.” (O GRITO, agosto de 1988, p. 4), tal afirmação abre espaço para pensarmos que a ideia inicial da organização era publicar o jornalzinho mensalmente, pretensão que não foi concretizada.

Ao direcionar nossa investigação para o intervalo entre as edições, percebemos que a irregularidade é um elemento presente em todos os anos do jornal. Para ilustrar tal proposição, podemos destacar os dez primeiros anos do jornal, equivalente aos 120 meses que vão de agosto de 1988 até agosto de 1998, nesse período, foram publicadas 43 edições. Ao dividirmos³² o número de edições publicadas pelo número de meses, nesses 10 primeiros anos, obtemos um número perto de 3.

No entanto, não existe nenhum padrão nos intervalos cujas edições do jornal não eram publicadas. Em outras palavras, não dá para dizer que as edições eram publicadas a cada, mais ou menos, 3 meses. Dentre os raros exemplos de edições publicadas em meses consecutivos, podemos citar a 21^a e a 22^a, publicadas em outubro e novembro de 1992, respectivamente.

³⁰ O bairro de Peixinhos é um desses exemplos de bairros de Olinda que aparecem em muitas edições, seja como cenário de denúncias, seja como lugar de algum evento comemorativo. Outros municípios da Região Metropolitana do Recife e da Zona da Mata pernambucana também aparecem, no entanto, não é comum.

³¹ Trataremos da relação entre a construção das notícias e os núcleos de base do MNMMR no segundo capítulo do presente trabalho.

³² No cálculo, temos o número de meses (120) dividido pelo número de edições publicadas (43): $120/43 = 2,79$. Acreditamos ser razoável arredondar tal resultado para 3.

A justificativa para tal fato não chega a aparecer nas matérias do periódico. Dessa forma, buscamos uma resposta para a questão através do responsável pela arte final e diagramação do jornal. Quando perguntando sobre a periodicidade, o jornalista Paulo Gonçalves nos afirmou: “O jornal saía ao sabor dos acontecimentos. Quando Adriano reunia um volume de informações a partir dos relatos dos meninos e meninas, me passava os manuscritos. Não era mensal, nem bimestral, pode-se dizer que era ‘de vez em quando’.” (GONÇALVES, 2020, informação escrita).

A dependência de se ter uma quantidade de relatos das crianças e adolescentes para que pudessem construir uma edição do periódico, sinaliza-nos mais um ponto em que a participação desses meninos e meninas era imprescindível para o jornal.

Ao tratar de aspectos muito pertinentes para pensarmos o que era o jornal para a organização e para esses meninos e meninas, existem diversas questões do âmbito da metodologia de trabalho do historiador com esse tipo de periódico que precisam vir à tona.

A historiadora Tania de Luca apresenta os jornais como “empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.” (LUCA, 2008, p. 140). Tal definição possui elementos da definição de impresso, suscitada pela historiadora Arlette Farge (2009) que afirma que os impressos são textos dirigidos intencionalmente ao público, com a intenção de divulgar ideias ou modificar situações (FARGE, 2009, p. 13).

O trabalho de Luca (2008) traz uma sistematização de procedimentos e sugestões analíticas com o objetivo de auxiliar os historiadores e historiadoras no esforço com documentos de tal natureza. Um aspecto metodológico destacado pelo trabalho da autora é a materialidade, portanto, questões ligadas ao formato, tipo de papel, qualidade de impressão cores e imagens são imprescindíveis na análise. Algo que vai nos revelar também aspectos ligados às tecnologias utilizadas para impressão do material (LUCA, 2008, pp. 131-132).

Em termos materiais³³, cada edição do jornal *O Grito* era composta por uma folha de papel sulfite do tamanho³⁴ A4 colocada na posição horizontal (paisagem) e dobrada ao meio, cada face tornava-se uma página totalizando assim quatro páginas³⁵. A maior parte das edições foi impressa apenas com tinta preta, é muito raro aparecer outra cor, mas quando

³³ Apesar de consultar o acervo digitalizado atualmente, tive acesso ao jornal de forma física no processo de construção do acervo do LAHIN, a partir da busca no acervo pessoal do casal de educadores sociais Adriano e Helena, aqui já mencionados, e visitas à sede do MNMMR em Recife.

³⁴ Altura: 29,7 cm e largura 21,0 cm.

³⁵ Das edições analisadas para a construção do presente trabalho, a edição extra de junho de 1990 é a única que possui apenas duas páginas, todas as outras em questão possuem quatro.

aparece, é o vermelho que contrasta com o preto e o branco das páginas, que se tornaram amareladas com a ação do tempo.

Em muitas das edições não existe numeração nas páginas³⁶, todas as primeiras páginas possuem um cabeçalho informando o ano³⁷ do jornal — em relação a sua fundação — o mês e, na maioria, também aparece o número da edição.

Figura 2 – Capa do jornal *O Grito*, edição de julho de 1989.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

O debate sobre as características ligadas à materialidade do periódico é importante porque nos diz sobre as feições gráficas e a identidade visual de *O Grito*, elementos que permeiam as peculiaridades de tal fonte. As edições apresentaram modificações ao longo dos anos de nosso recorte temporal, tema que trabalharemos no terceiro capítulo do presente trabalho.

³⁶ A numeração nas páginas começa a aparecer a partir das edições do ano de 1991, no entanto, não se torna regra geral. Algumas edições de anos posteriores não possuem tal numeração.

³⁷ De forma que as edições de 1988 exibem “Ano I”, as de 1989 “Ano II” e assim por diante. No entanto, nem todas as edições exibem seu número sequencial no cabeçalho, elemento que, em alguns casos, pode ser deduzido quando analisamos as edições em sequência.

1.2. Movimentos sociais, a composição e a dinâmica do MNMMR: os núcleos de base.

Para entender o jornal enquanto instrumento de comunicação do MNMMR, faz-se necessário trazer ao debate elementos teóricos acerca dos estudos sobre movimentos sociais que norteiam nossa investigação e, além disso, acreditamos ser importante trazer uma análise sobre a composição administrativa do MNMMR buscando o papel do jornal *O Grito* em tal composição. Consideramos movimentos sociais como “ações coletivas de caráter socio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas.” (GOHN, 2011, p. 335).

Trazendo para o debate as formas pelas quais os movimentos sociais surgidos no Brasil após a década de 1970 abriram novos espaços políticos, o sociólogo Eder Sader afirma que no cenário político de redemocratização “novos personagens entraram em cena” na História dos movimentos sociais urbanos no Brasil. Ao tratar sobre a organização das classes populares no Brasil, o historiador afirma:

Os movimentos sociais foram um dos elementos de transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social. Mas foram mais do que isso: fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. (SADER, 1988, p. 313).

Dessa forma, entendemos a atuação do MNMMR como uma tentativa de dar sentido para a transformação vivenciada no cenário político de seu surgimento (SADER, 1988). No mesmo sentido, ao tratar sobre mudanças políticas, o sociólogo britânico Anthony Giddens (2008) afirma que muitas vezes, os movimentos sociais surgem com o objetivo de trazer alterações a um assunto público como, por exemplo, expandir os direitos civis a um determinado segmento da população, no caso em questão, o objetivo era a expansão dos direitos civis no âmbito da infância e adolescência (GIDDENS, 2008, p. 443). Apresentando os movimentos sociais como poderosas formas de ação coletiva³⁸, o autor traz exemplos que atestam a capacidade de transformação social de tais ações:

Muitas vezes, as leis e as políticas são alteradas devido à ação de movimentos sociais. Estas alterações na legislação podem surtir efeitos a longo prazo. Por exemplo, era ilegal que grupos de trabalhadores convocassem os seus membros para uma greve, e a greve era punível com diferentes graus de severidade em diferentes países. Contudo, as leis foram rectificadas, transformando a greve numa tática

³⁸ A edição da obra cujo tive acesso foi publicada em Lisboa, por isso, o idioma que aparece nas citações diretas é o português de Portugal, como pode ser observado.

permissível no conflito industrial. Os movimentos sociais são das formas mais poderosas de ação coletiva. Campanhas persistentes bem organizadas podem obter enormes resultados. O movimento de direitos civis americano, por exemplo, teve sucesso na aprovação de importantes peças da legislação que ilegalizam a segregação racial em escolas e locais públicos. O movimento feminista obteve ganhos importantes para as mulheres em termos de igualdade política e econômica. (GIDDENS, 2008, p. 443).

Dialogando com o potencial dos movimentos sociais de transformar a sociedade, ressaltado por Giddens (2008), acreditamos ser oportuno trazer à tona os ideais de sociedade que o MNMMR almejou ao sintetizar seus propósitos de existência:

O Movimento deve ser um instrumento de luta para construção de:

- Uma sociedade que crie condições para que crianças hoje excluídas do acesso aos bens e serviços essenciais à vida sejam respeitadas como cidadãos-crianças e adolescentes, portanto, sujeito de direitos. Isto significa lutar para a transformação das determinações econômicas, político-sociais e histórico-culturais, responsáveis pela atual situação da infância e da adolescência no Brasil;
- Uma sociedade democrática onde o povo participe do Poder/Governo para defender seus anseios e onde as crianças e adolescentes tenham voz e vez. Isto significa aumentar o poder de controle da população sobre o Estado, ou seja, descentralizar do Estado o poder e recursos para execução das políticas sociais que atendem as crianças e adolescentes excluídos, num processo onde os meninos tenham uma participação ativa e crítica. Significa ainda contribuir para a construção de uma prática realmente democrática no seio da sociedade civil e interior dos movimentos populares;
- Uma sociedade onde o fruto do trabalho seja partilhado com justiça entre todos os cidadãos, onde as crianças não sejam exploradas, forçadas a entrar precocemente no mundo do trabalho e utilizadas como mão-de-obra barata;
- Uma sociedade realmente pluralista onde se respeite as diferentes formas de pensar e agir, as distintas culturas, diferentes manifestações de fé e a humanização de seus membros. (MNMMR, 1990, p. 5).

Os elementos apresentados pelo MNMMR colocam como horizonte a construção de uma sociedade democrática, elemento que segundo Gohn (2011) caracteriza um movimento social. As propostas mencionadas remetem à realização do diagnóstico sobre a realidade social apontado pela autora como outra característica de tais ações coletivas (GOHN, 2011, p. 336).

A articulação com outras entidades representantes de movimentos sociais também se apresenta como elemento norteador nas ações do MNMMR, de acordo com a documentação da organização:

Deve dar ênfase à articulação com outros movimentos populares de mesmo âmbito e dimensão do Movimento. Exemplo: Movimento de Direitos Humanos, Negro, de Mulheres etc... No sentido de: conhecimento e apoio mútuo das propostas de cada qual advogar a causa da criança buscando que outros movimentos incluam propostas em relação às crianças nas suas pautas de reivindicação e que crie uma metodologia de trabalho que envolva as crianças e adolescentes nas suas lutas pela mudança da sociedade. (MNMMR, 1990, pp. 14-15).

Dessa forma, percebemos que em suas propostas, o Movimento buscou se fortalecer atuando em rede com outras entidades representantes de movimentos sociais. Na leitura do que os movimentos sociais representam para a sociedade, estabelecemos uma conexão com o que seria o *sujeito contemporâneo* no trabalho de Giorgio Agamben (2009). Buscando respostas sobre o significado de “ser contemporâneo” o autor traz um intenso debate sobre tal reflexão.

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. (AGAMBEN, 2009, p.58).

Entendemos que os movimentos sociais, enquanto instituições, e seus membros, “não coincidem perfeitamente” com seu tempo e nem estão “adequados às suas pretensões”, por isso, esses indivíduos se reúnem e se organizaram em torno de ações coletivas para lutar por mudanças sociais.

A própria análise do jornal *O Grito* revela-se como uma forma de observar como tal entidade se organizou e atuou na luta pela construção da sociedade que o Movimento almejava. No âmbito da gestão, a composição administrativa do MNMMR foi pensada no sentido de ser um meio para que a entidade alcançasse seus objetivos, materializando suas estratégias e táticas de organização. Tal estrutura dividia-se em quatro instâncias, chamadas de Comissão Local, Estadual, Regional e Nacional³⁹ (MNMMR, 1988, p. 20). A organização buscava uma composição administrativa:

[...] leve, orgânica, desburocratizada, descentralizada, transparente, pautada na horizontalidade das tomadas de decisões e que combine democracia representativa com a democracia participativa, tendo em vista a agilidade na tomada e execução das decisões, a valorização da diversidade cultural existente no país, a otimização dos recursos e ampliação de participação e controle das comissões locais na vida do Movimento. (MNMMR, 1990, p. 9).

Um elemento imprescindível ao entendimento da estrutura organizativa do Movimento é o núcleo de base. Os núcleos de base eram os espaços pedagógicos do MNMMR, em outras palavras, eram os locais de referência em que os educadores, voluntários, meninos e meninas se reuniam.

Tratando sobre a forma como tais espaços surgiam, a publicação de divulgação da entidade, *Revivendo sua história* afirma: “O Núcleo de Base pode surgir em várias formas de

³⁹ As quatro instâncias mencionadas, por vezes, também aparecem nos documentos do MNMMR como três níveis: nível local, nível regional e nível nacional. A Comissão Sub-regional se apresenta como divisão da Comissão Regional.

agrupamento: local de moradia, escola, programa de atendimento, grupo de amigos, grupos culturais e de outras formas.” (MNMMR, 1995, p. 12).

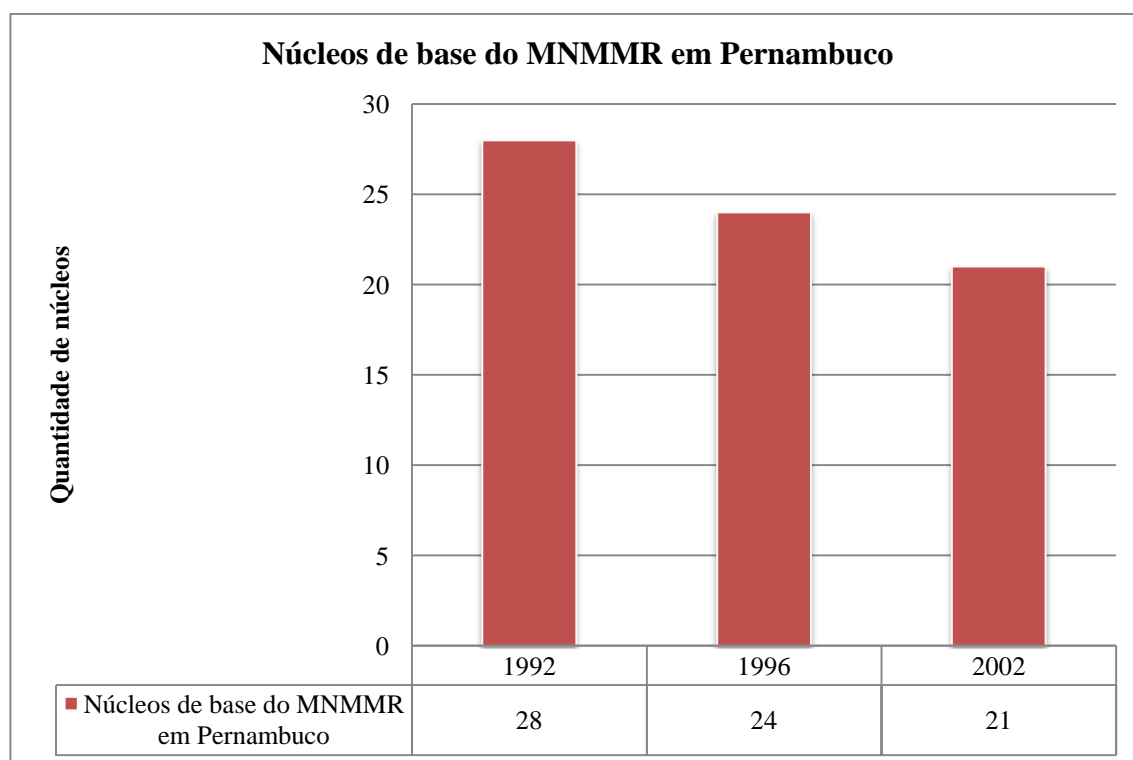
Esses locais, onde as reuniões aconteciam com data e hora marcadas constituíam espaços de discussão sobre as demandas e elaboração de propostas da organização. Eram, também, espaços para brincadeiras e dinâmicas lúdicas, que tinham por objetivo facilitar o entrosamento e a expressão das vivências desses meninos e meninas (MNMMR, 1995, 2002). O trabalho de Oliveira (2011) também ressalta a importância de tais espaços: “são nos núcleos de base onde tudo acontece e derivam as ações e as políticas do MNMMR, pois lá está a parte mais interessada no processo: os meninos e meninas de rua ou os que já saíram das ruas.” (OLIVEIRA, 2011, p. 129).

Um elemento essencial a se mencionar nas nossas investigações sobre os núcleos de base, é que nesses espaços existiam uma multiplicidade de atividades, funções e particularidades entre esses núcleos, a depender de fatores como a cultura do local onde esse grupo está situado (MNMMR, 2002, p. 43).

Através da nossa investigação, percebemos que na segunda metade de 1992 existiam 28 núcleos base consolidados no estado de Pernambuco. O número apresenta-se como expressivo, visto que o único estado que possuía mais núcleos era São Paulo, com 35 (PÉ DE MOLEQUE, setembro de 1992, p. 5).

Apontando os núcleos de base como estrutura fundamental da organização, a publicação do MNMMR em parceria com a *Save the Children* afirma: “Os núcleos de base são grupos de crianças e adolescentes de rua ou de bairros populares. Eles podem funcionar na própria rua quanto em casas na comunidade e se encontrar uma vez por semana.” (MNMMR, 1996, p. 7). De acordo com a mesma publicação, no ano de 1996, Pernambuco possuía 24 núcleos de base. Encontramos outras informações sobre o panorama dos núcleos de base no estado pernambucano de forma mais detalhada. No ano de 2002, o estado agora contava com “21 Núcleos de Base organizados, assim distribuídos: 3 núcleos de meninos e meninas que habitavam as ruas, 1 de adolescentes trabalhadores nos canaviais e 17 de meninos e meninas que moram em morros, córregos e favelas.” (MNMMR, 2002, p. 34). O gráfico a seguir ilustra a quantidade de tais espaços ao longo do período de 1992 até 2002, que se localiza dentro de nosso recorte temporal.

Gráfico 1- Número de núcleos de base do MNMMR em Pernambuco (1992-2002)



Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir de informações colhidas na documentação do MNMMR.

Dessa forma, conforme mostrado no “Quadro I” percebemos que em dez anos passados o número de núcleos de base do Movimento no estado⁴⁰ passou de 28 para 21. Não encontramos, na documentação do MNMMR, um motivo aparente para tal diminuição. Outro fator a ser destacado é que todos os núcleos de base do Estado de Pernambuco possuíam seus próprios nomes. Em nossa investigação, encontramos os nomes e os municípios onde se situavam os 28 núcleos de base que representavam a atuação do Movimento em Pernambuco no período de 1992 a 2002.

Quadro 1 - Nome dos 28 núcleos de base do MNMMR em Pernambuco no período de 1992 até 2002.

Municípios	Nome dos núcleos de base
Araçoiaba	- Esperança
Goiana	- Girassol (Sítio Capim de Cheiro)
Gravatá	- Meninos do Sol
Igarassu	- União dos Meninos e Meninas Trabalhores de Igarassu (UMMTI)
Olinda	- Comunidade Jovem do Futuro
	- Renascer

⁴⁰ De acordo com a publicação *Diga aí menino, fale aí menina* (MNMMR, 1996) o MNMMR possuía 24 núcleos de base em Pernambuco no ano de 1996.

	- Sobe e Desce
Petrolina	- Meninos do Vale
Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Artistas de Rua - Comunidade Assumindo Suas Crianças - Coração de Menino - Força Jovem - Girassol e Conquista - Lutando Pela Verdade - Luz do Amanhã - Meninos e Meninas da Comunidade - Meninos e Meninas da Rua - Núcleo Jovem - Passo Firme - Querer e Poder - Resistência - Saramandaia na Conquista - Semente do Amanhã - União de Todos - União e Liberdade - Vamos à Luta Para Vencer - Vivendo e Aprendendo
Timbaúba	- Meninos e Meninas de Timbaúba

Fonte: elaborado pelo próprio autor com base em informações encontradas em publicações e documentos do MNMMR.

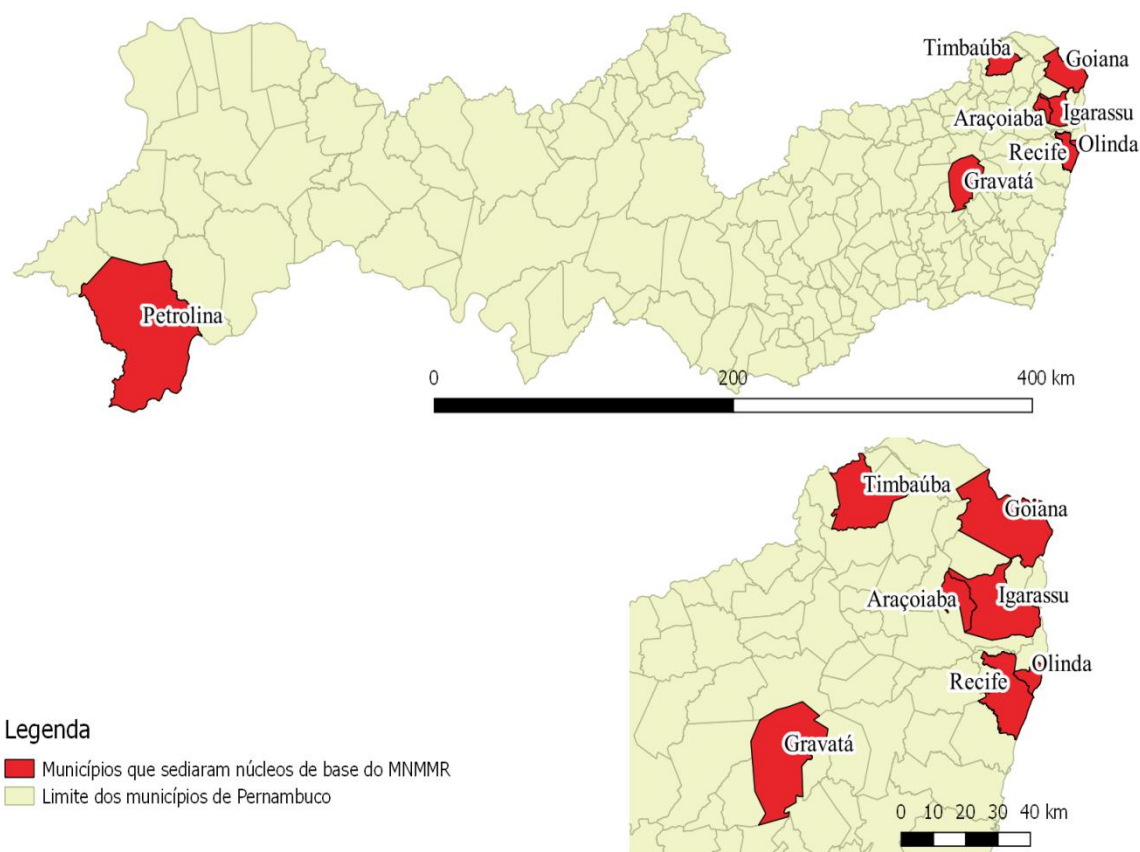
É importante ressaltar que a configuração dos núcleos em três segmentos, núcleos de meninos e meninas que habitavam as ruas, de adolescentes trabalhadores nos canaviais, e de meninos e meninas que moram em morros, córregos e favelas (MNMMR, 2002), aponta para o reconhecimento, por parte do Movimento, das especificidades e da complexidade da problemática das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade apontadas no trabalho de Rizzini e Couto (2019). Outro ponto a se destacar é a distribuição dos núcleos e comissões, dessa vez numa perspectiva geográfica, pelo estado pernambucano:

O MNMMR, em Pernambuco, já contou com Núcleos de Base e Comissões Locais em outras cidades, além da capital: Jaboatão, Prazeres, Bonança, Petrolina e Timbaúba. Atualmente, contamos com uma comissão em Gravatá, três em Recife,

uma em Olinda, uma em Igarassu e uma se formando em Araçoiaba. (MNMMR, 2002, p. 34).

A citação aponta para uma descentralização na estrutura do Movimento em terras pernambucanas, haja vista que os núcleos de base eram espaços pedagógicos e as comissões locais eram espaços administrativos. Por conseguinte, é possível encontrar matérias no jornal *O Grito* que falam dos municípios mencionados⁴¹. Através do nosso trabalho de pesquisa, elaboramos um mapa que ilustra, no período de 1992 a 2002, a presença dos 28 núcleos de base — mencionados no *Quadro 1* — no estado Pernambuco.

Mapa 1- Municípios que sediaram núcleos de base do MNMMR no período de 1992 até 2002



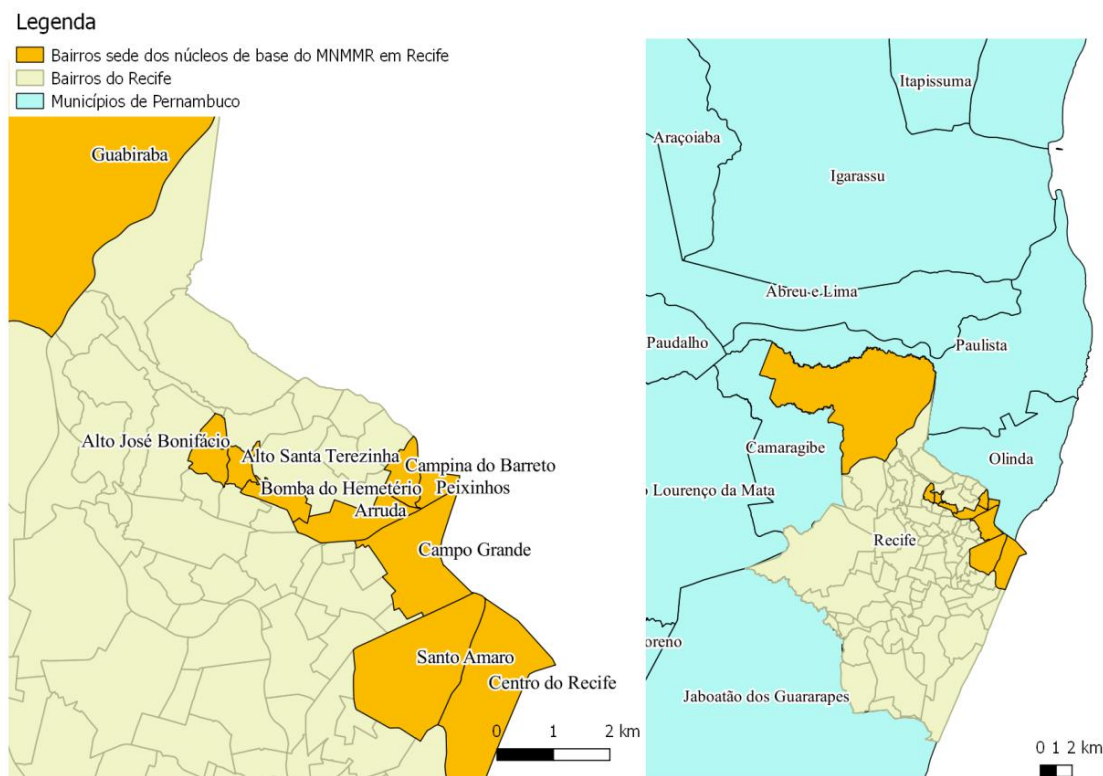
Fonte: elaborado pelo próprio autor com base em informações encontradas em publicações e documentos do MNMMR.

Através do contato com a organização e do trabalho de pesquisa nas publicações do Movimento, foi possível traçar também um panorama dos núcleos de base da capital pernambucana, mas não obtivemos informações detalhadas sobre a localização das comissões locais. Dos 28 núcleos de base que representam a atuação do Movimento em Pernambuco de

⁴¹ Um lugar que por diversas vezes é mencionado nas edições do periódico é o sítio Capim de Cheiro, localizado nas redondezas do município pernambucano de Goiana, que fica na divisa com o estado da Paraíba.

1992 a 2002, 19 localizavam-se no Recife. No *Mapa 2*, apontamos em que bairros estavam situados tais núcleos.

Mapa 2 - Bairros do Recife que sediaram núcleo de base do MNMMR no período de 1992 até 2002



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base em informações encontradas em publicações e documentos do MNMMR.

A partir do mapa acima, percebemos que na capital pernambucana, os núcleos se distribuíam mais notadamente na região em torno do Centro e na Zona Norte do Recife. Como ilustrado, excetuando-se o bairro da Guabiraba, os bairros que sediavam os núcleos do Movimento eram interligados. O Alto José Bonifácio e Alto Santa Terezinha são lugares marcados por escadarias, ladeiras e becos. Um ponto a se destacar é que boa parte dos bairros⁴², como Santo Amaro, Campo Grande, e Campina do Barreto, fazem divisa com o município de Olinda.

Através de nossa investigação apontamos que era na principal sede pernambucana do MNMMR, localizada no bairro de Santo Amaro, que eram produzidas as edições de *O Grito*. Tal produção envolvia meninos e meninas integrantes dos núcleos de base que se localizavam nos bairros mostrados no *Mapa 2*, adensaremos o debate sobre tal assunto no capítulo seguinte.

⁴² Também existe um bairro chamado Peixinhos em Olinda e faz divisa com seu bairro homônimo em Recife.

O periódico em questão constituía uma atividade dos educadores e educadoras junto aos meninos e meninas do MNMMR, portanto, uma prática que pode ser inserida no âmbito pedagógico. Nesse sentido, Maria Gohn (2011) traz um estudo dos movimentos sociais no Brasil na atualidade analisando a relação entre movimentos sociais e educação.

Um ponto a se destacar em tal relação é a concepção de educação com que a autora trabalha, uma noção ampla que vai muito além da educação formal. A socióloga trata sobre as aprendizagens ligadas à educação não formal, entendida como a produção de saberes em outros espaços além da escola. Quando considera que a participação social em movimentos e ações coletivas — de uma forma geral — gera aprendizagens e saberes, a autora aponta que uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é que são matrizes geradoras de saberes (GOHN, 2011, p. 334).

De acordo com Gohn, os movimentos sociais adotam estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, no caso do MNMMR: seus encontros para pressionar o governo) até as pressões indiretas. A utilização dos meios de comunicação por essas ações coletivas ou, de uma forma mais geral, a sua comunicabilidade, é apontada pela autora como um elemento criador de novos saberes (GOHN, 2011, p. 336). Segundo a documentação do MNMMR, uma das ações para seu fortalecimento e interiorização era uma estratégia circunscrita no âmbito da comunicação:

Apoio material e treinamento de pessoal para oportunizar a criação de condições para que crianças e adolescentes possam ter oficinas de comunicação, seja produzindo seus próprios jornalzinhos, seja trabalhando com equipamentos de vídeo-home ou rádios-autofalantes. (MNMMR, 1990, p. 23).

Estabelecendo um diálogo entre o trabalho de Gohn (2011) e tal ação para fortalecimento do MNMMR, entendemos as ações relacionadas às oficinas de comunicação como ações criadoras de novos saberes, visto que a comunicabilidade é um elemento presente na produção desses “jornalzinhos”. Percebemos que proporcionar condições para que as crianças e adolescentes possam construir tais “jornalzinhos” constituía uma ação e estratégia do setor de Comunicação Social do MNMMR em nível nacional. Nesse sentido, destacamos a existência do jornal *Pé de Moleque*, um periódico produzido pela Comissão Nacional de Animação que representava um veículo de conscientização e um meio de intercâmbio entre os núcleos estaduais (MNMMR, 2002, p. 48).

O *Pé de Moleque*, definido nas suas próprias edições como “Órgão Informativo da Comissão Nacional de Meninos e Educadores do Movimento Nacional de Meninos e Meninas

de Rua” (PÉ DE MOLEQUE, setembro de 1992, p.1), foi um jornal de circulação nacional criado em janeiro de 1992, na cidade de Olinda – PE.

Ao historicizar práticas educativas do MNMMR focado no discurso dos meios de comunicação de tal articulação social, o historiador Thiago Nunes⁴³ traz uma análise do jornal *Pé de Moleque*⁴⁴. De acordo com o autor:

Este jornal representa o resultado de uma série de atividades realizadas pela instituição, pautando as reivindicações e denúncias da situação de vulnerabilidade em que viviam. Este periódico estudado tinha como o principal objetivo, mostrar como esse público se sentia, o que sonhavam e como pensavam; os seus desejos, suas preocupações; o processo de amadurecimento precoce que eram obrigados a passar, diante uma vida difícil na situação de rua; e tantos outros.

O informativo vem também ser um instrumento de divulgação das atividades desenvolvidas pelas Comissões Locais e pelo próprio MNMMR, enquanto instituição. Ainda que não houvesse especialistas em comunicação no Movimento, a ideia era da horizontalidade entre a comunicação com seus participantes.

Com diversas fotografias, desenhos, quadrinhos, jogos, recados que aproximam o leitor do texto, contendo uma linguagem acessível e informal para favorecer a compreensão [...] (NUNES, 2017, p. 31).

O periódico, assim como *O Grito*, era elaborado pelas crianças, adolescentes junto aos adultos engajados do Movimento. O *Pé de Moleque* possuía um *boxe* em cada uma de suas edições, nele é possível encontrar o nome, a cidade/Estado e a idade dos responsáveis por cada edição, dessa forma percebemos que, nas edições analisadas, a maioria dos elaboradores da publicação eram adolescentes. Também encontramos tal *boxe* em muitas das edições do jornal *O Grito*, no entanto, não aparece a idade dos responsáveis no caso do “jornalzinho” de Recife.

Durante nossa investigação encontramos na documentação do MNMMR (1990) que existia a pretensão que o *Pé de Moleque* tivesse uma edição lançada a cada quatro meses. No entanto, assim como no caso do “jornalzinho” de Recife, o *Pé de Moleque* não possuía uma periodicidade regular⁴⁵.

⁴³ Thiago Nunes foi membro do LAHIN e tive a oportunidade de visitar junto com ele, por algumas vezes, o acervo pessoal do casal de militantes, Adriano e Helena Janssen. Assim que comecei a pesquisar o sobre a trajetória do MNMMR, Thiago já tinha familiaridade com vários membros de Movimento e me ajudou bastante durante meu período de iniciação científica.

⁴⁴ Sobre o jornal *Pé de Moleque*, indico: NUNES, Thiago Oliveira Lima. **Pé de Moleque: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a imprensa alternativa (1980-1990)**. 2017. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

⁴⁵ Investigamos a periodicidade do jornal através do acervo do LAHIN, que no momento da construção do presente trabalho possuía 8 edições do jornal *Pé de Moleque*. Tais edições abrangem o período de setembro de 1992 até agosto de 1997, foram catalogadas e digitalizadas por mim e mais dois membros da equipe do LAHIN, entre 2015 e 2016. Atualmente, não temos informações concretas sobre quando tal periódico deixou de ser publicado.

Não podemos deixar de nos atentar para os aspectos relacionados à materialidade evidenciados por Luca (2008) ao analisar o jornal da Comissão Nacional do MNMMR⁴⁶. Nesse sentido, as páginas do jornal eram de papel sulfite e de um tamanho um pouco maior do que o A4. Não existia um número exato de páginas por edição, através de nossa investigação podemos apontar que cada publicação tinha de 7 a 15 páginas orientadas na posição retrato e impressas na modalidade frente e verso. Sobre o público-alvo do jornal para além da circulação interna na própria organização o jornal deveria ser, segundo a documentação do Movimento:

[...] destinado ao público externo (universidades, escolas públicas, centros de documentação, Movimentos de Defesa dos Direitos Humanos, entidades sindicais, programas de atendimento à crianças e adolescentes, instituições governamentais, lideranças político-partidárias, meios de comunicação de massa etc.). (MNMMR, 1990, p. 23).

Sobre o conteúdo do periódico, enquanto o jornal *O Grito* possuía um tom explícito de denúncia e reivindicação, o *Pé de Moleque* tinha um tom mais informativo. O periódico trazia notícias e a programação de eventos do MNMMR em diversos Estados. Falava sobre o que era a organização, apresentava poesias e arte de crianças e adolescentes.

Um elemento que chama bastante atenção no jornal é o espaço que o mesmo reservava para troca de mensagens entre membros de todas as idades do Movimento do Brasil inteiro. Em tal espaço, encontramos os nomes dos remetentes, destinatários e mensagens de apoio, “recadinhos” e até paquera. É possível também encontrar atividades lúdicas como palavras cruzadas, e jogos, assim como menciona Nunes (2017), elementos que demonstram o caráter de entretenimento que tal jornal possuía. Encontramos também uma relativa padronização nas ilustrações do periódico.

⁴⁶ Assim como no caso do jornal *O Grito*, consultamos um acervo digitalizado, mas ter participado da catalogação ao ter acesso ao periódico em termos materiais nos permite falar dos aspectos materiais.

Figura 3 – Capa do jornal *Pé de Moleque*, edição de agosto de 1998



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

Apesar de ter sido criado mais de três anos depois de *O Grito*, não encontramos evidências nos documentos do MNMMR nem nas edições dos dois “jornalzinhos” de que o jornal pernambucano serviu de inspiração para o *Pé de Moleque*. Ao se referir ao “jornalzinho” de Recife, o informativo da Comissão Nacional afirma que, em Pernambuco, “*O Grito* é o nome do jornal que divulga as lutas!” (PÉ DE MOLEQUE, setembro de 1992, p. 1). É oportuno ressaltar aqui, que cada um dos periódicos possuía suas próprias características e diferentes formas de participação e organização.

Ainda em relação à produção de jornais envolvendo crianças e adolescentes, a comissão do MNMMR do Maranhão passou a produzir, em 1992, um jornal com feições semelhantes as do periódico do Movimento de Recife, a publicação chamava-se *Grito de liberdade* e ao que tudo indica era elaborada em São Luís. O fato de termos apenas uma edição catalogada no acervo do LAHIN, no momento, dificulta uma análise mais

aprofundada, portanto, aspectos referentes à materialidade, periodicidade e outras características da publicação não serão aqui destacados.

É importante ressaltar que provavelmente outros jornais⁴⁷, que possuíam como características principais a participação de meninos e meninas, foram elaborados pelo MNMMR em todo o Brasil, visto que tal produção constituía estratégia de comunicação da organização. Dessa forma, evidenciamos a produção de “jornalinhos” como parte das estratégias de comunicação e de consolidação do Movimento, assim como está presente em sua documentação (MNMMR, 1990).

A comunicabilidade, apontada por Gohn (2011), permeia todo processo de construção e a existência do jornal *O Grito*. A articulação entre as crianças, adolescentes e os educadores sociais para a construção do jornal, era a materialização de princípios do MNMMR e expressão dos núcleos de base atuando em rede. De acordo com Gohn os movimentos sociais:

Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. (GOHN, 2011, p. 336).

Entendemos o termo *empowerment* no sentido afirmado por Freire e Shor (1986) como muito mais do que um inventivo individual ou psicológico, o *empowerment* é um processo político que visa à liberdade e a transformação social (FREIRE e SHOR, 1986, p. 71). Analisando o papel dos movimentos sociais brasileiros insurgidos na década de 1980 na conquista dos direitos sociais no âmbito da infância e adolescência, Souza (2013) afirma:

Dentre os existentes, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) se destacou ao propor um atendimento às crianças e adolescentes de forma diferenciada, no sentido de promover o empoderamento dos jovens moradores de rua para que percebessem que a realidade em que estavam inseridos não era natural, mas sim fruto de um sistema que a produz. (SOUZA, 2013, p. 2).

Nesse sentido, ao analisar os referenciais de empoderamento e resiliência que embasavam a atuação do MNMMR em uma comunidade de Fortaleza, o trabalho de Barra (2015) apresenta a seguinte definição:

A noção de empoderamento é a de uma força intrínseca no coletivo que move, muda, mobiliza, tira da inércia natural dos corpos e move os sonhos, esperanças radicais, esclarecedoras que alternam a ordem posta, que possam empoderar ideias e ideais de uma sociedade verdadeiramente igualitária. (BARRA, 2015, p. 203).

⁴⁷ Existiram também, no MNMMR, outros periódicos que não necessariamente contavam com a participação de crianças e adolescentes. Podemos citar, como exemplo, *A Voz da Rua*, uma publicação de divulgação elaborada pela Comissão Estadual do MNMMR de Brasília. Algumas edições de tal publicação encontram-se no acervo do LAHIN.

As citações apontam que tal empoderamento estava ligado às atividades do MNMMR de uma forma geral, fazendo parte de sua atuação por uma mudança na sociedade enquanto movimento social. Um aspecto a se destacar é que o empoderamento materializava-se nas atividades que envolviam a participação das crianças e adolescentes e no diálogo com eles e elas.

Analisando as publicações do MNMMR sintetizamos que um de seus princípios é considerar crianças e adolescentes como seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, cidadãos que devem participar do debate sobre as questões pertinentes às suas próprias vidas. Uma das principais linhas de ação do Movimento é a organização de meninos e meninas em situação de abandono para o debate sobre suas condições de exclusão social, almejando a aquisição da consciência de direitos e soluções para suas vidas (MNMMR, 1988, 1990). Dessa forma, apontamos que *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* materializa tal princípio e tal linha de ação, constituindo-se em uma prática geradora de saberes como afirma o trabalho de Gohn (2011).

Em síntese, dialogando com os princípios do Movimento, apontamos que o jornal se insere em sua proposta pedagógica ligada à organização: “Por organização, entendemos aquele espaço básico, político-pedagógico, onde crianças e adolescentes estão grupalizadas, situadas num contexto comunitário (bairro, programa, escola); e onde planejam ações coletivas voltadas para a luta por direitos.” (MNMMR, 2002, p.38).

Percebemos que o periódico representou os interesses do Movimento em criar um espaço de organização e expressão na militância por suas demandas. Enquanto materialização das estratégias de comunicação do MNMMR de Recife, *O Grito* representou o elemento da astúcia no sentido afirmado pelo historiador francês Michel de Certeau: “a fraqueza em meios de informação, em bens financeiros e em ‘seguranças’ de todo o tipo exige um acréscimo de astúcia, de sonho ou de senso de humor.” (CERTEAU, 2014, p. 43).

Através de nossa investigação sobre o que foi o jornal, para aqueles que participaram de sua construção e para o Movimento, evidenciamos que a participação dos meninos e meninas era imprescindível e que permeava os processos de construção e distribuição do periódico — em maior ou menor grau — haja vista que *O Grito* constituía espaço pertencente a esses meninos e meninas.

1.3. As crianças, adolescentes e os educadores que compõem o MNMMR

Eis o problema dos meninos e meninas de rua. É um problema do centro da grande cidade, mas também de todos os bairros populares. É um problema da gente, dos filhos da gente. Seu filho, de 12, 13, 14 anos, está aonde e vive aonde quando não está na escola? Na rua. Nesta rua corre que perigo e existe que problema? Todos os problemas do mundo... (JANSSEN, 1989, p. 4).

O trecho citado acima está estampado em uma notícia do jornal *Folha dos Bairros*⁴⁸ de agosto de 1989. Se apresentando como “Educador de Juventude operária e popular desde 1961” e afirmando ser animador do MNMMR em Pernambuco, Adriano Janssen denuncia o assassinato de um adolescente de 14 anos na Região Metropolitana do Recife, ocorrido no mês anterior à publicação de tal edição.

Através da matéria, é possível perceber que o educador e militante está apontando que mesmo os meninos e meninas que moram com seus pais e frequentam a escola, estão vulneráveis a diversos perigos quando expostos às ruas. Os casos de violência nas ruas da capital pernambucana fazem parte do “problema dos meninos e meninas de rua” mencionado pelo educador e aparecem com frequência no “jornalzinho” do MNMMR (JANSSEN, 1989).

Ao afirmarmos que o jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua* pertencia às crianças e adolescentes do Movimento de Recife e que tal organização pautava suas práticas e a própria existência na defesa e garantia dos direitos no âmbito da infância e da adolescência, dessa forma, não podemos deixar de nos perguntar: “quem eram esses meninos e meninas que faziam parte do MNMMR?”.

Para responder a tal pergunta, adentraremos na questão da infância e adolescência em situação de abandono e situação de rua. Um prévio esclarecimento que se faz necessário está relacionado ao próprio termo “meninos(as) de rua”. De acordo com Rizzini e Couto (2019, p. 106) tal termo se popularizou no Brasil na década de 1980 e faz referência a um grupo social que naquele momento ganhava visibilidade nas grandes cidades dos países da América Latina, a respeito de tal problemática no mesmo recorte geográfico, Marcílio (1998) destaca que tratar da marginalidade social da criança é um elemento vital no fazer de uma História Social da América Latina. Sobre a utilização de tal termo, um recente trabalho do historiador Humberto Miranda afirma:

⁴⁸ O jornal é uma publicação da Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS), uma organização não governamental que trabalha com inclusão social, sobretudo de crianças, adolescentes e jovens, no Recife desde 1982. Sobre a ETAPAS ver: <<http://etapas.org.br/institucional/>> Acesso em 12 de abril de 2021.

A Pastoral do Menor foi, sem dúvida alguma, a instituição que mais disseminou o uso do termo Meninos de Rua, que, popularizado durante os anos de 1980, levou ao conhecimento público as reais condições de marginalização do chamado menor; com isso, gerou a principal base para que o termo Menino de Rua se firmasse e prevalecesse como nova categoria de análise (ROSSATO, 2008, p. 22 *apud* MIRANDA, 2021, p. 203).

Dessa forma, entendemos que a década de 1980 foi um período de ampliação debates sobre tal problemática. A realização de estudos sobre o fenômeno “menino e menina de rua” nas décadas posteriores promoveu a sua compreensão e uma mudança em sua nomenclatura.

A visão de que essas crianças e esses adolescentes eram um problema em si foi sendo paulatinamente substituída conforme se compreendiam as origens e os fatores responsáveis por sua ida para as ruas. O entendimento acerca da heterogeneidade deste grupo e do fato de que a rua não deveria ser considerada como definidora de suas vidas trouxe questionamentos relacionados à formação de suas identidades e subjetividades. Assim, para enfatizar a transitoriedade e efemeridade das condições de vida e do perfil desta população, o termo “em situação de rua” foi ganhando espaço no debate. (RIZZINI; COUTO, 2019, pp. 106-107).

É por entender a heterogeneidade e enfatizar a transitoriedade e a efemeridade de tal fenômeno que utilizamos os termos “em situação de rua”, “em condição de rua” e “que viviam nas ruas” que, de acordo com Rizzini e Couto (2019, p. 107), imprimem entendimentos semelhantes quando falamos desses meninos e dessas meninas.

Antes de apresentar respostas embasadas na investigação com a documentação do MNMMR, procuraremos abordar a mencionada questão de uma forma mais geral. De antemão, ressaltamos a complexidade da problemática assim como afirmam os pesquisadores do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas Sobre a Infância (CIESPI): “A presença de crianças e adolescentes em situação de rua é um fenômeno complexo, multidimensional e que demanda múltiplos olhares para a sua compreensão.” (RIZZINI et al., 2011, p. 13). Os “múltiplos olhares” mencionados remetem também à interdisciplinaridade, elemento que permeia a presente investigação.

Em 1985, Paulo Freire reuniu-se, em São Paulo, com educadores do *Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua* — projeto financiado pela UNICEF que influenciou significativamente na criação do MNMMR — para discutir a problemática do menino e menina em situação de rua no Brasil.

Desse encontro de Freire com os educadores, surge uma publicação que nos ajuda a entender o papel do Educador de Rua e que traça características importantes sobre os chamados “meninos e meninas de rua” no Brasil da década de 1980. De acordo com tal publicação:

Essas crianças são, em sua maioria, meninos e meninas entre sete e dezessete anos, que vivem na rua trabalhando para se sustentarem e/ou para ajudar no sustento de suas famílias, que quase sempre são pobres demais para atender às necessidades básicas de seus filhos. Quando estão na rua, essas crianças são efetivamente desamparadas da proteção familiar e da comunidade, tornando-se, em consequência, vulneráveis à exploração por terceiros e a uma variedade de perigos físicos e morais. (FREIRE, 1989, p. 11).

Dessa forma, Freire (1989) enfatiza a busca pelo sustento da família como uma das principais causas da presença desses meninos e meninas nas ruas. Rizinni et al. (2011, p. 27) também aponta que a necessidade de obtenção de renda junto com a violência doméstica está entre as principais causas que, em contextos urbanos, levam as crianças e adolescentes a partir para as ruas, nesse caso, a multiplicidade de razões para tal problemática é ressaltada:

Cabe ressaltar que não acreditamos existir uma relação causal onde todas as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade estão predispostos a sair de casa. Afirmamos sim, a existência de uma relação complexa entre diversos fatores que contribuem para o afastamento de casa e a circulação de crianças e adolescentes entre a rua, a casa e as diversas instituições. (RIZZINI et al., 2011, p. 27).

Freire (1989) também evidencia o fato de o tempo que essas crianças e adolescentes passam nas ruas impacta em seu acesso aos serviços básicos no âmbito da saúde e da educação:

Em decorrência disto, são poucas as perspectivas de se desenvolverem e conquistarem um futuro melhor. Assim sendo, essas crianças representam um enorme desperdício de potencial humano, tanto para elas próprias quanto para a sociedade brasileira. (FREIRE, 1989, p. 11).

Ao refletir sobre o “desperdício de potencial humano” apontado por Freire (1989) na citação acima, estabelecemos um diálogo oportuno com uma afirmativa feita por Adriano Janssen, quando o educador social escrevia as suas memórias sobre a vida dos meninos e meninas em situação de rua com quem conviveu: “estes meninos nos revelam que detém um potencial político espetacular! E que são, sem dúvida, agentes de mudança.” (JANSSEN, 2013, p. 12). Cabe também, mencionar uma frase encontrada em uma matéria do jornal *O Grito* que traz uma reflexão acerca de tal questão: “Como o país seria mais rico se todas as forças nele existentes fossem aproveitadas...” (O GRITO, abril de 1992, p. 2).

Freire (1989) traz ainda um levantamento acerca do *I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para Meninos de Rua*⁴⁹, ocorrido em Brasília no ano de 1984. Em tal evento, os grupos integrantes apontaram, de uma forma genérica, as

⁴⁹ Ao analisar os relatos do *I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para Meninos de Rua*, Miranda (2021, p. 207) afirma que tal evento teve como principal objetivo mobilizar gestões de projetos e educadores sociais com a finalidade de construir diretrizes para esse tipo de atendimento. O historiador afirma ainda que o evento foi realizado em Brasília e contou com a participação de representantes do México, Argentina e de outros países do Caribe (MIRANDA, 2021).

características que acreditavam ser as mais comuns a essas crianças e adolescentes que viviam a maior parte de seus dias nas ruas:

- É prematuramente adulta e busca meios para sobreviver na rua, como consequência de um sistema social que a marginaliza;
- Atua, prematuramente, em atitude defensiva frente às pessoas, como resposta ao maltrato físico de que é objeto por parte do meio que a rodeia;
- Satisfaz suas necessidades básicas e reais na própria rua e com o seu grupo de pares, dorme, come e trabalha;
- Enfrenta crescentes dificuldades escolares que a leva à repetência e ao abandono dos estudos;
- Desenvolve habilidades especiais que lhe permitem sobreviver;
- É um produto de carência e afeto familiar e social o que inclui negativamente no seu crescimento harmônico integral;
- O menino de rua é forte, astuto dentro do seu próprio meio. (FREIRE, 1989, p. 11).

As características apresentadas acima apontam para o caráter de resistência desses meninos e meninas, algumas dialogam com as características levantadas por Freire (1989) e Rizzini e Couto (2019). Tal resistência, também aparecerá ao longo do presente trabalho, conforme apresentarmos os registros contidos em *O Grito* e as memórias das pessoas que construíram tal periódico.

Tratar da temática da criança e adolescente em situação de rua e vulnerabilidade é tratar da razão de existir do MNMMR, dessa forma, faz-se necessário investigar o que a documentação da organização nos diz sobre as características desses meninos e meninas.

Apresentando os princípios de defesa que orientam a luta do Movimento, o documento⁵⁰ que sintetiza suas *Teses e Propostas* (MNMMR, 1990) traz concepções sobre meninos e meninas em situação de rua que precisam vir à tona em nossa investigação:

- 3.1.2. Concebe o chamado “Menino e Menina de Rua” como filho da classe trabalhadora cuja inserção no mercado produtivo é caracterizada pelo subemprego: crianças e adolescentes estes que são alijados do fruto de desenvolvimento e violentados em seus direitos mais básicos, sobretudo o direito de ser criança.
- 3.1.3. Considera que crianças e adolescentes são seres humanos em desenvolvimento, cidadãos sujeitos de direitos legítimos e sujeitos da história, que têm condições e devem participar de decisões sobre sua vida e dessa forma devem ser vistos e tratados. (MNMMR, 1990, p. 7).

A mesma publicação (MNMMR, 1990) defende que o tempo que passam trabalhando nas ruas deveria ser dedicado aos espaços educativos, debate levantado por Freire (1989) quando trata do impacto negativo que a vivência nas ruas inflige na educação dessas crianças e adolescentes.

⁵⁰ A publicação foi construída com o objetivo de orientar as ações do MNMMR no biênio de 1990-1992, no entanto, trazem princípios do Movimento que fundamentam e aparecem em outras publicações anteriores e posteriores a tal período.

Sobre a mencionada questão do subemprego, existem muitas notícias sobre o trabalho de meninos e meninas nas ruas de Recife e Olinda no jornal *O Grito*. Através de uma edição totalmente dedicada a divulgar a elaboração de uma “Carta Aberta à população e às autoridades⁵¹” os meninos e meninas registraram uma discussão sobre o que consideram “enormes injustiças presentes na sociedade” e reivindicaram: “Que o menor seja respeitado como trabalhador e que seja garantido seus direitos.” (O GRITO, outubro de 1988, p. 2). Os pedidos por respeito aparecem em muitas notícias e serão trazidos à tona mais adiante, quando adentrarmos nas questões sociais que o jornal discute em suas notícias.

Ao tratar da formação e organização dos meninos e meninas, o documento de *Teses e Propostas* do Movimento (MNMMR, 1990) leva em conta a complexidade e heterogeneidade de situações vivenciadas, elemento também mencionado por Rizzini e Couto (2019), de acordo com o documento:

- 3.2.2.1. No planejamento das ações de formação e organização dos meninos e meninas de rua deve-se levar em conta:
- a) o conhecimento da realidade, inclusive das formas espontâneas de organização que desenvolvem na sua luta pela sobrevivência;
 - b) necessidade de garantia dos espaços de trabalho comunitário já existentes, priorizando esta forma de atuação;
 - c) as especificidades das categorias que compõem o segmento meninos/as de rua (pequenos vendedores, meninos/as que vivem nas ruas, meninos de morro e favelas etc.) para realizar uma abordagem diferenciada, sem contudo perder de vista a necessidade de organização coletiva como segmento explorado, para não se reproduzir esquemas corporativistas;
 - d) que a condição do ser mulher da menina de rua, de negro da maioria de nossas crianças, de indígena e trabalhadora da zona rural deve ter momentos específicos para sua expressão dentro do Movimento;
 - e) o respeito às necessidades, anseios, características afetivas e cognitivas próprias de cada faixa etária, por considerar que o trabalho de formação, organização e politização de crianças, seres em desenvolvimento, não deve reproduzir esquemas de militâncias de outros Movimentos;
 - f) as diferenças culturais a nível local e regional. (MNMMR, 1990, pp. 10-11).

Um ponto a se destacar presente no item “d)” é a afirmação de que a maioria das “crianças do Movimento” são negras, fato que sinaliza um elemento importante para pensarmos características das crianças e adolescentes envolvidas no trabalho da organização. As especificidades das categorias e diferentes situações que compõem os meninos e meninas em situação de rua enquanto segmento, que são mencionadas nos itens “c)”, “d)” e “e)” da citação acima, aparecem como aspectos da vida de crianças e adolescentes que participam do

⁵¹ A edição é resultante de um encontro promovido pelo MNMMR com cerca de cem meninos e meninas, em Natal - RN. Nele, crianças e adolescentes de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte conversaram, brincaram e para registrar o que foi discutido sobre a situação em que viviam e quais mudanças queriam, resolveram escrever, junto aos educadores, o que chamaram de “Carta Aberta à População e às Autoridades” e o jornal *O Grito* a publicou na íntegra.

MNMMR numa publicação que trata sobre a experiência do Movimento no estado de Pernambuco (MNMMR, 2002). De acordo com tal publicação, os espaços educativos e voltados à organização do Movimento em terras pernambucanas são constituídos com base no entendimento dos seguintes elementos:

Do respeito às necessidades, anseios e características afetivas e cognitivas próprias de cada faixa etária, uma vez que, no trabalho de formação e organização, crianças e adolescentes são consideradas seres em desenvolvimento.

Das diferenças culturais em geral, de gênero e de etnia, de origem dos meninos e meninas (de morros ou alagados, de favelas, moradores das ruas, de cidades ou sítios no interior, inseridos no mundo do trabalho, etc.).

Da cultura como direito e elemento fundamental no processo de resgate da dignidade da pessoa, enquanto ser social com herança cultural, com formas próprias de se situar socialmente e de expressar crenças e valores. (MNMMR, 2002, p. 40).

Apesar do “jeito próprio de se organizar⁵²” (MNMMR, 2002, p. 30) percebemos o alinhamento e o diálogo da organização do Movimento de Pernambuco com as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional da organização (MNMMR, 1988; 1990).

Outro elemento presente no trabalho de planejamento, formação e organização dos meninos e meninas, realizado pelo Movimento, que destacamos para estabelecer um diálogo, consta no item “d)” e trata sobre “a condição do ser mulher da menina de rua” (MNMMR, 1990, p. 11). Nesse sentido, Freire (1989) aponta a existência dessa nítida demarcação entre o menino e a menina em situação de rua:

A problemática da menina de rua é muito grave por sua dupla condição de abandono e de ser mulher. Na rua ela está mais exposta sofrendo as conseqüências de como se situa o papel da mulher na sociedade. Na família é rechaçada e o serviço doméstico não é valorizado como trabalho. Além disso, ela sofre as conseqüências da maternidade prematura, do abandono e da prostituição. (MNMMR, 1989, p. 12).

A afirmação de Freire (1989) aponta para a distinção entre as duas realidades e o debate levantado sobre as conseqüências da maternidade prematura também aparece no jornal *O Grito*. Para trazer, como exemplo, elementos encontrados no jornal que tratam de tal temática, podemos mencionar a 19ª edição do jornal, que retrata um encontro com o tema “Menina Mulher” motivado pelo Dia Internacional da Mulher no ano de 1992. Tal encontro aconteceu em Recife e não são apresentados muitos detalhes sobre as discussões resultantes, porém, a ilustração da notícia traz uma menina segurando um bebê em uma mão e uma boneca na outra. Tal elemento, junto com o próprio tema do encontro, sugere o debate sobre a problemática da maternidade precoce (O GRITO, abril de 1992, p. 2).

⁵² Tal frase aparece no título e em subtítulos da publicação.

Figura 4 – Imagem extraída da edição de abril de 1992 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

Em outras ocasiões, o periódico traz a problemática do assédio às meninas que pediam esmolas nas ruas, como quando denuncia que homens estavam dando moedas e pedindo para “pegar” nas meninas, fato que ocorria na Avenida Cruz Cabugá⁵³, uma das mais movimentadas da capital pernambucana (O GRITO, julho de 1996, p. 1).

Dessa forma, apontamos que o MNMMR procurou desenvolver uma metodologia de trabalho pensando nas especificidades mencionadas, levando em consideração as diferentes situações e diferentes contextos vividos por esses meninos e meninas.

Investigando o que nos dizem as publicações do Movimento sobre a quantidade de crianças e adolescentes envolvidas diretamente com as atividades da organização em terras pernambucanas, encontramos dados advindos de pesquisas feitas pelo próprio MNMMR. Colocando em ordem cronológica, evidenciamos números encontrados em uma edição do jornal *O Grito* de 1991:

Uma pesquisa nos mostrou que 115 meninos se declararam como sendo integrantes do Movimento, enquanto 150 educadores pertencem às cinco comissões de Pernambuco. Esses números mostram o quanto nós crescemos nos seis anos de vida. E revelam também que nesse período, muita gente já entrou e saiu do Movimento, o que é totalmente natural, já que se trata de um movimento vivo, dinâmico. E todos, sem exceção, colaboraram (e colaboram) com criatividade, disposição e energia para o seu crescimento aqui no Estado. (O GRITO, agosto de 1991, p. 1).

⁵³ Além de ser uma das mais movimentadas da cidade, a avenida localiza-se nas proximidades da sede do MNMMR.

Dessa forma, a edição que celebra os 6 anos do MNMMR traz, mesmo que de forma breve, números importantes para pensar a atuação da organização em Pernambuco, 115 crianças e adolescentes declaravam-se integrantes do MNMMR que possuía cinco comissões no estado em 1991.

Em uma publicação que reúne resultados de várias atividades realizadas pelos núcleos de base do MNMMR em Pernambuco no primeiro semestre do ano de 1996, encontramos informações sobre a quantidade de crianças e adolescentes participantes da organização em outubro daquele ano: “Cerca de 500 meninos e meninas estão envolvidos em Pernambuco.” (MNMMR, 1996, p. 6). Portanto, agora com 11 anos de atuação e com 24 núcleos de base, Pernambuco passa a ter aproximadamente 500 meninos e meninas que integram o Movimento. De 1997 a 2002 não encontramos dados que tratam de forma objetiva sobre a quantidade de crianças e adolescentes envolvidos com o MNMMR no estado.

As inúmeras inquietações, desejos e propostas oriundas de uma trajetória que, por muitas vezes, exige o amadurecimento precoce dessas crianças e adolescentes, como afirmou Freire (1989), aparecem nas páginas do “jornalzinho” do Movimento de Pernambuco. De acordo com muitas matérias do periódico, esses meninos e meninas que viviam em situação de vulnerabilidade eram vistos por boa parte da sociedade enquanto ameaça e não enquanto resultantes de um problema social como afirmam Rizzini e Couto (2019).

O “jornalzinho” do MNMMR construído na capital pernambucana tinha como principal objetivo ser um espaço para que os meninos e meninas pudessem gritar, no entanto, esse grito não era apenas das crianças e adolescentes, haja vista que os educadores e as educadoras participavam ativamente do processo de construção das edições do periódico.

É importante ressaltar que o MNMMR é fruto do esforço de educadores e militantes engajados em programas que trabalhavam com crianças e adolescentes em situação de abandono e vulnerabilidade. A articulação dessas pessoas responsáveis por mediar práticas pedagógicas com os meninos e meninas participantes da organização constitui princípio geral do Movimento (MNMMR, 1990). Dessa forma, buscamos analisar as características dos adultos que desenvolviam esse trabalho pedagógico para entender melhor a dinâmica da organização.

Assumindo que o discurso encontrado nas edições do periódico também é o discurso dos educadores e educadoras que atuaram na organização desses meninos e meninas e com eles e elas conviveram, entender o papel dos educadores para o Movimento é vital para nossa análise. Nesse sentido, faz-se necessário trazer à tona as informações encontradas na

documentação e nas publicações no MNMMR acerca do papel do educador para tal ação coletiva.

É importante ressaltar que é comum encontrar apenas o termo “educador”, mas por vezes, o termo também aparece seguido de adjetivos como “social”, “de rua”, “social de rua”, ou “popular” nas publicações do MNMMR. Em um primeiro momento, ao tentarmos traçar as características apontadas como ideais e o papel desse educador do Movimento, encontramos diálogos com a figura do *Educador de Rua*, para quem Freire (1989) traça sugestões de abordagem.

Na investigação de dois documentos que embasam os princípios e objetivos do Movimento encontramos informações que apontam que, ao tratar da organização de crianças e adolescentes, o educador deve ser um interlocutor dos meninos e meninas no seu processo de organização e defesa dos direitos (MNMMR, 1988; 1990). De acordo com o *Documento de Teses e Propostas*, o educador(a): “Simultaneamente, deve ser o estimulador e o facilitador de suas formas de organização, apresentando referências e não impondo modelos.” (MNMMR, 1988, p. 13).

Tal alerta para “não impor” dialoga com a necessidade de respeito à individualidade da criança, seus valores e expectativas, afirmada por Freire (1989) que alerta ainda sobre o cuidado que o educador(a) deve ter para não agir de forma invasiva (FREIRE, 1989, p.13).

Ao falar sobre “O que fazem os educadores e educadoras”, a publicação que trata sobre o Movimento de Pernambuco (MNMMR, 2002) reforça a função de mediador de tais agentes na organização e comunicação, no sentido de facilitar que esses meninos e meninas se expressem. Outras características também são destacadas:

Mostram-se sensíveis para trabalhar e aproveitar sinais dos meninos e meninas; estar preparados para lidar com eles, para a partir de suas propostas estimular o processo educativo e os processos propositivos para ações coletivas em relação à luta dos seus direitos; abrir-lhes outras realidades e encaminhar para outros espaços de participação nos quais possam se espelhar. (MNMMR, 2002, p. 57).

A importância de ser um facilitador também é enfatizada no trabalho de Paulo Freire com os educadores de rua: “O engajamento nesse trabalho exige do educador a permanente revisão de conceitos, valores e ideologias para atuar como elemento facilitador no processo de conscientização e libertação.” (FREIRE, 1989, p. 15).

Nesse sentido, ao tratar sobre os aspectos históricos do MNMMR, a historiadora Alessandra Nicodemos (2020) afirma que para a entidade, a ação pedagógica dos educadores(as) deveria voltar-se para a denúncia do quadro de violação de direitos das crianças e adolescentes. Ainda sobre a atuação de tais agentes pedagógicos, a autora afirma:

Desse modo, sua ação consiste em estar sempre perto da realidade do menino e da menina que vive na rua, permanecendo atento aos sinais que sua trajetória pode trazer para o trabalho pedagógico. Assim, pretende não circunscrever a atuação apenas à criança, mas tentar inseri-la num quadro mais ampliado buscando, na relação pedagógica, pistas para definirem suas ações. A realidade dos meninos e das meninas e o quadro em que vivem constituem os elementos fundamentais na construção dessa pedagogia libertadora. (NICODEMOS, 2020, p. 188).

Tanto o documento que sintetiza as *Teses e Propostas* (MNMMR, 1990, p. 13) quanto a publicação que trata sobre o Movimento em Pernambuco (MNMMR, 2002, p.52) e a análise da historiadora Alessandra Nicodemos (2020, p. 193) ressaltam que o trabalho profissional e o trabalho voluntário coexistem no MNMMR, nesse sentido, também apontam para a multiplicidade de características entre os educadores e educadoras.

Ao tratar sobre a dinâmica de trabalho dos agentes pedagógicos da organização, uma publicação de divulgação do Movimento (MNMMR, 1994), elaborada pela gestão do período de 1990 até 1993, traz informações inerentes ao perfil dos participantes que constituíam a organização naquele momento:

Os educadores voluntários, militantes e ativistas dos direitos da criança e do adolescente engajados nas comissões locais são, na sua maioria, do sexo feminino, com escolaridade entre os graus primário e secundário. Apenas uma pequena parcela tem formação universitária, em geral em cursos da área de humanas, como serviço social, direito e psicologia. A quase totalidade participa de programas comunitários de atendimento a meninos e meninas de rua de caráter não-governamental. Uma pequena parcela está vinculada profissionalmente a programas desenvolvidos por programas municipais, estaduais e federal. (MNMMR, 1994, p. 29).

Explorando a heterogeneidade na composição do Movimento, evidenciamos a diversidade no perfil dos educadores (em nível nacional) nos primeiros anos da década de 1990. É importante ressaltar que a mencionada “participação em trabalhos comunitários” é um elemento presente de forma significativa na trajetória do MNMMR, visto que os núcleos de base constituem expressão do trabalho da entidade nas comunidades. Dentro da organização existia uma preocupação com uma prática pedagógica sistematizada, que se traduz na existência de um curso de formação para os educadores e educadoras.

Afirmando a organização de meninos e meninas como projeto essencial da entidade, a documentação do MNMMR trata sobre os princípios norteadores da proposta pedagógica do trabalho de seus educadores:

A proposta pedagógica é embasada nos princípios da educação popular, viabilizada pelos chamados educadores sociais de rua e por ativistas dos direitos da criança. O desenvolvimento de atividades lúdicas é um dos esteios dessa proposta pedagógica. (MNMMR, 1994, p. 31).

Para pensar o conceito de educação popular, base da proposta pedagógica do MNMMR, como mencionado na citação acima, analisamos o que as obras de Paulo Freire nos dizem, visto que o autor aparece nas referências bibliográficas de publicações do Movimento e figurou como influência no trabalho do projeto que se desdobrou na origem da entidade.

De acordo com Freire e Nogueira (1993) a participação de movimentos e grupos populares e um pensamento amparado na participação da população na transformação do país são fatores que contribuíram para o surgimento e difusão da educação popular no Brasil (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, pp. 16-17). Sobre o conceito de educação popular, o trabalho dos autores pontua:

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. Em uma primeira “definição” eu a aprendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política. (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 19).

No sentido da transformação social, mencionada na citação acima, na obra *Pedagogia do oprimido*, Paulo Freire afirma que seria ingenuidade esperar das elites opressoras uma educação de caráter libertário e aponta o caráter pedagógico de uma revolução libertadora (FREIRE, 1987, p. 76). Dessa forma, entendemos que uma pedagogia fundamentada na educação popular, como a do MNMMR, possui um caráter político e compromisso com a transformação social.

Ao investigar o que os documentos nos dizem sobre a formação dos educadores e educadoras sistematizada através de um curso, ressaltamos mais uma vez que o princípio básico da metodologia do trabalho da entidade é considerar as crianças e adolescentes como sujeitos de sua própria história e que cada local exige uma demanda específica, portanto, a atuação do educador num grande centro urbano é diferente da atuação em uma área rural (MNMMR, 1988, p. 17). Em relação aos aspectos metodológicos:

A metodologia de formação dos educadores deverá considerar o educador como sujeito do processo de aprendizagem, cujos conteúdos devem emergir fundamentalmente da análise da prática. Não há teoria sem prática. Não prática da qual os seus sujeitos não possam fazer uma reflexão, mesmo a mais simples, como por exemplo, a descrição do “seu que fazer”. Com esta concepção devemos superar a dicotomia entre teoria e prática, entre os que sabem e os que fazem, entre os que planejam e os que executam. (MNMMR, 1988, p. 17).

Trazendo reflexões sobre práticas educativas no âmbito da educação progressista, em favor da autonomia dos educandos, os ditos de Freire (1996) dialogam com a citação acima que trata sobre a metodologia de formação dos educadores do MNMMR: “É pensando

criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunde com a prática.” (FREIRE, 1996, p. 22).

Dessa forma, percebemos mais uma vez a influência do pensamento freireano sobre as concepções que norteiam a prática pedagógica de educadores do Movimento. Ao tratar sobre o trabalho educativo do MNMMR, o trabalho de Nicodemos afirma a atuação da organização na formação de educadores. Segundo a autora, “Como consequência direta do trabalho de formação de educadores, através de cursos, seminários e debates, o movimento atuou como disseminador dessa concepção pedagógica entre os trabalhadores sociais.” (NICODEMOS, 2020, p. 189).

Nesse sentido, encontramos em nossa investigação, informações sobre a existência de um curso de formação dos educadores e educadoras. O MNMMR possuiu um *Centro de Formação e Apoio a Educadores Sociais* com a atuação pautada em três áreas: cursos de capacitação, produção de subsídios políticos e pedagógico e assessoria a programas de educação social com crianças e adolescentes (MNMMR, 1994). A publicação traça os objetivos e trata sobre questões estruturais do referido Centro de Formação:

O centro quer desafiar práticas convencionais e ser produtor, e não um mero reprodutor, de conhecimento. Sua meta é também desenvolver um setor de serviços de apoio que inclui biblioteca, videoteca e assessoria direta a programas de educação social. Sua estrutura é descentralizada em três polos, que buscam estar afinados com as peculiaridades culturais e regionais: o Pólo I, em Campinas (SP), abrange as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; o Pólo II, em Belém, cobre a região Norte; e o Pólo III, em Recife, atinge a Região Nordeste. (MNMMR, 1994, p. 32).

No que diz respeito à distribuição dos polos, apontamos que o critério para escolha dos estados, provavelmente deu-se através do número de núcleos de base⁵⁴, visto que São Paulo, ao menos em 1992, é o estado que mais possui núcleos da base no Brasil, seguido de Pernambuco e o Pará é o estado da região Norte que contava com mais núcleos no início da década de 1990 (PÉ DE MOLEQUE, setembro de 1992). Em tais polos eram realizados vários cursos de formação, com centenas de educadores vindos de diversas partes do Brasil (MNMMR, 1994, p. 18).

Através da investigação, identificamos os educadores do Movimento como mediadores, estimuladores de ações e projetos de vida, que atuaram na organização das crianças e adolescentes em torno da defesa e garantia de seus direitos. Além de tal

⁵⁴ De acordo com o jornal Pé de Moleque, em setembro de 1992 este era o cenário em relação à distribuição dos núcleos de base no cenário brasileiro: São Paulo: 35 núcleos; Pernambuco: 28 núcleos e 2 em formação; Rio de Janeiro e Pará: 7 núcleos; Mato Grosso: 7 núcleos e 4 em formação; Paraná e Paraíba: 6 núcleos; Goiás: 2 núcleos e 1 em formação; Piauí: 2 núcleos; Rio Grande do Norte: 1 núcleo. (PÉ DE MOLEQUE, setembro de 1992, p. 5).

organização, os educadores atuaram na inserção desses meninos e meninas nas lutas pelas demandas do Movimento, o jornal *O Grito* constitui exemplo materializado de tal fato. Dessa forma, percebemos que o MNMMR pensava na experiência de formação de seus educadores de forma estruturada.

Na construção do presente capítulo, buscamos evidenciar a forma como o MNMMR fala sobre o jornal em suas publicações, quais os termos aparecem e como esses termos representam funções do jornal. Tal investigação descortina elementos da participação dos meninos e meninas no periódico.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho de analisar os aspectos relacionados à materialidade foi embasado por Luca (2008) e trouxe à tona características físicas do jornal que dizem respeito, além de tudo, ao seu lugar social. A análise conceitual sobre os movimentos sociais, sobretudo no trabalho de Gohn (2011), proporcionou um melhor entendimento acerca da atuação do MNMMR. A partir do pensamento da autora, apresentamos elementos que pautam a produção do jornal *O Grito* como prática educativa.

Através de uma investigação direcionada com a documentação e publicações do MNMMR, foi possível mapear a composição administrativa do Movimento e trazer as concepções que norteavam as estratégias da organização, inclusive, apontando para a construção de periódicos do mesmo segmento que *O Grito* como uma estratégia de comunicação utilizada pela entidade.

Ao trazer um debate sobre quem seriam os meninos e meninas que faziam o MNMMR “acontecer” ressaltamos a multiplicidade do fenômeno da criança e adolescente em situação de rua (RIZZINI; COUTO, 2019). Traçamos algumas características sobre tais sujeitos, inclusive mostrando o que se entende por menino e menina em situação de rua nas documentações norteadoras da atuação do Movimento. Nesse sentido, foi possível também trazer os levantamentos quantitativos sobre a quantidade de meninos e meninas integrantes do Movimento em Pernambuco.

Direcionando a investigação para os educadores sociais, destacamos a influência do pensamento freireano na metodologia e na prática pedagógica dos membros do Movimento. Trouxemos também, informações sobre o curso de formação desses agentes pedagógicos, um elemento que diz muito sobre o trabalho e as concepções pedagógicas da organização.

CAPÍTULO II – MEMÓRIAS DE UM GRITO ESCRITO: O “JORNALZINHO” VIVENCIADO A PARTIR DE TRÊS PERSPECTIVAS

Neste capítulo, o nosso objetivo é tratar sobre questões referentes ao jornal *O Grito* através, sobretudo, de relatos de vivências e memórias de três sujeitos históricos que participaram da construção da publicação periódica. Estabelecendo diálogos entre a documentação, as publicações de divulgação do MNMMR e os relatos de memória de pessoas que se envolveram em atividades do Movimento no período abrangido por nosso recorte temporal. Nesse sentido, buscamos construir uma narrativa que traz elementos sobre a história de cada um dos entrevistados com a entidade.

Dois dos três entrevistados eram adolescentes na época que participaram da construção do “jornalzinho”, elemento que viabiliza uma investigação do papel dos meninos e meninas nos processos relacionados à publicação periódica. Para tal, fez-se importante trazer à tona aspectos teóricos e metodológicos acerca do fazer historiográfico quando se trabalha com relatos de memória. As nossas entrevistas temáticas focaram, sobretudo, em tentar entender como era o processo de elaboração das edições e distribuição dos exemplares. Almejamos também, trazer respostas sobre o que *O Grito* representou para cada sujeito histórico, respostas que se desdobraram em debates acerca do papel do Movimento em suas vidas.

2.1. Relatos de memórias: dos núcleos de base até o “jornalzinho”

Ao formular o projeto de pesquisa que viabilizou a construção da presente dissertação, optamos pela estratégia de ouvir atores ou testemunhas da dinâmica e construção do periódico do MNMMR de Recife, o que resultou na produção da transcrição de dois relatos orais e uma entrevista escrita. Nesse sentido, consideramos o registro de testemunhos como um elemento de ampliação das possibilidades de interpretação do passado, como afirma a historiadora Verena Alberti ao traçar sugestões metodológicas para o trabalho do historiador com relatos orais (ALBERTI, 2008, p. 155).

Nesse sentido, desde o planejamento de tal projeto de pesquisa, trazer relatos orais para nossa investigação, em torno do jornal *O Grito*, era um objetivo. Tal propósito será

esmiuçado no presente capítulo através do registro das vivências de três pessoas que tiveram suas trajetórias marcadas pelo “jornalzinho” do MNMMR de Recife.

É oportuno debater aqui sobre referenciais teóricos e metodológicos que nortearam o nosso trabalho historiográfico com os relatos de memórias. Partimos da ideia de que trabalhar com tais relatos não se limita a uma decisão técnica ou de procedimento e acreditamos que o trabalho com tais fontes pode, antes de tudo, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais, como afirma Lozano (2006). Tal autor enfatiza que o trabalho com depoimentos orais colhidos sistematicamente, sob métodos e pressupostos teóricos, pode resultar na produção de conhecimentos históricos e científicos, e não constituir simplesmente um relato ordenado da experiência de outras pessoas (LOZANO, 2006, p. 17). Nesse sentido, a historiadora Yara Khoury, ao apresentar reflexões em torno do uso de narrativas orais na investigação histórica, destaca a especificidade de tais fontes:

As fontes orais são únicas e significativas por causa de seu enredo, ou seja, do caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores para contá-la. Por meio dessa organização, cada narrador dá uma interpretação da realidade e situa nela a si mesmo e aos outros e é nesse sentido que as fontes orais se tornam significativas para nós. (KHOURY, 2001, p. 84).

O debate sobre a interpretação única de cada narrador levantado por Khoury (2001) conecta-se com o debate sobre as leituras múltiplas que inferem nos significados que os indivíduos dão a um determinado passado, levantado pelo historiador Antônio Montenegro (2006). Dessa forma, entendemos que podemos encontrar respostas significativamente distintas para uma mesma pergunta sobre um mesmo assunto.

Tratando do problema da ligação entre memória e identidade social na perspectiva das histórias de vida, Michel Pollak, argumenta sobre a coletividade e as mudanças constantes da memória.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas, Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 201).

As flutuações e transformações mencionadas por Pollak (1992) dialogam com a definição da memória enquanto um trabalho de ressignificação afirmada no trabalho de Montenegro:

[...] jamais dever-se-ia pensar a memória ou a percepção como reflexo ou cópia do mundo, mas como atividade, como trabalho ininterrupto de ressignificação do presente enquanto leitura a partir de um passado que se atualiza enquanto memória informando a percepção; (MONTENEGRO, 2006, p. 55).

Ainda sobre o debate no campo dos significados e ressignificados, é importante ressaltar o alerta de Alberti (2008): “Cabe ao pesquisador estar atento ao fato de os significados atribuídos a ações e escolhas do passado serem determinados por uma visão retrospectiva, que confere sentido às experiências no momento em que são narradas.” (ALBERTI, 2008, p. 170).

Em relação ao planejamento das entrevistas⁵⁵, destacamos as sugestões para o trabalho com narrativas orais apresentadas pela historiadora Verena Alberti que trata sobre a importância da definição de quantas pessoas e quem será entrevistado.

Para selecioná-los é necessário um conhecimento prévio do universo estudado; é preciso conhecer o papel dos que participaram ou participam do tema investigado, saber quais seriam os mais representativos e quais são reconhecidos pelo grupo, além de conhecer os que são considerados “desviantes”. (ALBERTI, 2008, p. 172).

O conhecimento prévio acerca do universo estudado, mencionado por Alberti (2008), em nosso caso é representado pela nossa investigação sobre a trajetória do Movimento em Pernambuco, que já vinha sendo realizada⁵⁶. Além disso, o contato pessoal com a militância e com os educadores sociais da organização também viabilizou diálogos importantes no planejamento das entrevistas. Apesar dos percalços que foram surgindo ao longo do ano de 2020⁵⁷, o trabalho de investigação iniciado outrora e a articulação mencionada viabilizaram o mapeamento e a realização das entrevistas.

Comentando acerca de cuidados que devem estar presentes em todo o processo de trabalho com entrevistas, a arquivista francesa Tourtier-Bonazzi também aponta para a importância de colher dados e informações prévias sobre os entrevistados durante a sua preparação, ressaltando que é conveniente ter referências sobre as etapas da vida dos entrevistados (TOURTIER-BONAZZI, 2006, p. 236). Nesse sentido, membros do MNMMR como Dudui⁵⁸ e Tonho das Olindas⁵⁹ nos ajudaram com sugestões para possíveis entrevistados(as), utilizando como referência, o conhecimento que tinham sobre a trajetória de

⁵⁵ O projeto submetido para seleção no PPGH – UFRPE (2019.2) trazia a intenção de trabalhar com narrativas orais, mas naquele momento só tínhamos confirmado a entrevista com João Batista. Um trabalho de mapeamento estava sendo realizado.

⁵⁶ O trabalho com a trajetória do MNMMR em Recife na década de 1980 durante a iniciação científica mencionado na introdução do presente trabalho representa o conhecimento prévio afirmado por Alberti (2008).

⁵⁷ A pandemia do Covid-19 inviabilizou encontros e entrevistas presenciais.

⁵⁸ Maria de Lourdes Silva do Nascimento, mais conhecida por Dudui, é uma educadora do MNMMR de Pernambuco. Em minhas visitas à sede do Movimento nos tempos de iniciação científica, Dudui sempre me dava muita atenção e ajudava-me na procura por documentos e publicações da entidade.

⁵⁹ Tonho é um militante da causa da infância muito conhecido em Recife e Olinda. Atualmente faz parte do Grupo Ruas e Praças.

pessoas que poderiam ter, de alguma forma, participado da construção do “jornalzinho de Recife”.

Os três sujeitos históricos que permeiam o presente capítulo possuem em comum, além das vivências com o jornal *O Grito*, a relação com o MNMMR, com o *Grupo Ruas e Praças* e a militância pela causa dos direitos da criança e do adolescente em Pernambuco.

Paulo, já citado aqui no capítulo anterior, foi responsável por aspectos técnicos do jornal e já vinha, antes mesmo da fundação de *O Grito*, de uma relação de parceria com Adriano Janssen. João Batista atuou nos núcleos de base e fazia parte da equipe destinada à produção do jornal *O Grito* quando adolescente, dessa maneira, é o entrevistado que acompanhou o jornal mais “de perto”. O engajamento de João com o MNMMR foi para além da adolescência, haja vista que ele passou a atuar como educador social da organização na idade adulta. Dessa forma, as falas do entrevistado além de trazerem elementos de sua trajetória com a entidade, carregam elementos das concepções pedagógicas do Movimento.

Por fim, Tiago também atuou nos núcleos de base do Movimento, era representante de Pernambuco na Comissão Sub-regional⁶⁰ do MNMMR e levava informações para o jornal. Atuar como representante rendeu-lhe a participação em muitos eventos da organização, nesse sentido, seus relatos revelam aspectos acerca do intercâmbio entre os núcleos e comissões do MNMMR.

O fato de cada sujeito histórico possuir uma relação a partir de um ângulo diferente com o jornal *O Grito* dialoga com a seguinte sugestão metodológica de Alberti: “Convém, pois, contar com entrevistados de diferentes origens que desempenhem diferentes papéis no universo estudado, a fim de que variadas funções, procedências e áreas de atuação sejam cobertas pela pesquisa.” (ALBERTI, 2008, p. 175).

A partir dessa perspectiva, as três entrevistas realizadas se circunscrevem no campo das entrevistas temáticas. Como o próprio nome sugere, as entrevistas temáticas são as que tratam prioritariamente sobre a relação entre as vivências do entrevistado e o tema ou objeto escolhido (ALBERTI, 2008), esse tipo⁶¹ de entrevista mostrou-se mais adequado aos propósitos da nossa pesquisa. Estabelecendo um diálogo entre os ditos da autora e o nosso trabalho, a temática das entrevistas foi justamente a relação e as vivências dos entrevistados

⁶⁰ A Comissão Sub-regional da qual Pernambuco faz parte envolve também os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. A região Nordeste possuía três comissões Sub-regionais. Mais informações sobre o papel dessa comissão serão debatidas ao longo do capítulo.

⁶¹ A autora aponta que existem dois tipos de entrevista: as entrevistas temáticas e as de história de vida. No entanto, a linha que divide os dois tipos é tênue. (ALBERTI, 2008, p. 175).

— dois deles, enquanto adolescentes — com o jornal *O Grito*, e conseqüentemente, suas experiências com o MNMMR.

De acordo com o historiador italiano Alessandro Portelli, trabalhar com relatos de memória possui uma dimensão ética e política. Nesse sentido, o autor traz à tona um debate sobre a relação entre a oralidade e a democracia:

Todos os meios de comunicação, do *scanner* ao *computer*, excluem uma parte da humanidade. Há pessoas que não sabem escrever ou ler; há pessoas que não manejam o computador; porém a voz, a oralidade, é um meio de comunicação que todos os seres humanos possuem e, de alguma maneira, controlam. Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. (PORTELLI, 2010, p. 3).

Uma ressalva feita pelo autor, que consideramos muito pertinente trazer ao debate, é a de que o trabalho do historiador com fontes orais não é “dar voz aos sem voz”. De acordo com Portelli:

Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia. (PORTELLI, 2010, p. 3).

Dessa forma, ao falarmos de um jornal apresentado pela própria organização responsável pela sua publicação como “um instrumento de denúncias e protestos da meninada, levando às ruas e periferias o grito escrito dos meninos e meninas [...]” (MNMMR, 2002, p. 48) buscamos amplificar esse “grito escrito” e levá-lo ao espaço público do discurso e da palavra, como afirma Portelli (2010).

Acreditamos que apresentar, mesmo que de forma breve, os atores que terão seus relatos de memória em evidência no presente capítulo é algo de grande importância. Ao falarmos de suas trajetórias, traremos também elementos sobre como chegamos até essas pessoas. Naturalmente, todos os entrevistados falaram sobre suas trajetórias de vida, uns mais e outros menos. Portanto, o volume de informações sobre as histórias de vida de cada entrevistado que trouxemos à tona depende da ênfase que cada um deu ao assunto.

Como já ressaltado aqui, as entrevistas foram temáticas, nesse caso, como afirma Alberti (2008, p. 175): “o tema pode ser de alguma forma 'extraído' da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas”. Dessa forma, cada uma das trajetórias

encontra o tema central das entrevistas — as vivências com o jornal *O Grito* — de forma diferente.

Apresentaremos, de forma sintética, elementos da trajetória de cada um dos entrevistados até chegar ao ponto em que começa a relação deles com o MNMMR. Após a narrativa alcançar como esses atores chegaram ao Movimento, serão evidenciados os seus relatos e respostas acerca do jornal *O Grito*.

Começaremos por João Batista Júnior⁶², pois ele foi a primeira pessoa que despertou nosso interesse e também o primeiro entrevistado. Atualmente, João é educador social e foi quem mais se delongou ao tratar de sua própria trajetória.

Nas vivências de uma pesquisa sobre a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife e tomando como recorte temporal a década de 1980, visitei o arquivo do casal de militantes Helena e Adriano Janssen, e também tive a oportunidade de visitar a sede municipal do MNMMR⁶³, que fica no centro do Recife. Através de tais experiências, conheci João Batista, educador social e membro do setor de comunicação do Movimento.

Tive a oportunidade de conversar com ele em um evento⁶⁴ em 2016, para minha surpresa, ele tinha conhecimento sobre a minha pesquisa e me contou que havia participado da equipe que elaborava o jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*. Naquele momento eu ainda estava na graduação, mas já imaginava que se levasse adiante as pesquisas sobre o MNMMR em Recife e adentrasse com mais profundidade no “jornalzinho”, a contribuição de João seria vital.

Durante a formulação do projeto de mestrado, em 2019, pensamos em utilizar relatos orais, visto que, não existe ainda uma produção acerca do periódico que é o centro da presente investigação. A partir do planejamento, entrei em contato com João e ele afirmou aceitar e ajudar a encontrar mais pessoas que pudessem trazer contribuições para a nossa análise.

Marcar uma data específica foi uma tarefa dificultada pela pandemia que assolou toda sociedade no ano de 2020. Provavelmente pelo conhecimento prévio e pela boa relação com o entrevistado em questão, elementos apontados por Tourtier-Bonazzi (2006) como importantes para o processo da entrevista, tudo fluiu de forma bastante natural do começo ao fim⁶⁵. Talvez

⁶² Começou a sua trajetória como educador social no MNMMR e hoje, além de atuar nesse campo, trabalha na área de comunicação do Movimento de Pernambuco. De uma forma geral, João é uma figura muito conhecida dentro do MNMMR e atua também em questões acerca da profissão de educador social.

⁶³ A sede encontra-se no seguinte endereço: Rua Capitão Lima, 132, Santo Amaro - Recife.

⁶⁴ Conheci João Batista no Encontro de Educadores Sociais em 2016, evento sediado pela UFRPE.

⁶⁵ Já havia presenciado entrevistas para a produção de material de pesquisa, no entanto, essa foi a primeira vez que eu estava conduzindo uma. A presença do orientador do trabalho representou-me fonte de segurança.

pela experiência de João enquanto educador social, ele começa a entrevista destacando a importância de partir da nossa própria história para entender o processo histórico, enfatizando que isso faz parte do processo educativo. A partir de então, João começa a narrativa de sua trajetória, pela história de seus pais, que vieram de municípios do interior⁶⁶ de Pernambuco em busca de uma vida melhor em Olinda.

Analisando João enquanto narrador, reflito como suas marcas pessoais aparecem impressas em sua narrativa, como afirma o filósofo Walter Benjamin ao tratar da narrativa como forma artesanal de comunicação (BENJAMIN, 1987, p. 205). O educador social relembra que quando tinha apenas três anos de idade, seu pai, que era eletricitista, foi vitimado por um assalto. Nessa época, a irmã mais velha de João tinha quatro anos e o mais novo ainda estava na barriga. Nesse cenário, João, sua mãe e seus quatro irmãos passam a morar no bairro da Bomba do Hemetério, onde passam por inúmeras dificuldades.

Ainda em sua infância, João passa a morar na comunidade do Alto do Sol Nascente, bairro de Olinda na divisa com o município de Paulista⁶⁷. Quando trata de sua adolescência, ele começa trazendo à tona sua iniciação “precoce” no mundo do trabalho:

Quando chega na adolescência, adolescente come feito “monstro”, né. E aí o salário dela [sua mãe] não dava mais conta, nunca deu conta de garantir outras coisas, roupa é uma vez por ano, sapato que dá pra um vai do mais velho até o pequeno, ou até cair o solado, né? Essas histórias... É um pouco o que acontece com todo mundo da mesma geração e da galera que participa do Movimento, então aos treze eu começo a trabalhar a contragosto dela [sua mãe], ela não queria e a gente conversava e eu dizia: “mesmo sem a senhora querer eu vou, minha senhora!” (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal)

João começa vendendo picolé, embalando mercadorias em supermercados, fazendo o possível para garantir um complemento para a alimentação da sua família. Lembra que nessa época comer carne era privilégio, “coisa de dia de domingo, porque no resto dos dias da semana se come ovo ou alguma outra coisa que tenha [...]” (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

Um fato extremamente relevante para a análise da trajetória do educador social é que apesar de ter trabalhado em sua adolescência, sua mãe nunca o deixou largar a escola e tinha o cuidado para que o trabalho do filho não atrapalhasse seus estudos. “Então, eu normalmente ia trabalhar no final de semana e, principalmente, nas férias, eram todos os dias.” (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

⁶⁶ O pai de João, também se chamava João, e veio de Timbaúba. Sua mãe, Severina, veio da cidade de Condado, esses dois municípios localizam-se na Zona da Mata pernambucana.

⁶⁷ Paulista é um município vizinho de Olinda e também compõe a Região Metropolitana do Recife (RMR). O Alto do Sol Nascente, bairro em que João morava, ficava na divisa entre esses dois municípios.

Seguindo a lógica de dividir-se entre trabalho e estudo, aos 15 anos de idade o adolescente é convidado por um tio paterno, que morava próximo, para trabalhar no em um aterro sanitário localizado no bairro da Mirueira, no município de Paulista, o lugar é popularmente conhecido como Lixão da Mirueira. É nessa época que João entra em contato pela primeira vez com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Construindo a relação com a comunidade, ele conhece o Movimento através de um dos amigos das “peladas” de futebol. Esse amigo, segundo ele, chamava-se Alexandre e não tinha uma vida muito diferente da sua em relação às dificuldades financeiras enfrentadas no âmbito familiar.

Ao falar desse amigo João levanta uma importante questão sobre a multiplicidade das características dos meninos e meninas que participavam do MNMMR:

A mãe dele também trabalhando de empregada doméstica, sempre tentando dar o melhor, ele naquela história de estar na rua, mas não estar sem vínculo familiar e sem ser usuário drogas. É o cara que vai trabalhar na rua e volta todo dia de noite e que também não tinha rompido o laço com a escola. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

A descrição de João dialoga com a heterogeneidade e a transitoriedade do fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua, elementos apontados no trabalho de Rizzini e Couto (2019, p. 107). Além disso, conecta-se com as características apontadas pelo trabalho dos educadores de rua junto com Freire (1989) que apresentamos no capítulo anterior: “em sua maioria, meninos e meninas entre sete e dezessete anos, que vivem na rua trabalhando para se sustentarem e/ou para ajudar no sustento de suas famílias, que quase sempre são pobres demais para atender às necessidades básicas dos filhos.” (FREIRE, 1989, p. 11). A busca desses meninos e meninas por trabalho para ajudar no sustento de suas famílias também é um fator destacado pelo trabalho das autoras antes mencionadas (RIZZINI; COUTO, 2019, p. 109) e é algo que aconteceu com o próprio João.

O amigo que acabou sendo a “porta de entrada” de João para o Movimento havia participado do núcleo de base chamado Artista da Rua⁶⁸ que era um espaço de relação entre o Grupo Ruas e Praças e o MNMMR.

De acordo com o educador social, Alexandre deixa de participar das atividades do núcleo Artistas de Rua e das demais atividades do Grupo Ruas e Praças por questões pessoais. Após isso, ele ajuda a fundar o núcleo de base do MNMMR no bairro em que João morava, o núcleo Comunidade Jovem do Futuro. Em 1997, aos seus 15 anos de idade, João foi convidado a entrar no Movimento, através da participação em tal núcleo.

⁶⁸ Através da entrevista, podemos apontar que o núcleo Artistas de Rua era um núcleo de base do MNMMR. A particularidade desse núcleo é que nele atuavam o MNMMR e o Grupo Ruas e Praças juntos.

O fato de que os próprios adolescentes auxiliaram na fundação do núcleo de base na comunidade do Alto do Sol Nascente dialoga com a autonomia que esses meninos e meninas possuíam nesses núcleos, autonomia que aparece em uma definição sobre tais espaços:

O núcleo é a forma primeira de ligação orgânica das crianças com o Movimento. A partir daí, elas têm autonomia para inventar, desenhar e construir formas organizativas próprias; no processo de co-gestão, vai negociando outras maneiras e outros tipos de relações orgânicas. O propósito final é que as crianças reconheçam sua força e seu poder e passem a exercer um papel cada vez mais protagônico de agentes de defesa dos seus próprios direitos. (MNMMR, 1994, p. 31).

Dessa forma, percebemos as evidências de que os núcleos de base podiam ser espaços cogeridos pelos adolescentes e, embora seja difícil mensurar tal participação, apontamos a importância dessa modalidade de gestão para uma composição administrativa o mais horizontal possível, pretendida pelo Movimento em suas documentações.

Um ponto a se destacar no começo da trajetória de João com o MNMMR, é que num primeiro momento, ele não se identifica com a proposta de entrar para o Movimento a partir do núcleo de base pelo seguinte motivo:

[...] exatamente por ser do “Movimento de Meninos e Meninas de Rua” e eu não me identificava como “menino de rua”, pra mim era claro que “de rua” era aquele que tava dormindo na rua e eu tinha uma casa pra morar, tinha uma mãe que cuidava de mim, dentro das limitações dela, e eu não era “de rua”. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

No trecho destacado, João relembra a sua dificuldade enquanto adolescente em se perceber e se localizar diante da complexidade do fenômeno da situação de rua, problemática debatida por Rizzini e Couto (2019). É importante destacar que a afirmativa de João sobre não ter se identificado como menino “de rua” estava embasada na sua vinculação com a família e de ter uma moradia. Debatendo o conceito de crianças e adolescentes em situação de rua, Neiva-Silva e Koller (2002, pp. 208-209) afirmam que a relação com a família foi um fator sempre presente na descrição dos meninos e meninas em situação de rua. De acordo com Koller e Hultz (1996), o uso da terminologia, *criança e adolescente em situação de rua*, demanda “análises caso a caso, específicas para cada criança, tendo que agrupá-las por semelhanças, mas respeitando suas individualidades e a dinâmica intrínseca de suas realidades de vida.” (KOLLER; HULTZ, 1996, p. 27). Dessa forma, percebemos a importância de se problematizar a heterogeneidade do fenômeno da criança e do adolescente em situação de rua.

A insistência dos amigos do adolescente para que o mesmo participasse das atividades traz à tona elementos presentes no trabalho do núcleo de base: “E aí, *vamo simhora* rapaz, tem nada o que fazer, *vamo simhora*, vai ser legal! A gente conhece o Estatuto, as atividades do

Movimento, o lanche é massa, tem umas meninas muito bonitas!” (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

A fala de João se conecta com a proposta dos núcleos de base de facilitar a expressão dos meninos e meninas e aprofundar o debate nas questões que dizem respeito aos seus direitos (MNMMR, 2002), nesse sentido, é importante ressaltar a menção do entrevistado ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apresentar o ECA aos meninos e meninas nos núcleos de base representa a conscientização das crianças e adolescentes sobre seus direitos, elemento presente entre as principais linhas de atuação do MNMMR. Como proposta do capítulo, apresentamos a história de João até a sua entrada no Movimento, dessa forma alternaremos o foco para a trajetória de Tiago.

Na tentativa de encontrar pessoas⁶⁹ que tivessem participado de alguma forma de processos relacionados ao jornal *O Grito*, João Batista, Tonho das Olindas e Dudui — pessoas já mencionadas aqui — nos deram uma imensa contribuição. Tentamos entrar em contato com algumas pessoas que potencialmente podiam contribuir, mas não obtivemos sucesso. Até que Tonho das Olindas recomendou Tiago dos Santos, que aceitou prontamente. Atualmente, Tiago trabalha como cabeleireiro e transparece um sentimento de saudosismo ao falar do Movimento. Ele optou por não falar muito sobre sua trajetória, sua narrativa foi centrada nas suas atividades com o a organização.

Tiago cresceu na comunidade da Bomba do Hemetério, lugar por onde João também passou em sua infância, e destacou a presença do trabalho do MNMMR em tal comunidade. Sua mãe trabalhava o dia inteiro e colocou o filho em um projeto de assistência para que ele não ficasse na rua depois da escola. De acordo com o entrevistado: “era o projeto da Igreja do Espinheiro⁷⁰ que trabalhava com meninos em situação de rua” (SANTOS, 2021, informação verbal). Ele revela não lembrar como “se encaixou” em tal projeto, mas lembra que o frequentava de segunda a sexta.

O entrevistado revela-nos que o núcleo de base do MNMMR localizado no bairro da Bomba do Hemetério chamava-se Força Jovem e traz à tona também o que encontrou ao entrar na organização aos seus 12 anos de idade:

[...] eu conheci o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no núcleo, que era mais a questão da conscientização dos direitos das crianças e adolescentes. O que a gente tinha como dever, o que a gente tinha como direito. Qual seriam os meios de a gente poder questionar o poder público, da insatisfação, das coisas que

⁶⁹ Apesar de lembrarem de várias pessoas, em muitos casos não possuíam um contato, seja um número telefone, *e-mail* ou rede social.

⁷⁰ As pessoas costumam se referir dessa forma quando falam da Igreja Matriz do Espinheiro que fica no bairro do Espinheiro, a poucos quilômetros do bairro da Bomba do Hemetério.

não são cumpridas, e aí eu aprendi tudo isso no Movimento. Eu entrei no Movimento em 1999 e hoje eu acredito que ainda faça parte do Movimento, sou um homem hoje que tenho 33 anos, mas eu faço parte do Movimento e o Movimento tá dentro de mim porque tem muita coisa que eu aprendi dentro do Movimento em relação ao entendimento do que a gente é capaz de conseguir com a manifestação popular, com a conscientização da gente. É muita coisa que a gente é capaz, claro que o sistema é muito bruto, mas a gente tem meios de conseguir que as nossas necessidades sejam olhadas pelo poder público, porque o poder público nos deixa no escanteio até hoje. (SANTOS, 2021, informação verbal).

Através dessa fala, o papel da conscientização do Movimento, elemento que aparece com frequência na documentação da organização, fica evidente nas memórias que Tiago construiu sobre tal movimento social. De acordo Pollak: “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.” (POLLAK, 1992, pp. 203-204). Dialogando com o pensamento do autor, percebemos como a mobilização da memória individual do entrevistado evidencia a importância do MNMMR para a sua formação pessoal, não apenas no trecho citado, mas ao longo de toda a entrevista. Outro importante elemento a se destacar entre as falas de Tiago é sobre a especificidade do núcleo de base Força Jovem:

[...] eu tenho um fortalecimento da minha cultura a partir do Movimento, de ter ligação com a cultura afro-brasileira que é o coco, a ciranda, o afoxé, e que estavam muito presentes no núcleo de base do Movimento, era um trabalho que o Movimento tinha, de mostrar a nossa cultura. (SANTOS, 2021, informação verbal).

Tal destaque remete à proposta pedagógica do MNMMR de Pernambuco de entender a cultura como elemento que deve estar presente nos espaços educativos e organizativos do movimento social: “cultura como direito e elemento fundamental no processo de resgate da dignidade da pessoa, enquanto ser social com herança cultural, com formas próprias de se situar socialmente e de expressar crenças e valores.” (MNMMR, 2002, p. 40).

Outro ponto que consideramos ser importante trazer à tona é o fato de que Tiago também problematiza a questão de “pertencer à rua”, e a partir disso, afirma o papel do MNMMR de prepará-lo para a rua enquanto espaço de convivência:

[...] entrando no Movimento, eu percebi que aquele lugar era o meu mundo. Aquilo ali me daria oportunidade de viver um mundo diferente, e aí eu me encaixei ali, não quer dizer que, eu, por não morar ou não ser da rua, eu não sou da rua, eu era da rua, sou da rua e indo pro Movimento, eu vou pra rua mais preparado. Calma aí, se um policial me questionar sobre isso... mas, eu tenho direito de estar aqui, não tô violando nenhuma lei, eu tô aqui simplesmente, eu tô aqui... mas eu também tenho dever eu não posso tá quebrando, fazendo e acontecendo. E o Movimento faz isso... não ser de rua, mas estar no Movimento pra aprender tudo isso, era muito bom. (SANTOS, 2021, informação verbal).

A polissemia que possui o termo “rua” no trecho em destaque remete à multiplicidade de situações de vulnerabilidade vividas pelas crianças e adolescentes nesses espaços (RIZZINI; COUTO, 2019). Tanto João quanto Tiago, não moravam na rua e trouxeram tal fato para o debate. O trabalho de conscientização de seus direitos e deveres mencionado por Tiago mais uma vez e já retratado aqui como um dos principais objetivos do Movimento (MNMMR, 1988, 1990) permeia toda a entrevista.

Após trazer uma narrativa sobre como João e Tiago chegaram ao Movimento, percebemos que o trabalho comunitário da organização foi um elemento que viabilizou o contato da organização com os mesmos, que na época eram meninos. Após a narrativa das trajetórias dos dois entrevistados que eram adolescentes ao começar a participar do jornal *O Grito*, trataremos do terceiro, que em sua fase adulta contribuiu ao surgimento do jornal.

Quando contei para Dudui sobre o projeto da presente dissertação, ela sugeriu que falasse com seu irmão, Paulo, porque lembrava que ele tinha participado do Jornal *O Grito*, “na parte técnica”, e nos viabilizou seu contato.

Paulo Gonçalves aceitou contribuir através de entrevista escrita⁷¹ e trouxe-nos elementos demasiadamente relevantes para nossa investigação. Falar da história dele, é também falar também de sua relação com militantes do MNMMR de Pernambuco, figuras que aqui já foram mencionadas.

Nascido no ano de 1956, filho de pais trabalhadores, o atual jornalista afirma que teve uma infância pobre em Casa Amarela⁷², um dos bairros mais movimentados e populares da capital pernambucana. Conheceu o MNMMR através de Helena Janssen e Maria de Lourdes (Dudui), suas irmãs. Adriano Janssen, que havia se unido em matrimônio com Helena – tornando-se cunhado de Paulo – conhece o seu trabalho com jornais antes mesmo da existência do periódico *O Grito*.

Ele já me conhecia de outra experiência com um jornal popular: participei da Juventude Operária Católica (JOC), onde ele era coordenador e fizemos um “jornalzinho” em Casa Amarela chamado *Acontece*, impresso em mimeógrafo a álcool, na década de 1970. (GONÇALVES, 2020, informação escrita).

Além de já ter atuado como padre, Adriano Janssen possuía ligações com entidades da Igreja Católica que desenvolviam trabalhos com crianças e adolescentes, como a JOC, tendo atuado como educador desde a década de 1960 (JANSSEN, 1989, 2013). Além da experiência

⁷¹ O entrevistado pediu para que a entrevista fosse escrita por estar em isolamento social, devido ao cenário de pandemia do Covid-19 em 2020, e não querer que fosse por videoconferência. Dessa forma, prezamos pela saúde de todos e respeitamos a vontade do entrevistado.

⁷² Casa Amarela é um bairro tradicional da Zona Norte do Recife que por diversas vezes também aparece nas edições do jornal *O Grito*.

com o *Acontece*, Paulo começou a trabalhar em uma organização não governamental chamada Equipe de Comunicação Sindical (ECOS) na década de 1980. Segundo ele, tais atividades profissionais contribuíram para que Adriano Janssen o chamasse para trabalhar com o jornal *O Grito*. O papel do trabalho de diagramação, exercido primeiramente por Paulo no periódico sob nossa análise, está diretamente envolvido com a apresentação gráfica do jornal. De acordo com Capelato:

O diagramador organiza as imagens, o título principal e secundários, a subdivisão dos textos com fios grossos e finos, espaços cheios e vazios, manipula o contraste entre o preto e o branco, considerados principais elementos do trabalho gráfico. (CAPELATO, 1988, p. 17).

Dessa forma, entendemos que a atuação de Paulo estava circunscrita no campo da técnica – como ele mesmo afirma – e a articulação entre os textos e imagens dentro do espaço disponível imprimia movimento ao todo, como afirma Capelato (1988). É importante ressaltar que diferente do caso de João e de Tiago, Paulo chega para implementar o jornal, no ano de 1988. Dessa forma é importante entendermos como cada um dos outros dois chegou ao periódico.

O trajeto da entrada de João na organização até sua participação no “jornalzinho” tem a ver com suas atividades no núcleo de base. Ao tratar sobre as atividades nesses espaços, ele destaca que o diálogo é a principal base do processo organizativo do Movimento.

De acordo com o entrevistado, no núcleo de base Comunidade Jovem do Futuro, uma educadora⁷³ se reunia com os meninos e meninas nas tardes de sábado. Nesse início das atividades do núcleo, tais encontros eram realizados no chafariz do bairro do Alto do Sol Nascente. João nos conta que:

[...] é lá que a gente se senta e começa a conversar as coisas né, da vida, do mundo, do que a gente tá entendendo, do que a gente viu na televisão, esse tipo de coisa, que eram coisas recorrentes, o papo do núcleo de base começa por aí. O conhecimento do Estatuto [ECA], na reflexão do que a gente tá entendendo sobre as coisas, de coisas que a gente viu no repórter e não conseguiu entender. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

A dinâmica do núcleo Comunidade Jovem do Futuro, mencionada por João, dialoga e encontra pontos convergentes com uma afirmação sobre os núcleos de base encontrada em uma cartilha de divulgação de resultados de uma pesquisa do MNMMR junto com a *Save the Children* em 1996, um ano antes da entrada de João na organização:

⁷³ Tal educadora chamava-se Margarida e segundo o entrevistado, ela atuava no núcleo de base de Chão de Estrelas, comunidade localizada no bairro recifense de Campina do Barreto.

Os núcleos de base são grupos de crianças e adolescentes de rua ou de bairros populares, eles podem funcionar na própria rua quanto em casas na comunidade e se encontrar uma vez por semana. Nesses encontros semanais os meninos e meninas escolhem assuntos para discussão e fazem atividades recreativas. (MNMMR, 1996, p. 7).

A partir dessas conversas e sua participação no processo pedagógico, João é escolhido para representar o núcleo de base do seu bairro nas reuniões⁷⁴ que aconteciam às quartas-feiras na sede do Movimento, de acordo com João: “As reuniões da quarta-feira além de ser um processo organizativo dos núcleos de base, sempre tiravam uma comissão que elaborava o jornal, que construía o jornal [*O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*].” (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

O entrevistado nos conta que as reflexões suscitadas pelo núcleo do seu bairro durante os encontros eram levadas para essas reuniões na sede do Movimento em Recife, que aconteciam todas as quartas-feiras e revela-nos o propósito delas:

[...] pra sentir se isso é uma coisa só da gente, do nosso bairro, Alto do Sol Nascente, ou se todo mundo passa pelos problemas iguais e sente igual. Então levava lá para as “quartas-feiras” e ficava nesse processo de retroalimentação da reflexão sobre a vida, né. Isso numa dinâmica mais de núcleo de base, quando chega no Movimento isso vai tomando corpos maiores. Chega na “quarta-feira” essa ideia poderia virar um ato público, uma audiência pública, um manifesto, essa ideia poderia ser escrita e se tornar uma matéria do jornal *O Grito*. Sempre tinham desdobramentos. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

Na fala acima é possível perceber o elemento da dinâmica de planejamento das ações do jornal e pensar na construção de suas matérias — ponto que virá para o debate no presente capítulo — enquanto desdobramentos dessas reuniões.

Inserido em tal dinâmica, João é escolhido para participar do processo de construção do jornal, vai se identificando com a atividade e começa a fazer parte da equipe de produção do periódico de forma permanente. Em relação a Tiago, podemos começar a pensar a sua relação com o jornal através uma fala de João sobre os encontros na sede do Movimento:

Aí no processo da quarta-feira já tinham outras construções diferente do núcleo de base, por exemplo, já tinha condução dos meninos que eram representantes da sub-regional, eles já vinham muito mais amadurecidos, né. Já vinham com um processo de acúmulo, de reflexão política. Não mais só como um núcleo de base, mas eles já vinham de uma construção sub-regional. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

Tiago afirmou que sua participação no jornal se deu porque ele era membro da Comissão Sub-regional, mencionada por João na citação acima. O diálogo entre as entrevistas faz parte do nosso trabalho de observá-las como um todo, percebendo como se relacionam

⁷⁴ O entrevistado destaca que o Movimento pagava as passagens de ônibus dos meninos para que pudessem frequentar essas reuniões.

entre elas, como afirma Alberti (2008). Dessa forma, entendemos como o entrecruzamento das falas dos entrevistados podem descortinar elementos importantes para a investigação.

Sobre a Comissão Sub-regional cujo Tiago participava, apontamos através de nossa investigação que a Comissão Regional do MNMMR da região Nordeste dividia tal região em três áreas, constituindo assim, três comissões sub-regionais. Dessa forma, por motivos ligados à estrutura administrativa, nove estados eram divididos em três grupos de três. Nos ditos do entrevistado:

Era Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, a gente fazia intercâmbio entre eles. Eu fazia parte do jornalzinho *O Grito* porque eu era sub-regional e a gente sub-regional era representante do estado. E aí a gente também levava informações pra outros estados, então a gente tava a par de tudo que tava acontecendo nas comunidades e nos núcleos de base e do que os meninos traziam, a gente era a representatividade, a gente tinha que tá sabendo as informações e a gente também contribuía com algumas informações. (SANTOS, 2021, informação verbal).

Em nossa investigação, encontramos um evento que aponta para uma articulação entre as comissões do Movimento de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Tal evento, de acordo com a edição extra⁷⁵ de outubro de 1988, reuniu cerca de cem meninos em Natal - RN para um encontro que rendeu diálogos, brincadeiras e uma carta aberta à população (O GRITO, outubro de 1988, ed. extra). A edição é assinada pela comissão dos três estados que participaram do evento e já foi mencionada no capítulo anterior quando tratamos da composição administrativa do MNMMR.

Dessa forma, mesmo não encontrando informações sobre o ano de surgimento da Comissão Sub-regional da qual Tiago participava, encontramos indícios de que uma articulação entre as comissões do MNMMR desses três estados existia, pelo menos, desde 1988, ano de surgimento do jornal *O Grito*.

A fala de Tiago aponta para a representatividade que os meninos e meninas tinham no intercâmbio de informações entre núcleos de base e até mesmo entre estados. É possível encontrar elementos desse intercâmbio entre os meninos que representam diferentes Estados através do jornal *Pé de Moleque* e de publicações de divulgação dos Encontros Nacionais⁷⁶ do MNMMR.

Esse intercâmbio que envolvia os meninos e meninas da Comissão Sub-regional é a expressão da proposta da organização de articular crianças em adolescentes em torno do debate sobre suas condições de vida. Ao tratar da “formação de meninos e meninas para o

⁷⁵ A edição é dedicada a apresentar o texto da “Carta Aberta à População e às Autoridades” na íntegra. (O GRITO, outubro de 1988, ed. extra).

⁷⁶ Existem publicações de divulgação de relatórios dos Encontros Nacionais do MNMMR, o jornal *O Grito* também apresenta matérias sobre tais eventos.

exercício da cidadania”, a entidade apresenta em uma de suas publicações de divulgação como o trabalho dos núcleos de base poderia aumentar o crescimento organizativo e participativo das crianças e adolescentes. “Eles estão aprendendo a discutir, a elaborar soluções, a tomar decisões, a participar, a planejar e a executar seus planos. Estão, enfim, vivenciando um processo de formação prática de como exercer a cidadania.” (MNMMR, 1994, p. 35).

De forma concisa, tratamos sobre elementos das trajetórias dos entrevistados que dizem respeito ao seu envolvimento com o Movimento e com *O Grito*, a partir de então nos propomos tratar de questões mais diretas, em relação ao envolvimento de cada um com o periódico.

2.2. A produção das edições e a circulação dos exemplares

Ao narrarmos a trajetória desses sujeitos históricos até o ponto em que suas vidas cruzam o jornal *O Grito*, algumas questões são imprescindíveis para o entendimento da dinâmica do periódico. Dessa forma, uma das perguntas que buscamos responder através da nossa investigação é: como uma edição do jornal era construída?

Pensar no periódico enquanto estratégia da organização consiste em pensar quem o produzia, como o jornal era produzido e a quem o mesmo se destinava (LUCA, 2008). Ao tratar sobre o uso dos jornais como fontes históricas, o historiador José D'assunção Barros apresenta esse tipo de fonte como uma forma específica de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade (BARROS, 2019, p. 159). Nesse sentido, Barros (2019, p. 173) destaca que os produtores e o processo de produção de um jornal podem influenciar decisivamente em sua recepção.

Ao tratar sobre o processo de produção das edições de *O Grito*, João revela-nos que nas reuniões das quartas-feiras que aconteciam na sede do Movimento, o conteúdo e os desenhos das edições iam sendo produzidos até chegar no diagramador, que era Paulo Gonçalves. O atual educador social do Movimento entrou na equipe responsável pela elaboração do periódico por volta de 1997 e afirmou que geralmente essa equipe possuía cinco membros.

Em sintonia com a produção, Tiago afirma ter levado informações para a equipe de elaboração a partir de 1999 e aponta que a quantidade de membros era de cinco até oito.

Sobre a equipe, João nos conta: “No meu período era muito recorrente: eu, uma menina lá de Chão de Estrelas e um menino lá da Bomba do Hemetério.” (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal). O que é importante destacar em tal fala, é que na comunidade de Chão de Estrelas (situada no bairro de Campina do Barreto) no bairro da Bomba do Hemetério, além do Alto do Sol Nascente que era o bairro de João, existiam núcleos de base do MNMMR⁷⁷. O que reforça essa relação entre a construção do jornal e o trabalho comunitário da organização.

João traz à tona elementos da dinâmica de produção do jornal, dinâmica essa que era permeada pela participação desses meninos e meninas. Menciona também a atividade de Adriano na busca por informações:

As notícias que a gente trazia como adolescentes, eram as notícias que a gente tinha contato [...]. As notícias da rua, Adriano sempre trazia antes de se reunir com a equipe do jornal... ele um dia antes ou no mesmo dia chegava de manhã e ia no [Grupo] *Ruas e Praças* conversar com os educadores, conversar com os meninos e saber as coisas que *tavam* acontecendo na rua. Se aconteceu alguma coisa na rua e tal... E acabava virando matéria também das coisas que aconteceram na rua. E aí a gente da equipe do jornal discutia sobre o que ia escrever, quem ia escrever o quê, se precisava de informações de terceiros, aí ia chamar Socorro, ia ver a Lista Telefônica, ia ligar pra alguém e tal, pra pedir mais detalhes sobre as coisas que aconteceram e sempre íamos emitindo a nossa opinião, né. Contando os fatos e dizendo como a gente se sentia diante daquilo. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

É importante ressaltar que a fala de João aponta que existiam as notícias que partiam dos meninos e as que vinham “da rua”. Estas últimas, demandavam um trabalho de articulação do redator-chefe, Adriano Janssen. Quando tratou da necessidade de informações de terceiros, João mencionou Socorro⁷⁸, outra pessoa cujo nome aparece nas edições do jornal *O Grito*. A opinião que era deixada nas matérias é marca da identidade do periódico e aparece nas notícias e nos desenhos de tal jornal.

Na ótica de Tiago, a elaboração do jornal estava ligada ao intercâmbio de informação da qual ele era responsável:

[...] a gente trocava informação nesse “jornalzinho” *O Grito*, o que tava acontecendo que a gente achava que era uma coisa que não deveria estar acontecendo, a gente levava pro Movimento como informação, se os meninos do núcleo, do jornalzinho *O Grito* vissem que era interessante a gente tá falando sobre isso, a gente colocava no jornalzinho *O Grito* que juntava informações do meu núcleo, do núcleo de Chão de Estrelas, do núcleo da Guabiraba... e colocava nesse jornalzinho. Então, todo mês tinha a confecção... todo mês ou de 15 em 15 dias tinha a confecção do jornalzinho *O Grito* e os meninos produziam com informações trazidas da comunidade, era assim que funcionava. (SANTOS, 2021, informação verbal).

⁷⁷ Ver: *Mapa Erro! Apenas o documento principal. - Bairros do Recife que sediaram núcleo de base do MNMMR no período de 1992 até 2002.*

⁷⁸ Socorro foi uma das pessoas que tentamos entrevistar, mas não conseguimos entrar em contato.

O antigo participante da Comissão Sub-regional também destaca o papel dos núcleos de base na dinâmica. Dessa forma, possuímos evidências que reforçam a hipótese da transformação dos relatos de meninos e meninas envolvidos nas atividades comunitárias do Movimento em notícias. Ao mencionar que a confecção do periódico seria “todo mês ou de 15 em 15 dias”, Tiago levanta uma importante questão para a nossa investigação, que é a periodicidade do jornal.

Como já afirmamos no capítulo anterior, apesar da pretensão de ser lançar edições mensalmente, a irregularidade nos períodos entre as edições pode ser percebida facilmente por quem analisa as edições em série. De acordo com Paulo, “O jornal saía ao sabor dos acontecimentos. Quando Adriano reunia um volume de informações a partir dos relatos dos meninos e meninas [...]” (GONÇALVES, 2020, informação escrita).

Ao tratar da regularidade na periodicidade do jornal, João aponta, em seus relatos de memória, para as dificuldades no processo de produção: “Hora mensal, hora mais de um por mês, hora passando dois meses pra construir um, porque a gente não conseguiu articular, sempre tem suas dificuldades no processo, mas sempre mantendo... sempre mantendo!” (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal). A fala traz elementos que evidenciam a resistência do periódico, resistência ressaltada pelo próprio jornal já no início década de 1990: “Comparando-se a existência do Grito com jornais de outros movimentos, podemos nos considerar fortes e persistentes. O que é mais uma prova de organização constante.” (O GRITO, agosto de 1991, p. 3).

Dessa forma, entendemos que o conteúdo e a elaboração das matérias partia tanto das notícias relatadas pelos meninos e meninas dos núcleos de base ou daqueles(as) que estavam engajados em atividades do Movimento a exemplo da Comissão Sub-regional, quanto de informações externas sobre temas e fatos considerados como relevantes pela equipe de elaboração do jornal. Nesse sentido, uma das falas de João retoma a questão das pautas do jornal:

A pauta principal era o que vinha dos bairros. A segunda pauta principal, e permanente, era o que estava acontecendo na rua e depois a gente ia refletir sobre o que estava se falando socialmente, né. Então, a gente fazia isso porque o Movimento tinha assinatura [de jornais e revistas] e a gente sempre dava uma olhada no que tava acontecendo nos jornais, porque ninguém tinha isso em casa, né? Pobres... ninguém tinha acesso a jornal. Televisão foi uma coisa que chegou depois, também, né? Não chegou pra todo mundo ao mesmo tempo. [...] Então, não se tinha tanto acesso assim, não era um elemento tão importante porque a gente nem tinha tanto acesso, mas na medida em que tinha assinatura [de jornais e revistas] lá no Movimento, aí sempre que a gente se juntava com o jornal, dava uma olhada pra ver se achava algum elemento que achávamos importante. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

O entrevistado fala-nos sobre a assinatura de jornais pernambucanos de grande circulação⁷⁹ e demonstra que eles também poderiam ser utilizados no processo de construção de notícias. Ainda tratando sobre tal assunto, destaca mais uma vez o papel de Adriano Janssen nesse processo:

O Adriano também trazia: “olha, tá se conversando sobre isso, vamos dar uma “lidinha” e aí a gente lia e [Adriano perguntava] “O que é que vocês acham? Será que a gente deveria falar sobre isso também?”. Sempre por esse caminho de consulta, de trazer elementos, de animar para que a meninada se posicione sobre esses elementos. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

Analisando a abordagem de Adriano mencionada por João, estabelecemos um diálogo com a documentação do MNMMR que preconiza que o papel do educador da entidade é ser um facilitador das interações (MNMMR, 1990; 2002). Além da interação, é possível perceber que Adriano enquanto educador demonstrava para eles e elas que suas opiniões eram importantes, o que achavam sobre determinado assunto tinha relevância. Esse ato de ouvir os meninos e meninas no processo de elaboração das edições da publicação periódica dialoga com um elemento da Pedagogia Social de Rua mencionado no trabalho de Maria Graciani (1999). Ao tratar de elementos presentes no trabalho do educador social de rua que viabilizam a permanência de crianças e adolescentes em programas sociais a autora afirma:

[...] é um trabalho, acima de tudo, de conquista e de afeto, que permitirá a permanência dos meninos pelo “desejo” de pertencerem, de serem considerados, de serem ouvidos, de poderem expressar seus anseios e angústias. Esses momentos, profundamente presentes no cerne do conflito são reais possibilidades de emancipação e engajamento dos meninos(as) de rua ao novo projeto de vida. (GRACIANI, 1999, pp. 194-195).

Nesse sentido, Freire (1989) também aponta que no trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade é necessário saber ouvir e prestar atenção em “seus sentimentos, seu olhar, seus gestos, seu semblante, suas emoções.” (FREIRE, 1989, p. 13).

Questionado sobre a construção das edições, Paulo destaca que não participava das reuniões na sede do Movimento para debater os assuntos e pautas sobre as notícias das edições do jornal. O diagramador revela que recebia os manuscritos produzidos pelos meninos e meninas junto com Adriano e foi objetivo ao tratar de suas demais atribuições: “O meu papel era arrumar um pouco a linguagem, diagramar e devolver o jornal pronto, impresso em gráficas de entidades parceiras.” (GONÇALVES, 2020, informação escrita).

⁷⁹ O *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio* são dois exemplos de veículos de comunicação de grande circulação local.

A menção de Paulo sobre a impressão do jornal faz-se oportuna, visto que as tecnologias de impressão constituem aspecto significativamente relevante para analisar a dinâmica e a materialidade de um periódico, conforme afirma Luca (2008). De acordo com o antigo diagramador do periódico:

A impressão sempre foi na tecnologia *offset*, com uma cor, papel sulfite branco. A partir da minha arte final (ou matriz), o gráfico fazia o filme (ou fotolito), gravava a chapa e imprimia. A máquina impressora mais usada pelas entidades, na época, era uma *Ricoh*. A gráfica que mais imprimia o jornal foi a do Sindicato dos Servidores Federais, através do seu gráfico, chamado Campos. A parceria era mais com ele, pessoa física politizada do que com a entidade. (GONÇALVES, 2020, informação escrita).

Quando responde a mesma pergunta, João vai tratar de outra gráfica parceira, no entanto, é importante ressaltar que, as respostas não tratam exatamente sobre o mesmo período, visto que Paulo acompanhou o jornal *O Grito* desde seus primeiros anos de existência, a partir de 1988, e João entra na dinâmica de elaboração do periódico por volta de 1997.

A impressão... um da gente ia entregar na casa de Paulo e depois ia pegar o “feito”. A gente levava para o CTC – Centro de Trabalho e Cultura – que era uma organização não governamental e dentro dela tinha um curso de gráfica. Aí no curso da gráfica do CTC, a galera imprimia o jornal *O Grito*, normalmente mil exemplares. O jornal rodava a chapa lá e imprimia 1.000 exemplares. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

Dessa forma, João se refere aos processos de impressão dos exemplares nos últimos anos da década de 1990. É importante ressaltar que Paulo afirma o Sindicato dos Servidores Federais de Pernambuco (SINDSEP) como a gráfica que “mais imprimia”, não como única. Portanto, podemos levar em consideração o fato de que a impressão foi realizada em diversas gráficas ao longo do tempo. Dessa forma, possuímos evidências de que ao menos duas gráficas — a do Sindicato dos Servidores Federais e a do Centro de Trabalho e Cultura — imprimiram o periódico por razões de parceria. Tal articulação com as gráficas ligadas a sindicatos que resultavam na impressão dos exemplares do jornal *O Grito* remetem às atividades articuladas com outras entidades e movimentos sociais que demandam por uma transformação na realidade, proposta presente no documento de *Teses e Propostas* da entidade (MNMMR, 1990).

O diálogo com outros grupos que trabalham no mesmo segmento também aparece na fala de João quando trata do núcleo de base intitulado Artistas de Rua que sediava um trabalho do MNMMR em conjunto com o Grupo Ruas e Praças. Além de tal grupo, a

Comunidade dos Pequenos Profetas, outra organização que trabalha com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por vezes, é citada no jornalzinho (O GRITO, maio de 1990, p. 4).

Ao falar sobre a impressão realizada no curso da gráfica do Centro de Trabalho e Cultura (CTC), João toca em outra questão extremamente pertinente que é a da quantidade de exemplares impressos, nesse sentido, o educador nos trouxe elementos sobre a relação entre o CTC e o MNMMR:

Quando a gente tinha projetos, a gente pagava pela impressão, né? Lá no CTC. Quando a gente tava sem projeto, a gente levava só papel e o CTC imprimia do mesmo jeito. Porque tinha essa relação de parceria, né? Na verdade uma parte... um dos fundadores do CTC, ele também compôs a fundação do Movimento, viu? Se você for lá na fundação do CTC, vai estar lá “mexicano”, se você pegar a fundação de Movimento em Pernambuco vai estar lá “mexicano” [...] (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

Dessa forma, percebemos que tal parceria devia-se também a uma pessoa física, caso parecido com o mencionado por Paulo, em relação ao Sindicato dos Servidores Federais de Pernambuco (SINDSEP). A fala destacada traz para o debate que recursos que chegavam ao Movimento através do financiamento de projetos eram utilizados na impressão do jornal, na investigação das publicações do MNMMR não foram encontradas mais informações sobre tal fato.

Na documentação e nas publicações de divulgação do MNMMR — excetuando-se o próprio jornal *O Grito* — não encontramos informações nem evidências sobre a quantidade de exemplares que costumava ser impressa. Os “normalmente 1.000 exemplares” apontados por João em sua fala, que se localizam no final da década de 1990 até os primeiros anos da década de 2000, contrastam com a informação que encontramos em uma edição do jornal, no entanto, a edição data do início da década de 1990.

A matéria intitulada “Um grito solto no ar” foi publicada na 16ª edição e fala sobre o jornal em tom comemorativo: “São os meninos que trazem e contam os fatos publicados. Vez ou outra já trazem as matérias escritas. E distribuem os jornais. Os 1.500 exemplares desaparecem num instante [...]” (O GRITO, agosto de 1991, p. 3).

Além de trazer uma informação sobre a quantidade de exemplares, a matéria reforça essa participação das crianças e adolescentes no processo de construção das notícias. Dessa forma, temos evidências para considerar que nos primeiros anos da década de 1990 eram impressos por volta de 1.500 exemplares e ao fim da mesma década o número pode ter diminuído para 1.000. É importante considerar também que, nos dois casos, tais números

podem ter sido mencionados após um arredondamento e que o número de exemplares impressos poderia variar de uma edição para a outra, motivo pelo qual João utilizou o termo “normalmente” antes de precisar a quantidade. Outro fator para levarmos em consideração é que o número de núcleos de base do MNMMR em Pernambuco também diminuiu ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, como já afirmamos no capítulo anterior, em 1992 existiam 28 núcleos de base consolidados no estado e em 2002 o número caiu para 21.

Após trazer os elementos de uma investigação sobre a construção das notícias e sobre os processos de impressão e tiragem dos exemplares, é importante adentrar nas questões sobre a distribuição do periódico sob nossa investigação. Sabendo que o jornal era gratuito para seus leitores, qual era o destino dos exemplares do “jornalzinho” do MNMMR de Recife?

A 16ª edição do jornal — por vezes mencionada no presente trabalho — ao afirmar que os exemplares “somem” rapidamente também aponta para alguns locais: “vão para os colegas na rua, nos bairros, nas ocupações e nas escolas noturnas.” (O GRITO, agosto de 1991, p. 3).

Ao tratar sobre as reuniões na sede do MNMMR que resultavam no planejamento e elaboração das notícias do jornal, Paulo toca, brevemente, na questão da distribuição do periódico: “Parece-me que as crianças e adolescentes também faziam a distribuição do jornal nos locais que frequentavam.” (GONÇALVES, 2020, informação escrita). A distribuição do periódico é outro importante elemento mencionado por Adriano Janssen, de uma forma mais geral, o militante nos conta que a maior parte dos jornais era distribuída pelos próprios meninos e meninas em lojas, repartições e escolas (JANSSEN, 2013). Temos aqui, o espaço escolar aparecendo mais uma vez como possível local onde o jornal chegava. Quando Tiago menciona as funções do jornal, a partir de seu ponto de vista, trata também do destino dos exemplares:

E esse jornal, quando tinha passeata, a gente entregava nas ruas e levava pro poder público, então era um jornal que nos representava pra gente poder expressar o que a gente não poderia informar por um meio de comunicação que tava todo mundo escutando em suas casas, a gente fazia pra gente poder distribuir para que as pessoas pudessem nos escutar, parar um pouquinho pra ler o nosso jornal. (SANTOS, 2021, informação verbal).

É importante pontuar os termos “a gente” e “nosso” que foram utilizados pelo entrevistado, que remetem a um sentimento de pertencimento. Mais uma vez, aparece a ideia de que o jornal mostrava algo, sobre aqueles meninos e meninas, diferente do que podia ser visto nos meios de comunicação de massa, nos ditos do entrevistado, os meios de comunicação “que tava todo mundo escutando”. Quando perguntado sobre o destino das

edições do jornal, além de dialogar com o que foi dito por Tiago, João fornece uma resposta ampla:

Aí esse jornal, a gente deixava uma quantidade na sede, a gente distribuía entre os núcleos de base, cada núcleo de base ganhava uma certa quantidade que distribuía no seu bairro e às vezes a gente organizava ações de distribuição na rua, sempre deixava uma parte com o [Grupo] Ruas e Praças, entregava pra meninada na rua, e às vezes, dependendo do tipo de atividade que ia rolar naquele mês, a gente separava uma grande quantidade pra distribuir na rua dentro do ato. Dentro do ato público, da passeata e tal, rolava fazer a distribuição do jornal *O Grito*, então a lógica de distribuição era mais ou menos essa. Nos bairros, a partir do núcleo de base, na rua com o foco na meninada da rua, com o [Grupo] Ruas e Praças e abertamente à população, normalmente atrelado com os atos públicos. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

Através de tal citação, percebemos os núcleos de base, além de tudo, como vetores da distribuição do jornal, fazendo com que esses exemplares chegassem nas comunidades onde o Movimento era atuante. É importante destacar o papel da distribuição nos atos públicos e passeatas do Movimento mencionadas tanto por Tiago quanto por João, pois tal elemento reforça que *O Grito* representava uma estratégia de divulgação das ações e ideias do MNMMR. O fato de que a distribuição do periódico era realizada também pelos próprios meninos e meninas, evidencia suas participações em tal etapa do processo e constitui característica importante à identidade do periódico.

2.3. Um “jornalzinho”: imagens e representações

É oportuno destacar que o termo “jornalzinho” não é utilizado para fazer referência ao tamanho físico dos exemplares de *O Grito*, nem para dizer que o jornal era “pequeno” em circulação. Pelo contrário, o próprio periódico e as publicações de divulgação do MNMMR retratam a notoriedade e importância do jornal para o Movimento de Recife. O diminutivo é utilizado de forma carinhosa e, por muitas vezes, é acompanhado de termos que remetem ao sentimento de pertencimento como: “nosso jornalzinho” e “o jornalzinho do Movimento de Recife”.

Desde o planejamento da entrevista, acreditamos que não bastaria a tentativa de responder o que era o jornal *O Grito* para o Movimento enquanto instituição. Era preciso investigar o que foi esse jornal para quem participou de sua construção, quem esteve nos bastidores de sua produção. Em sintonia com tal proposta, destacamos o alerta de Alberti (2008) ao tratar da interpretação e análise de entrevistas:

A escolha de determinadas palavras e formas de se expressar informa sobre a visão de mundo e o campo de possibilidades aberto àquele indivíduo, em razão de sua experiência de vida, sua formação, seu meio etc. Se ele escolhe determinadas palavras, e não outras, é porque é daquela forma que ele percebe o sentido dos acontecimentos ou das situações sobre os quais está falando. Por isso não cabe acrescentar novas palavras, ou substituir as que são usadas por sinônimos. Ao interpretar uma entrevista, convém ser fiel à lógica e às escolhas do entrevistado. (ALBERTI, 2008, p. 185).

Dessa forma, perguntamos para cada um dos três entrevistados o que, para eles, significou o jornal *O Grito*, nos atentando para as palavras empregadas por cada um, considerando-as como elementos vitais na tentativa de interpretar suas narrativas, como afirma Alberti (2008). Começando pela resposta de Tiago, percebemos o diálogo do que o periódico significava para ele, com o fato de o nome do jornal já ser um indicativo de sua função:

O jornal já fala muito forte o que ele representa, ele representava “o grito”, os meninos gritavam através e a partir desse jornal, era uma forma de gritar. Se coloca o nome de “a”, de “b” e “c”, para identificar quem tá dando a informação... e aí colocam o nome *O Grito*, então a função desse jornal era gritar [...]então era um jornal que representava a gente poder expressar o que gente não poderia informar por um meio de comunicação que tava todo mundo escutando em suas casas, a gente fazia pra poder distribuir para que as pessoas pudessem nos escutar, parar um pouquinho pra ler o nosso jornal. (SANTOS, 2021, informação verbal).

A partir do trecho citado, é importante destacar que esse “grito” era intermediado pelos educadores sociais do MNMMR, haja vista que Adriano Janssen era seu redator-chefe. Além disso, os debates que começavam nos núcleos de base e eram levados para as reuniões na sede da organização também eram intermediados pelos agentes pedagógicos do MNMMR. Após apontar a função do periódico, o entrevistado trata do que, para ele, faz com que o jornal seja importante:

A importância disso é nos dar visibilidade de informação. A oportunidade de informar às pessoas que: “gente, não é só o que vocês olham no jornal, no *Diário* [de Pernambuco], no *Jornal do Commercio* ou qualquer outro jornal, ou na televisão, a realidade é isso aqui, o que a gente vive é isso aqui”. Era isso que representava o jornal. (SANTOS, 2021, informação verbal).

Trazer tal fala do entrevistado à tona é muito pertinente porque, além de apontar uma função do periódico, problematiza o que dois jornais de grande circulação local⁸⁰ e a televisão falavam sobre a realidade das crianças e adolescentes, sobretudo, na Região Metropolitana de Recife. Quando menciona que o periódico representa uma forma de gritar, Tiago dialoga com o motivo da escolha do nome do jornal mencionado por Janssen (2013), e com a definição

⁸⁰ Os jornais mencionados por Tiago são o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*, justamente os que já mencionamos aqui, em nota, como veículos de informação de grande circulação local.

encontrada na publicação do MNMMR de Pernambuco: “o grito escrito dos meninos e meninas, alertando a sociedade sobre situações e injustiças sociais.” (MNMMR, 2002, p. 48).

Dessa forma, percebemos o verbo “gritar” e o substantivo “grito” como elementos muito fortes na narrativa de Tiago, é importante ressaltar também a sua menção ao conteúdo do jornal como a “realidade” vivida por aqueles meninos e meninas. Da forma como Tiago se expressa, é como se *O Grito* mostrasse sobre a real situação, algo que, para o entrevistado, não seria encontrado nos veículos de informação de grande circulação mencionados por ele.

Considerando que os conceitos utilizados pelas pessoas entrevistadas podem ser entendidos com mais profundidade “à medida que tomamos sua relação com o depoimento como um todo e vice-versa.” (ALBERTI, 2008, p. 185), por conseguinte, acreditamos ser importante ressaltar algumas falas de Tiago sobre o significado do MNMMR em sua vida. Ao afirmar que, para ele, o Movimento representava sua liberdade e o oportunizou uma nova visão de mundo, o entrevistado imprimiu afeto narrando suas vivências com a organização:

Foi muito gostoso viver como um “menino do Movimento” tive grandes oportunidades no Movimento, de poder representar o Movimento, em algumas situações, de poder subir na Câmara Municipal junto com algumas pessoas do poder público e dar opinião enquanto “criança do Movimento”... Do entendimento que a gente tinha. Foi uma coisa... foi política, foi uma liberdade de um ser humano que necessitava de liberdade para o mundo e o Movimento me deu essa oportunidade de viver num mundo diferente, foi o Movimento e eu tenho orgulho disso. (SANTOS, 2021, informação verbal).

O termo “menino do Movimento” remete ao sentimento de pertencimento possuído por Tiago ao trazer à tona suas memórias com o MNMMR. Ao tratar de como os movimentos sociais constroem representações simbólicas através de discursos e práticas, o trabalho de Gohn (2011) toca na questão do sentimento expresso pelo entrevistado. A autora afirma que as ações dos movimentos sociais são formadoras de identidades para grupos que antes estavam dispersos e pontua a seguinte consideração: “Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.” (GOHN, 2011, p. 336). Dialogando com o trabalho de Gohn (2011), entendemos que o sentimento de pertencimento explicitado por Tiago pode ser consequência de sua participação no MNMMR.

Na tentativa de situar cada narrativa na pessoa que a constrói e a expressa, como afirma Khoury (2001), procuramos observar e analisar como o entrevistado atribuiu significados à vida presente mediado por perspectivas passadas e futuras (KHOURY, 2001, pp. 85-86).

As memórias do então adulto, demonstram-se carregadas de saudosismo e nostalgia pelos tempos vividos enquanto “menino do Movimento”. Na tentativa de explicar tal sentimento, Tiago aponta o acolhimento e os laços afetivos: “[...] o Movimento nos marca muito forte, porque é questão de viver, é família. A gente viveu isso e foi muito bom. E que bom que voltasse, seria bom que voltasse muito forte, mas a política e o Movimento é outro, mas vai voltar.” (SANTOS, 2021, informação verbal).

Dialogando com o trecho citado, encontramos na publicação *Revivendo sua história*, elaborada para divulgar as ações do MNMMR no período de 1985 até 1995, uma fala que também traz o Movimento como “família”. Ao apresentar depoimentos anônimos sobre o que seria o Movimento na vida dos meninos e meninas a publicação traz: “O Movimento é como uma família mais perfeita que existe reúne todos e cabem todos.” (MNMMR, 1995, p. 10). Dessa forma, percebemos que o sentimento de nostalgia pelas experiências vividas com o MNMMR, faz parte das memórias de Tiago e permeiam suas expectativas até o momento da entrevista.

Quando perguntado sobre o que o jornal *O Grito* representava para os meninos e meninas do MNMMR de Recife, João trata do papel que o periódico tinha de representar um espaço para que pudessem se expressar:

Na verdade, no início ele é a expressão. O espaço onde a gente pode se expressar e registrar essa indignação, essa opinião. Em primeiro lugar, ele é isso. Depois com o processo a gente vai percebendo a importância estruturadora que isso tem. Do registro histórico, do sentido de garantir uma posição pública. Um posicionamento público da instituição, depois que a gente vai percebendo a importância disso como um ato protagônico concreto. Porque quando a gente tava fazendo lá na adolescência, eu mesmo, não tava lá pensando “tô sendo protagonista”... que coisa nenhuma! Eu tava fazendo o meu jornal, o nosso jornal. Tava dando a nossa opinião e falando a coisa que acontecia nos nossos bairros. Nunca tivemos essa lógica de protagonista, mas depois a gente vê que “caramba, esse é um exercício concreto, né?”. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

É oportuno destacar que quando João menciona o jornal como registro histórico dialogamos com o trabalho de Capelato (1988) que afirma que tal tipo de fonte oferece registros da vida cotidiana em seus múltiplos aspectos (CAPELATO, 1988, p. 20). O posicionamento público mencionado por ele é expresso no texto da maioria das notícias do periódico.

Um ponto importante a se destacar é que o entrevistado consegue se enxergar enquanto adolescente e entender que não possuía a consciência que possui hoje acerca do que seria o jornal, estabelecendo assim uma relação entre presente e passado, tal relação é debatida pelo historiador Alessandro Portelli.

Bem, a coisa importante é que quando falamos em memória, não falamos de um “espelho do passado”, mas de um fato do presente porque o conteúdo da memória pode ser o passado, mas a atividade de recordar, a atividade de contar a história do passado é uma atividade do presente, e a relação que se coloca é uma relação entre presente e passado. É agora que recordamos, é hoje que falamos do passado, que contamos o passado (PORTELLI, 2010, p. 11).

Em sintonia com o elemento teórico mencionado, entendemos que apesar de tratar de suas vivências do passado enquanto adolescente participante ativo de um movimento social, a mobilização da memória de João e suas concepções acerca de suas atividades naquela época e naquele contexto, fazem parte de uma atividade do presente.

Explorando a repetição de termos pelos entrevistados, como sugere o trabalho de Alberti (2008), ressaltamos que tal fenômeno acontece na entrevista com João, que traz à tona, por diversas vezes o termo “concretude”. O entrevistado evidencia a palavra concretude ao tratar sobre a função do periódico para as atividades do MNMMR de Recife e por algumas vezes ao longo da entrevista:

Ele trazia concretude porque se não tivesse isso... o processo de reflexão e diálogo, ele é fundamental, mas se você não garantir elementos de concretude, chega um momento que ele cansa, né? “Pô, calma aí. Eu vim pra cá pra quê mesmo? A gente vai fazer concretamente nada?” Então, ele era o concreto, o imediato concreto. A gente também construía muitas outras coisas, né? Atos, ações e outras coisas. Mas o jornal era o concreto de agora, chegou na quarta-feira, se unia e construía o jornal. Trazia concretude para o processo de articulação dos meninos. (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

Através da fala destacada, percebemos que para o entrevistado a concretude atribui significado às atividades desenvolvidas pelo Movimento cujo ele estava inserido. A construção do jornal nas quartas-feiras através das reuniões na sede da organização — por muitas vezes mencionadas pelo entrevistado — constituiu uma atividade programada que resultava na elaboração das edições do periódico, tais edições representavam o produto concreto dessas reuniões.

Na investigação sobre a concretude das ações que refletiam o trabalho conjunto dos educadores, crianças e adolescentes do MNMMR em Pernambuco, encontramos informações sobre a construção de um quadro formado por painéis costurados com retalhos coloridos⁸¹. Construído em 1995, o “painel dos 10 anos” trazia dezesseis painéis que “retratavam aquelas experiências mais significativas de participação dos/as meninos/as na sua organização” (MNMMR, 2002, p. 69). Confeccionado por educadores e educadoras junto aos meninos e

⁸¹ O quadro possui 1,5 m de largura e 0,5 m de comprimento. Helena Janssen e Socorro Dantas foram responsáveis pela articulação entre os núcleos de base. A publicação afirma ainda, que Helena Janssen encontrou inspiração em um quadro construído por mulheres chilenas, que lutaram contra a ditadura em seu país, e que resolveram contar a história de seu povo através de vários painéis feito com retalhos de tecido (MNMMR, 2002, p. 67).

meninas dos núcleos de base do Movimento em Pernambuco, o painel traz um quadro sobre o “jornalzinho” de Recife: “O surgimento do Jornal *O Grito* dos/as meninos/as que indignados contra tanta violência, resolveram criar um instrumento escrito para ecoar sua voz.” (MNMMR, 2002, p. 70). Ao tratar dos núcleos de base, outra publicação da entidade⁸² (MNMMR, 1996, p. 7) afirma que os próprios núcleos de base eram “algo concreto” na vida dos meninos e meninas, haja vista que a participação deles e delas resultava em ações concretas como o exemplo do “painel dos 10 anos”. Dessa forma, entendemos que tal concretude mencionada por João fez parte do trabalho da organização e representava também a participação materializada dessas crianças e adolescentes nas atividades do Movimento.

Levando em consideração que João ainda é um membro ativo do MNMMR, nos atentamos para entender suas narrativas e concepções enquanto experiências únicas e não buscar generalizar para o conjunto do Movimento, alerta feito por Khoury (2001, p. 86). Como afirma Montenegro (2010), as leituras múltiplas que a vida vai oferecendo, possivelmente interferem nos significados atribuídos a um determinado passado, dessa forma, entendemos que a experiência de João ao longo do tempo enquanto educador social do MNMMR dialogue com seus relatos de memória sobre suas vivências, construídos e mobilizados no ato da entrevista.

Quando perguntando sobre o papel do “jornalzinho”, Paulo traz uma resposta sucinta, mas que expressa um panorama geral do que seria o periódico na visão dele:

Acredito que era um instrumento de mobilização e aglutinação dos meninos. Ao que me parece, durante as reuniões de pauta os meninos tinham uma boa oportunidade para relatar e debater sobre a realidade que enfrentavam e, depois, podiam ver as suas histórias publicadas, além de poder distribuir a publicação com outras pessoas. Era o que mais tarde passou a se chamar “empoderamento”, mas na época não se usava essa palavra como hoje. (GONÇALVES, 2020, informação escrita).

Dialogando com o fato de termos contado com entrevistados que possuíam papéis diferentes no universo estudado, conforme afirma Alberti (2008, p. 175), destacamos que na resposta de Paulo, ele fala do jornal como algo pertencente aos meninos e meninas do Movimento e não a si mesmo, dessa forma, apresenta uma perspectiva demasiadamente diferente dos outros dois entrevistados que durante seus relatos tratam o jornal como sendo algo deles, o que fica expresso na utilização de termos como “a gente fazia” e “nosso jornal”.

Paulo também menciona o fato de que os meninos e meninas “podiam ver as suas histórias publicadas, além de poder distribuir a publicação com outras pessoas”, através de tais falas destacadas, podemos estabelecer um diálogo com o que os outros dois entrevistados

⁸² O texto destaca uma fala de Lourdes Nascimento, a Dudui, educadora aqui mencionada.

relataram sobre tais assuntos e ressaltar as evidências de que os relatos trazidos pelos meninos e meninas dos núcleos de base tornavam-se notícias e que a distribuição envolvia a participação deles e delas.

Cabe destacar que o antigo diagramador do periódico entende que o mesmo representa o que “mais tarde passou a se chamar de ‘empoderamento’, mas não época não se usava a palavra como hoje”. Em nossa investigação acerca de tal termo, percebemos que o “empoderamento” mencionado aparece no trabalho de Gohn (2011, p. 336) como elemento de resistência na luta dos movimentos sociais. Outro trabalho da socióloga brasileira Maria Gohn (2004) traz uma apresentação sobre alguns conceitos⁸³ utilizados no debate contemporâneo sobre a participação da sociedade civil e, dentre tais conceitos, também está o de empoderamento.

Sobre o termo, a autora afirma: “O ‘empoderamento’ da comunidade, para que ela seja protagonista de sua própria história tem sido um termo que entrou para o jargão das políticas públicas, neste novo milênio.” (GOHN, 2004, p. 23). Dessa forma, entendemos que na visão da autora, o uso do termo ligado ao protagonismo da sociedade civil é relativamente novo.

Alertando para o caráter não universal da categoria “*empowerment*”⁸⁴ e suas traduções, Gohn (2004) afirma que o significado de tal termo pode referir-se a dois tipos de processos:

Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais. (GOHN, 2004, p. 23).

Trazendo o significado de empoderamento teorizado por Gohn (2004) para nossa investigação, podemos afirmar que a atuação do MNMMR e o jornal *O Grito* enquanto atividade, possuem elementos que se localizam nos dois tipos de processos destacados. Dessa forma, percebemos a multiplicidade do termo “empoderamento” e a multiplicidade de significados que ele pode ter para o entrevistado Paulo Gonçalves.

É importante ressaltar que João assumiu a responsabilidade que era de Adriano Janssen, de organizar os meninos e meninas em torno da produção do jornal, ao tornar-se

⁸³ Os conceitos trabalhados por Gohn (2004) são: sociedade civil, esfera pública, empoderamento, capital social e participação.

⁸⁴ De acordo com Gohn: “Cumprir destacar que o significado da categoria “*empowerment*” ou empoderamento, como tem sido traduzida no Brasil, não tem um caráter universal.” (GOHN, 2004, p. 23).

educador do Movimento no início dos anos 2000, mas contava com o suporte de Paulo quando necessário: “Aí depois que eu já tô como educador do Movimento, a gente mesmo já passou a produzir, só acionava Paulo quando fosse uma coisa mais... que precisasse de mais profundidade de conhecimento técnico.” (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal).

Em síntese, ressaltamos a complexidade de trabalhar com a trajetória dos sujeitos da produção de periódicos afirmada por Capelato (1988, p. 13) e destacamos o potencial da oportunidade que tivemos de trabalhar com entrevistados que desempenharam diferentes papéis no jornal que, como afirma Alberti (2008, p. 175), permitiu que variadas áreas de atuação do objeto analisado fossem cobertas pela pesquisa.

Ao tratar dos desafios metodológicos que a relação entre história e memória nos coloca, o historiador Antônio Montenegro afirma que por mais particular que um relato oral de memória seja, ele carrega marcas da rede social, profissional, política e cultural de cada entrevistado (MONTENEGRO, 2010, p. 7). Nesse sentido, entendemos que apesar da singularidade das narrativas de João, Tiago e Paulo, elas carregam marcas de suas relações com o MNMMR.

Entender melhor os processos de elaboração, confecção, distribuição e circulação do jornal *O Grito* através das narrativas de memórias aqui trabalhadas, faz-se imprescindível para trazer em nossa investigação as notícias do periódico como expressão das demandas daquelas crianças, adolescentes, educadores e educadoras que estavam por trás de tal espaço para gritar.

CAPÍTULO III – OS GRITOS ESCRITOS EM FORMA DE NOTÍCIAS: DENÚNCIAS, O DEBATE SOBRE OS DIREITOS E AS MUDANÇAS DO JORNAL

Destinamos o espaço do terceiro e último capítulo para evidenciar as notícias de *O Grito*, investigando o discurso do MNMMR e como o conteúdo das matérias do periódico dialoga com a documentação da instituição e com o que foi dito por nossos entrevistados.

Em um primeiro momento, tratamos das notícias relacionadas com a temática que mais aparece no jornal, a violência. Trouxemos um debate sobre a violência contra os meninos e meninas no cenário urbano, informações e dados que apontaram Recife como uma capital extremamente violenta para crianças e adolescentes que viviam em suas ruas durante o nosso recorte temporal.

Investigamos as notícias do periódico que falavam dos debates dos meninos e meninas acerca de seus direitos, ressaltando os elementos que apontavam para a participação dessas crianças e adolescentes que integravam o MNMMR nos eventos da entidade e nas notícias do jornal. Nesse sentido, debatemos sobre a dicotomia entre a “criança” e o “menor”, entramos na questão da articulação do MNMMR pela promulgação do ECA e trouxemos à tona discussões que demonstram seu esforço para que tal documento legal fosse cumprido.

Através de uma análise das edições em sequência, apresentamos as principais modificações encontradas no jornal através de nosso recorte temporal, evidenciando que não foram apenas as pautas do jornal que mudaram, as feições gráficas e elementos do conteúdo também passaram por modificações ao longo do período de 1988 a 2002.

3.1. Relatos e retratos da violência: o jornalzinho como instrumento de denúncia.

O objetivo central do presente capítulo é analisar o conteúdo das edições de *O Grito* para trazer à tona quais temas eram mais trabalhados pelo jornal e desvelar elementos do discurso do MNMMR acerca desses assuntos. Através da análise do conteúdo das matérias, buscamos evidenciar os pontos permeados pela participação dos meninos e meninas. Consideramos os ditos do filósofo francês Michel Foucault que afirma que o discurso:

[...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que — isto a história não cessa de nos ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo, por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Dessa forma, entendemos o discurso presente nas notícias do periódico do MNMMR de Recife não apenas como expressão das demandas da entidade, mas como algo pelo qual o Movimento buscou se apoderar. Investigando a construção de um discurso sobre a adolescência na mídia brasileira da década de 1990, Rosa Maria Fischer traz apontamentos sobre as possibilidades que a Análise do Discurso (AD) oferece ao mesmo tempo em que debate conceitos que permeiam a AD (FISCHER, 1995). De acordo com a autora:

Todas essas formas de articulação de “coisas ditas” trazem consigo as marcas institucionais, enunciativas e de posições ou situações dos sujeitos falantes, de tal forma que, ao fazer-se a análise, expõe-se um feixe de relações que ali estão em jogo. (FISCHER, 1995, p. 23).

Na perspectiva da ideia supracitada, entendemos que a articulação de “coisas ditas” que podem ser encontradas no jornalzinho trazem as marcas institucionais do MNMMR, o que nos permite estabelecer diálogos entre o conteúdo das matérias com os princípios da entidade. Ainda em diálogo com Fischer (1995) percebemos que analisar as matérias de *O Grito* nos dá a oportunidade de perceber o “feixe de relações” mencionado pela autora, em nosso caso, as relações no âmbito externo em relação ao MNMMR, ou seja, entre meninos, meninas e educadores integrantes da entidade, mas também as relações entre essas crianças, adolescentes, autoridades policiais e civis, sobretudo, no espaço das ruas da capital pernambucana no período de nosso recorte temporal.

Analisando as edições de *O Grito* em série, é perceptível que a maior parte das notícias constitui-se de denúncias de casos de violência contra crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Atitudes repressivas, agressões e até assassinatos são relatados, na maioria das vezes, ocorridos nas ruas do centro e nos bairros da capital pernambucana, mas também é possível encontrar, em menor grau, casos nos municípios da Região Metropolitana do Recife e até do interior de Pernambuco.

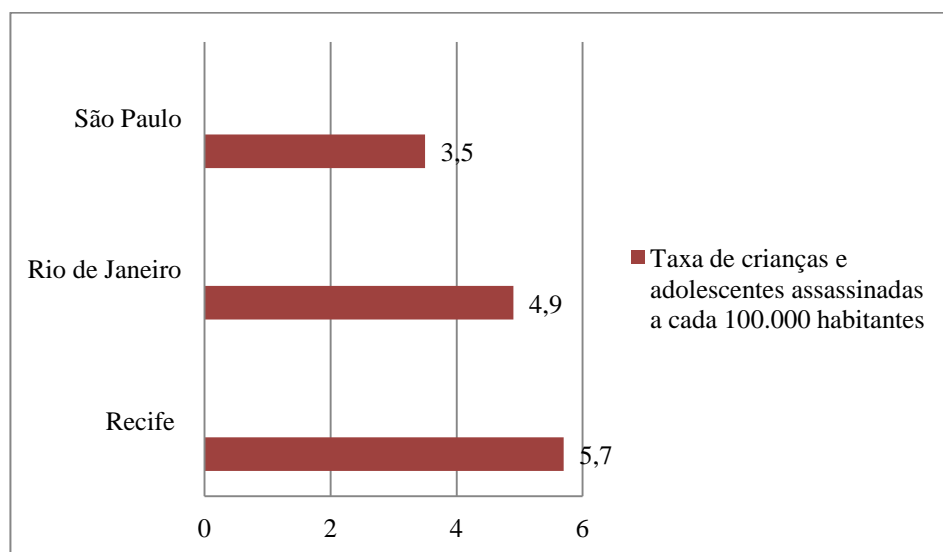
Denunciar a violência praticada contra crianças e adolescentes sempre foi uma das linhas de atuação da entidade (MNMMR, 1994), nesse sentido, o MNMMR e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) desenvolveram um trabalho de levantamento de casos de mortes violentas de crianças e adolescentes em 1989. A pesquisa contou com a consultoria do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e foi desenvolvida na região metropolitana das três capitais que concentravam o

maior índice de assassinatos de crianças e adolescentes do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Recife (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991, p. 28).

Tal pesquisa fez parte de um trabalho maior que objetivou dimensionar o problema das mortes de crianças e adolescentes no cenário da violência urbana vivenciada no Brasil. As instituições responsáveis utilizaram a imprensa escrita como fonte de dados para realizar um amplo levantamento quantitativo dos assassinatos. Entre os resultados, a pesquisa nos apresenta que em 1989, 457 foram crianças e adolescentes assassinados nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife⁸⁵. Em número absolutos, temos a seguinte distribuição: São Paulo: 206; Rio: 183; Recife: 68 (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991, p. 52).

Apesar de apresentar um número menor em termos absolutos, a capital pernambucana demonstrou-se como a mais violenta quando levamos em consideração a proporção do número de meninos e meninas assassinados, a publicação traz um gráfico para retratar tal informação que foi adaptado por nós e segue abaixo:

Gráfico 2 - Proporção do número de crianças e adolescentes assassinados por 100.000 habitantes de 0 a 17 (1989)



Fonte: Gráfico encontrado em: MNMMR; IBASE; NEV-USP. **Vidas em risco**: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBASE, 1991. p. 54. Adaptado pelo autor.

Os dados e informações apresentados são importantes para pensarmos em Recife como um espaço onde meninos e meninas corriam risco de vida, eram espancados, agredidos e tinham sua circulação nos espaços públicos reprimida, assim como veremos nas matérias de

⁸⁵ De acordo com a publicação, em quase metade dos casos não há informação alguma acerca da motivação dos assassinatos. Em 58 casos a expressão “motivo desconhecido” era utilizada pelo jornal da notícia (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991, p. 53).

O Grito. As notícias do jornal que retratam crimes e atitudes violentas costumam apresentar lugares, datas e, por vezes até horários, detalhes que nos localizam no espaço e no tempo. Nesse sentido, consideramos os ditos do trabalho de Fischer (1995) sobre as condições de produção de um discurso:

[...] situar datas e locais, não como pontos de partida nem como dados definitivos ou lugares de repouso, mas antes como referências ligadas às condições de produção de um discurso, que se enuncia diferente, que é outro em cada um desses lugares e instantes. (FISCHER, 1995, p. 31).

Buscando retratar um panorama sobre o assassinato de meninos e meninas em situação de rua⁸⁶, no Brasil do início da década de 1990, o jornalista Gilberto Dimenstein viajou alguns estados do Brasil, entre eles, Pernambuco. Ao tratar dos homicídios de meninos e meninas em terras pernambucanas, o jornalista pontua:

Em Pernambuco os grupos de extermínio patrocinados ou amparados por policiais são ainda mais ousados do que os do Rio de Janeiro. Lá, segundo trabalho do Ibase, 57% dos homicídios dolosos contra crianças são praticados por grupos de extermínio — a reação pode ser vista nas paredes de Recife, onde aparecem pichações como “Não Matem Minhas Crianças”. (DIMENSTEIN, 1990, p. 44).

Tal atuação dos grupos de extermínios de crianças e adolescentes mencionados por Dimenstein (1990) é retratada nas matérias de *O Grito* que, por vezes, os chamam de “Esquadrão da Morte” (O GRITO, setembro de 1989, p. 4). Os casos de violência contra os meninos e meninas que aparecem nas notícias do periódico são praticados tanto por autoridades policiais — na maioria das vezes — quanto por civis. Essa violência possui várias nuances, assim como afirma Dimenstein:

O assassinato era apenas o grau mais elevado de um processo de rejeição do menor infrator, suspeito de ser infrator ou potencial infrator. Antes do extermínio, há uma fase “intermediária”, caracterizada pela rotina de tortura, dos maus-tratos, nas delegacias, nas ruas e nos centros de “recuperação” como Febem ou Funabem. (DIMENSTEIN, 1990, p. 13).

Nesse sentido, o jornal *O Grito* apresenta notícias de meninos e meninas sendo agredidos nas ruas e avenidas do Recife, traz casos que falam da repressão por cheirar cola, relatos de tortura nas “casinhas” de praças públicas como o Parque 13 de Maio e o Rio Capibaribe, cartão postal da capital pernambucana, torna-se cenário dessa violência.

Analisando as edições do periódico dos anos de 1988, 1989 e 1990, destacamos a quantidade significativa de notícias que apontam a Delegacia do Menor como um local onde

⁸⁶ O trabalho de Dimenstein (1990) dialoga com o trabalho do MNMMR, o jornalista conheceu e utilizou as pesquisas da entidade como fonte. O jornalista realizou a cobertura do II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua e dedicou o seu livro *A Guerra dos Meninos* ao Movimento. (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991, p. 17).

meninos e meninas eram violentados de diversas maneiras⁸⁷. Em “Espancamento na Delegacia”, o periódico retrata: “Uma vizinha da Delegacia de Menores não aguenta mais: toda noite é grito, choro e pancadaria naquela Delegacia, que fica na rua José de Alencar. Os vizinhos já estão ficando malucos.” (O GRITO, agosto de 1988, p. 2). Uma notícia de outra edição que trata de um espancamento sofrido por um menino na Delegacia de Menor traz uma pertinente indagação: “De onde vem o direito de dar nestes meninos? A polícia pode dar, espancar e torturar?” (O GRITO, novembro de 1989, p. 2).

Figura 5 - Imagem extraída da edição de agosto de 1988 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN)

O trabalho do historiador Humberto Miranda (2014) afirma que a Delegacia do Menor estava inserida na lógica do Departamento Estadual de Polícia de Menores, órgão controlador das ações policiais em Pernambuco, nesse sentido, “a ação do Estado buscava atuar na vigilância, repressão, e punição daquelas crianças e adolescentes que apresentavam uma ameaça social a partir do olhar policial.” (MIRANDA, 2014, p. 149). O “jornalzinho” traz inúmeras notícias que reforçam a vigilância, repressão e punição, mencionadas por Miranda (2014) aos meninos e meninas vistos como ameaças pelas autoridades policiais da capital pernambucana.

As denúncias do jornal, algumas vezes, atribuem aos grupos de policiais o termo “Batalhão Paulo Guerra⁸⁸” e nos revelam aspectos sobre os locais — além da Delegacia de

⁸⁷ Algumas dessas notícias demandavam pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, argumentando que a sua promulgação deveria resolver o problema da violência nesses espaços.

⁸⁸ O político Paulo Pessoa Guerra foi governador do Estado de Pernambuco no período de 1964 a 1967. De acordo com Miranda (2014, p. 18), Paulo Guerra foi o responsável pela inauguração da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor em Pernambuco, a Febem, no ano de 1966. Provavelmente por esse motivo, algumas vezes, o jornal se refere aos policiais que agrediam os meninos e meninas como “Batalhão Paulo Guerra”.

Menores — onde as agressões aconteciam com frequência. A matéria intitulada “Tortura nas casinhas” afirma: “As casinhas nas praças do Recife continuam sendo lugares em que a Polícia Militar mete o pau, tortura e espanca meninos e meninas de rua. Isso acontece todos os dias.” (O GRITO, novembro de 1989, p. 2). A notícia se encerra contando sobre a irritação dos policiais quando as pessoas olhavam para as agressões nas casinhas.

A mesma edição que fala da violência nas “casinhas” traz uma notícia baseada no relato de um menino participante do IIº Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua⁸⁹ que morava em Abreu e Lima⁹⁰, o jornal relata que ele estava se dirigindo para o ônibus que o levaria ao evento e ficou chocado com o que viu:

No finzinho da tarde do dia 24 de outubro [1989] eu presenciei de perto uma cena trágica. Na Avenida Guararapes, dois policiais espancavam crianças que não estavam fazendo nada. Cadê os direitos das crianças que não chegam? Vamos reivindicar nossos direitos! Estatuto já! (O GRITO, novembro de 1989, p. 1).

A notícia se constrói com o relato de alguém identificado como Edilson e que não teve sua idade divulgada, mas foi chamado de “menino”, o que nos revela elementos da participação dos meninos e meninas na elaboração das notícias do jornal. É oportuno destacar que a Avenida Guararapes⁹¹ é um local que aparece de forma recorrente nas notícias do jornal.

Figura 6 - Imagem extraída da edição de novembro de 1989 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN)

A imagem acima traz mais uma vez a representação do policial agredindo a criança, algo que seria recorrente nas páginas do periódico. O “Basta de Violência!”, que é título da notícia citada, constitui-se como expressão do trabalho de intervenção no contexto da violência enfrentada por meninos e meninas, algo que era uma das principais linhas de

⁸⁹ Sobre tal evento, ver: CRIANÇAS Abandonadas - II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Direção de Tânia Quaresma. Brasília: Câmera 4; MNMMR; CPCE-UnB, 1989. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_VPL6-hSJbY&t=379s. Acesso em: 08/12/2020.

⁹⁰ Abreu e Lima é um município que compõe a Região Metropolitana do Recife.

⁹¹ A Avenida Guararapes é uma das mais movimentadas do Centro do Recife. Ligando-se com a Ponte Duarte Coelho, continua marcando presença em diversas paisagens de divulgação turística da capital pernambucana.

atuação do MNMMR. Tal intervenção está expressa entre as metas prioritárias no documento de *Teses e Propostas* da entidade, publicado em 1988:

4.1.1. Envolver os vários segmentos da população na luta em defesa dos meninos e meninas em contexto de violência, articulando com entidades a nível nacional e internacional a fim de fortalecer a ação conjunta que tenha o sentido de coibir a violência e garantir direitos.

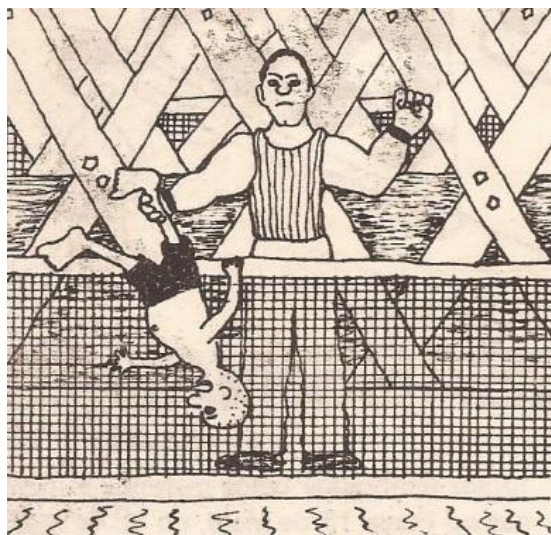
4.1.2. Garantir junto às entidades de defesa dos direitos da pessoa humana o compromisso de defender, com prioridade, os direitos dos meninos e meninas de rua, denunciando com veemência a transgressão desses direitos. (MNMMR, 1988, p. 24).

Dessa forma, entendemos que as denúncias trazidas pelo jornalzinho faziam parte do compromisso do MNMMR, que possuía uma preocupação em atuar de forma sistemática na mudança do contexto de violência que viviam os meninos e meninas. Nesse sentido, destacamos uma notícia que se desdobrou em outras ao longo do tempo e que traz à tona o aspecto investigativo do periódico.

Dia 29 de maio de 1990, às 21:00 horas, no Centro do Recife. João Batista tinha 13 anos de idade. Era um menino que vivia na Praça Joaquim Nabuco. Foi pego por um homem, destes que treinam em academia de musculação. Este homem pegou João Batista por uma perna e um braço e jogou-o da ponte da Boa Vista abaixo, dentro do Rio Capibaribe. Era maré cheia, João ainda gritou por socorro para um colega dele... 24 horas depois seu corpo apareceu atrás do Palácio dos Campos das Princesas. (O GRITO, junho de 1990, ed. extra, p. 1).

Após o relato com vários detalhes para descrever “O crime da ponte”, o periódico revela em “Interrogações” que João Batista morava numa comunidade chamada “invasão Miguel Arraes” e cheirava cola nas ruas do centro do Recife. O texto termina deixando questionamentos: “Quem pegou o João Batista por um braço e uma perna e o jogou no Rio Capibaribe? Quem foi? Quem é o culpado?” (O GRITO, junho de 1990, ed. extra, p. 1).

Figura 7 - Imagem extraída na edição extra de junho de 1990 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN)

Um ano após o ocorrido, a notícia “Crime da ponte” aparece na edição de junho de 1991 para lembrar do caso e relatar um ato público que exigiu saber quem matou João Batista.

O povo, juntamente com os meninos, fizeram um ato público na ponte exigindo apuração dos fatos e justiça. A solidariedade foi muito bonita, mas não tivemos nenhum resultado positivo. O silêncio foi total...Um dos participantes deste ato foi o padre Reginaldo Veloso que descreveu uma poesia muito bonita para João, que estamos publicando abaixo. Outra demonstração de carinho foi dado [sic] por Rivaldo - um menino de rua. No aniversário da morte de João Batista, Rivaldo foi ao cemitério, procurou o local onde haviam enterrado o amigo, colocou algumas flores em seu túmulo e acendeu uma vela. (O GRITO, junho de 1991, p. 2).

O Padre Reginaldo Veloso — mencionado na notícia supracitada como participante do ato — é uma figura religiosa significativamente conhecida em Recife e atuou em várias entidades que desenvolviam trabalho comunitário (COSTA, 2016, p. 34). O poema escrito pelo padre Veloso — que será apresentado em momento posterior — foi publicado na mesma página que lembra o crime e foi um dos primeiros a aparecer nas páginas do jornal. Alguns meses depois de tal homenagem, a edição de setembro de 1991 falava da prisão do homem que assassinou João Batista:

Foi preso o homem que jogou João Batista no rio Capibaribe. Os meninos de rua diziam, desde a noite do crime, que o assassino frequentava a Academia de Musculação Carmelo, na rua da Aurora. E tinham razão. O criminoso faz parte da Academia e é da Polícia Militar. Com este fato a gente sente a importância da pressão sobre o governo e sobre a Polícia. Aos poucos estão sendo presos aqueles que matam os meninos de rua. (O GRITO, setembro de 1991, p. 3).

É importante destacar o papel das falas de outros meninos em situação de rua na ajuda para descobrir quem era o autor do crime. A mencionada “pressão” para que o crime não ficasse impune é coerente com a forma de atuar do MNMMR. No ano seguinte a edição de junho de 1992 lembrava o fato trazendo a notícia “Dois anos sem João” e sem deixar de pontuar sobre as reivindicações do ano anterior.

[...] São dois anos de silêncio e de calma aparente: os meninos estão mais revoltados. A violência cresceu muito. O desemprego faz cada vez mais vítimas. A inflação também cresce sem parar... Mais meninos estão nas ruas... Há mais pessoas sem esperança. No ano passado, o padre Reginaldo Veloso esperava que da morte de João Batista saísse luz e esperança. Mais vida e muita fé... (O GRITO, junho de 1992, p. 2).

Além de lembrar do crime, o balanço que a notícia traz é importante para pensarmos na leitura que o periódico fazia da realidade naquele momento. Ao lembrar o crime, o jornalzinho assume que ao menos parte de seus leitores acompanhou as edições anteriores e mostra como poderia ser um instrumento de pressão e cobrança.

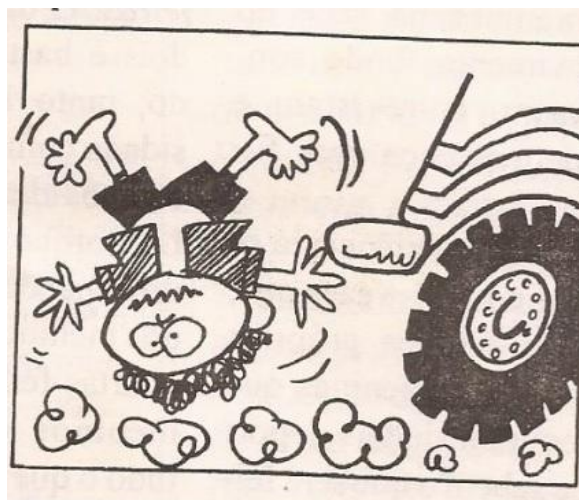
Até hoje podemos ver, no Recife, meninos pendurados em ônibus em movimento, algo popularmente conhecido como “pegar bigu”⁹². Essa prática perigosa pode resultar em acidentes e, a depender da intenção do motorista do ônibus e da atitude de quem está pendurado, tudo pode ficar ainda mais perigoso. O periódico traz alguns relatos que falam sobre acidentes cujo motorista estava mal intencionado, um deles, inclusive aparece já na primeira edição do jornalzinho (O GRITO, agosto de 1988, p. 1). Nesse sentido, a edição de dezembro de 1993 alerta que “Pegar bigu em ônibus é risco de vida, pois ninguém sabe do que são capazes alguns motoristas” e traz um relato com um triste fim:

No dia 6 de novembro mais um menino que vivia nas ruas do Recife foi vítima da brutalidade de um motorista de ônibus. O menino chamava-se André. Naquele dia ele estava apanhando manga, próximo à Celpe para matar sua fome. Na volta pegou um bigu de ônibus na Av. João de Barros, em frente à Celpe, juntamente com um colega. O motorista ficou furioso, “arrancou” com o carro e derrubou os dois meninos. Um deles caiu desmaiado e, quando o motorista deu marcha-a-ré [sic], esmagou a sua cabeça. A cabeça do André. (O GRITO, dezembro de 1993, p. 4).

Esse episódio é um dos exemplos de ato violento cometido por civis, algo ressaltado pelo educador Adriano Janssen ao falar das denúncias de *O Grito* (JANSSEN, 2002). Esse trágico relato nos diz também que educadores do Grupo Ruas e Praças já presenciaram vários outros acidentes parecidos e deixam o seguinte alerta: “Por isso, queremos aproveitar essa oportunidade para dar um recadinho a todos os meninos e meninas: não peguem bigu, pois ninguém sabe o que se passa na cabeça destes motoristas.” (O GRITO, dezembro de 1993, p. 4). O exemplo é importante porque além de trazer uma realidade daquele momento que se constitui de permanência no socioespaço das ruas do Recife, mostra-nos que o jornalzinho além de denunciar a violência também se preocupava em fazer alertas aos meninos.

⁹² Não é raro ver, principalmente nas ruas do Centro do Recife, crianças e adolescentes que ficam agarrados nas janelas dos ônibus pelo lado de fora. O que chamam de “pegar bigu” é pegar uma carona de forma bastante perigosa.

Figura 8 - Imagem extraída da edição de dezembro de 1993 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

A Avenida Guararapes é uma das mais movimentadas do Recife até hoje, ela é cenário de muitas notícias do jornalzinho, seja para falar de eventos, de encontros ou para denunciar crimes cometidos naquele espaço. Nessa perspectiva, a notícia “Crime na Guararapes” traz o seguinte relato:

Na segunda-feira, 28 de fevereiro, quando ia passando em frente aos Correios, na Av. Guararapes um membro da equipe do jornal *O Grito* presenciou um menino pegar um relógio de uma mulher. No mesmo instante apareceu um policial da PM correndo atrás do garoto. Não conseguindo agarrá-lo, deu dois tiros na sua perna, torceu o seu braço, deu-lhe uns tapas, deixou ele caído na avenida e foi entregar o relógio à mulher. Depois foi embora, sem socorrer o menino. (*O GRITO*, maio de 1994, p. 2).

É importante ressaltar que a notícia é construída com base em um fato presenciado por um menino da equipe responsável pela elaboração do periódico, algo que remete à participação das crianças e adolescentes, haja vista a que o relato do menino foi essencial na construção de tal notícia. A atitude do policial de atirar duas vezes na perna do menino que roubou um relógio não é algo incomum para as páginas de *O Grito*, assim como afirma Dimenstein (1990) a violência policial objetivava eliminar os meninos e meninas que praticavam furtos e não eram vistos com bons olhos pela sociedade recifense.

Também não é incomum encontrar, nas páginas do periódico, ameaças a essas crianças e adolescentes que passavam a maior parte de seus dias nas ruas da capital pernambucana, principalmente os que cheiravam cola. Nesse sentido, destacamos uma notícia que relata uma ameaça com detalhes.

No dia 27 de junho, às 15h da tarde, passaram dois homens de bugre no sinal da rua Bispo Cardoso Aires, que chamaram os meninos de rua e os ameaçaram, dizendo que eles não querem ver nenhum cheirando cola. E se encontrarem um dos meninos,

vão matá-lo. Os meninos ficaram muito assustados e estão frequentando em outra rua mais escondida. (O GRITO, agosto de 1995, p. 2).

A rua em que se passa o relato está localizada no bairro da Boa Vista, um dos mais movimentados do centro do Recife. Os dois homens que ameaçaram os meninos não eram policiais, ou se eram não estavam em horário de trabalho. A notícia é importante porque mostra que as atitudes ameaçadoras também podiam partir de civis e o fato daqueles meninos terem passado a frequentar outra rua aponta para como essas ameaças os obrigavam a mudar os seus espaços de circulação.

Figura 9 - Imagem extraída da edição de agosto de 1995 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

A maioria das notícias que tratam de ameaças nos trazem episódios nas ruas do centro do Recife, no entanto, os bairros periféricos da capital pernambucana também aparecem, assim como relata a seguinte notícia: “Sexta-feira, 11h da noite. Alguns meninos estavam ainda na rua, lá em Peixinhos. Passa um carro preto com dois homens, de revólver na mão. Param o carro e gritam: ‘Não queremos trombadinhas aqui! Nem cheira cola!’ É muita moral.” (O GRITO, maio de 1996, p. 4).

Mais uma vez temos meninos sendo “espantados” do espaço público por civis, que nesse caso estariam armados. Um ponto a se destacar na notícia supracitada é que ela traz um relato que ocorreu em Peixinhos, um dos bairros com aparições mais frequentes nas páginas de *O Grito* e que sediou um núcleo de base do MNMMR que, segundo a nossa investigação, chamava-se “Comunidade Assumindo Suas Crianças”. A nossa entrevista com João Batista aponta que as crianças integrantes dos núcleos de base levavam notícias de suas comunidades para as reuniões de elaboração do jornalzinho, provavelmente esse é o motivo pelo qual o bairro de Peixinhos aparece de forma tão recorrente.

Figura 10 - Imagem extraída da edição de maio de 1996 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

Ao tratar do extermínio de meninas e meninos em algumas das capitais brasileiras, o trabalho de Dimenstein (1990) afirma que atuação de grupos de extermínio e policiais que abusavam do poder, além de contar com proteção oficial clandestina, tais grupos tinham respaldo na sociedade que, muitas vezes, naturalizava os assassinatos de crianças e adolescentes em situação de rua (DIMENSTEIN, 1990, p. 25). Nesse sentido, uma notícia presente na edição de novembro de 1998, dedicada a tratar do 5º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua⁹³, traz um breve panorama sobre o extermínio de meninos e meninas em Pernambuco.

Os grandes “gritos” que vão à Brasília devem ser ouvidos no Brasil e no mundo todo. Pois com certeza haverá muita imprensa neste encontro. Por isso é bom repetir que mata-se muitos meninos e meninas em Pernambuco. No primeiro semestre do ano passado mataram umas 50 pessoas; neste ano já são 113. Extermínio já é coisa comum em Pernambuco. E não se mata numa briga qualquer, não. São mortes pensadas e organizadas por um grupo de pessoas. Isso é o que se chama extermínio. Outro grito que está na boca dos meninos é que mata-se impunemente. Ninguém vai preso, ninguém é julgado e muito menos condenado. (O GRITO, novembro de 1998, p. 3).

Os grupos de pessoas organizados que matavam meninos e meninas, citados pela notícia, são grupos de atuação semelhante aos grupos mencionados pelo trabalho de Dimenstein (1990). Ressaltamos que o trabalho do jornalista estava falando do início da década de 1990 e a notícia de *O Grito* está tratando do final da mesma década, o que nos mostra mais uma permanência.

⁹³ O evento aconteceu em Brasília, e os grupos Ruas e Praças e Semente do Amanhã se articularam com o MNMMR e reuniram 5.800 assinaturas de pessoas, do Estado de Pernambuco, que protestavam contra a violência e defendiam a vida de crianças e adolescentes. O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente deu apoio ao MNMMR, financiando 3 ônibus para o evento. (O GRITO, novembro de 1998, pp. 1-2).

Quando a matéria supracitada afirma que o extermínio era comum em Pernambuco naquele momento e fala da impunidade, estabelecemos uma conexão com uma das conclusões do trabalho do MNMMR junto com o IBASE realizado em 1989: “A certeza da impunidade é uma tônica entre os acusados, manifestada na pouca preocupação por parte dos criminosos até em esconder os corpos de suas vítimas.” (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991, p. 27). Um dos argumentos principais da publicação que traz um panorama do cenário de violência vivido por meninos em 1989 é a pouca importância dada, por parte das autoridades, ao número alarmante de crianças e adolescentes sendo assassinados (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991), algo que culmina na impunidade, elemento também presente nas páginas de *O Grito* durante toda a década de 1990, a notícia de 1998 foi um exemplo significativamente representativo.

Muitas matérias também tratam do esforço dos educadores no enfrentamento às situações de violência vividas por meninos e meninas. Sobre tal temática, a edição de dezembro de 2000 traz uma série de notícias que denunciam a atuação repressiva da polícia militar e publica trechos de uma entrevista com um adolescente que se queixava da atitude de policiais.

Os educadores de rua também denunciam as violências dos policiais. As motos do Bptran rodeiam os meninos, arrancam a cola, dão nos rostos deles, ameaçam com o revólver e queimam a cola no meio da rua. “Ainda bem que fomos chamados para fazer uma das palestras para os policiais que estão fazendo curso na Universidade Federal”, resumem. No mesmo dia dessa entrevista, o adolescente Márcio Alves Fagundes apareceu na sede do MNMMR para fazer um ensaio de dança. Márcio tem 15 anos, um irmão de 17, mãe e irmã. A sua família mora em Santo Amaro. A irmã trabalha com cabelereira [sic] em Campo Grande e é a única pessoa que tem emprego na casa dele. “Eu e meu irmão vamos para a praça para ter um dinheirinho em casa. Para não ficar sem comer nada”, diz o jovem. Márcio limpava para-brisas e guardava carro. Mas agora a polícia não deixa. Eles nos levam para o D.P.C.A. e só saímos de lá depois que a mãe for buscar. Tudo isso é por causa das eleições. “Os policiais nos levam para aquela casinha e nos dão uns apertos”, informou Márcio. Ele não vai mais para a praça por causa da repressão. (O GRITO, dezembro de 2000, p. 2).

O relato supracitado se une a outros que mencionam educadores denunciando a violência praticada por policiais para com os meninos e meninas. Através de tal notícia, podemos perceber algumas mudanças muito importantes no panorama das ações policiais. Nesse sentido, a Delegacia do Menor, que antes aparecia como um espaço onde ocorriam espancamentos e repressão (MIRANDA, 2014), deu lugar ao Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA) ou “D.P.C.A.” como é mencionado na notícia⁹⁴. Quando o

⁹⁴ De acordo com o trabalho da historiadora Elisangela Machieski, a promulgação do ECA promoveu uma reestruturação de instituições que trabalhavam com crianças e adolescentes. As mudanças fizeram parte de um

adolescente Márcio retrata, naquele ano de 2000, que os policiais levam os meninos para “aquela casinha” para machucá-los percebemos aqui mais uma permanência. As primeiras edições do periódico já falavam de casos de espancamentos nas casinhas, um exemplo é a notícia intitulada “Tortura nas casinhas” publicada na edição de novembro de 1989 e que já foi citada no presente subcapítulo (O GRITO, novembro de 1989, p. 2).

As edições publicadas no período de 2000 a 2002 do periódico possuem como forte característica denunciar que o ECA não estava sendo cumprido mesmo depois de mais de 10 anos de sua promulgação. Nesse sentido, a primeira página da edição de abril de 2001 traz uma “Carta aberta à toda população”:

Diante da ausência de cumprimentos aos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, estamos gritando a todo povo brasileiro sociedade [sic]. O Estado de Pernambuco foi apontado pela ONU como o mais violento do país, matando mais do que as guerras. Afirmamos que as maiores vítimas de homicídios tem sido os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos de idade. Nunca se matou, estuprou e violentou tantas crianças e adolescentes no estado como agora. 60% das mortes são de jovens que estão envolvidos com o crime e o tráfico de drogas, pois estão fora da escola, sem formação e qualificação profissional para enfrentar o mercado de trabalho, sem perspectiva de futuro. (O GRITO, abril de 2001, p. 1).

Ao trazer dados do ano de 2001 que apresentam Pernambuco como um Estado extremamente violento para crianças, adolescentes e jovens, o jornalzinho ressalta a ineficiência das políticas públicas no âmbito da educação, algo que também aparece muito nas notícias que reivindicam direitos ao longo de nosso recorte temporal. A notícia é importante porque expressa a visão do MNMMR enquanto entidade responsável pela publicação do jornal, que defendia em seu discurso que a educação e a arte teriam o potencial de transformar a vida desses meninos e meninas e afastá-los da criminalidade (MNMMR, 2002). A frase que encerra a referida carta aberta é uma síntese das demandas do MNMMR, um debate que permeou todo nosso recorte temporal: “Queremos emprego e educação para ser um cidadão fora da prisão.” (O GRITO, abril de 2001, p. 1).

Trazer as notícias de *O Grito* que representam denúncias dos casos de violência nos possibilitou investigar como o Movimento construiu um discurso combativo em relação a tal problemática, assim previsto em seus princípios (MNMMR, 1988). Levando em consideração todo o nosso recorte temporal (1988-2002) a violência é o tema que mais aparece nas páginas do periódico, sendo expressa por relatos de ameaças, agressões e assassinatos, por isso buscamos trazer exemplos representativos dessas diversas formas de violência.

O “cenário de guerra” descrito pelo trabalho de Dimenstein (1990) e os dados sobre as mortes de meninos e meninas levantados pelo MNMMR junto com o IBASE (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991), conectam-se às notícias que mostram como Recife era uma cidade perigosa no final da década de 1980 e início da década de 1990, sobretudo, para meninos e meninas que circulavam pelas ruas, que cheiravam cola e, por muitas vezes, acabavam se envolvendo com a criminalidade.

Conforme a análise avança ao longo dos anos da década de 1990 e entra na década de 2000, percebemos, que nas notícias de *O Grito*, essa violência é uma permanência. Policiais e civis continuam reprimindo, agredindo, ameaçando e até assassinando esses meninos e meninas, apesar da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa forma, ressaltamos que diversas formas de violência e violações de direitos permeiam o periódico por todo o período de 1988 a 2002. Entendemos que a articulação em torno da publicação de denúncias era uma forma de resistência e ação de um movimento social no sentido afirmado por Gohn (2011), a presença de notícias de crimes que partem do relato de meninos e meninas é mais um elemento da participação deles e delas na construção de *O Grito*.

3.2. Meninos e meninas participando dos debates sobre seus próprios direitos.

Queremos que os homens da lei acabem com o Código de Menor, que é de lascar. Com ele a polícia pode prender de todo jeito. Sem nenhuma razão. A gente não tem direito a um advogado para nos defender. A gente é chamado de menor. Isto é mesma coisa que trombadinha, ladrão, pivete. O filhinho de papai não se chama criança e adolescente? Nós valemos tanto quanto eles. O juiz parece um Rei. Ele pode tudo, sozinho. Isto tem que acabar. (O GRITO, setembro de 1989, ed. extra, p. 4).

A notícia citada que fala na terceira plural carrega consigo elementos da consciência política que permeou os registros desses meninos, meninas, educadores e educadoras que construíram as notícias do periódico. Nesse sentido, nossa proposta é evidenciar as notícias de *O Grito* que representem os debates dos meninos e meninas em torno dos seus direitos ao longo de nosso recorte temporal que, por ter início em 1988, faz com que comecemos falando da luta do MNMMR em prol do ECA.

A matéria supracitada possui como título: “A maior exigência” e é objetiva ao tratar da principal demanda do MNMMR naquele setembro de 1989. Problematizando o termo “menor”, a figura do Juiz de Menores e o comportamento da polícia, a notícia se junta a

outras dos dois primeiros anos de existência do jornal, que possuem em comum o pedido pelo fim do Código de Menores e exigem a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Figura 11 - Imagem extraída da edição extra de setembro de 1989 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

A mencionada discussão sobre o termo “menor” carrega consigo uma dicotomia e nos permite analisar mudanças e permanências. Através de uma investigação sobre as políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil ao longo dos séculos, Marcílio (1998) traz à tona um debate sobre o lugar da criança no incipiente Brasil republicano. Para a historiadora, partindo do objetivo de transformar a criança em força útil para si e para sociedade, as políticas públicas de proteção e vigilância, os cuidados com o corpo e com a educação foram pensados em fins do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, o debate sobre a diferenciação entre a criança rica — chamada de “filhinho de papai”⁹⁵ na notícia — e a criança pobre, presente na supracitada notícia de *O Grito*, é levantado.

Com a República, a distinção entre a criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a Sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas “classes perigosas” e estigmatizada como “menor”, deveria ser objetivo de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho. (MARCÍLIO, 1998, p. 224).

Através do trabalho da autora, percebemos que o termo “menor” é empregado como estigma no Brasil das primeiras décadas do século XX. Debatendo sobre a temática, a autora afirma que o Código de Menores de 1927 foi elaborado com a finalidade de controlar as infâncias e adolescências entendidas como abandonadas e delinquentes (MARCÍLIO, 1998, p. 224).

Ao tratar sobre os modelos de proteção jurídico-social voltados para as crianças que vigoraram no Brasil ao longo da história do país, Santos et al. (2009) também traz um debate

⁹⁵ O termo “filhinho de papai” (O GRITO, setembro de 1989, ed. extra, p. 4) refere-se à crianças que não viviam em condição de pobreza, não se trata necessariamente de crianças ricas ou da classe média.

sobre a dicotomia entre a “criança” e o “menor”. Tal trabalho situa essa dicotomia no território das políticas de bem-estar social destinadas a crianças e adolescentes no período que compreende o final do século XIX até a década de 1970.

O estado de bem-estar brasileiro diferenciava pobres “úteis” e “inúteis”, especializando dois tipos de instituições distintas: uma para a “criança” e outra para o “menor”. [...] Trata-se da doutrina da “situação irregular”, segunda a qual o “menor” seria a criança ou o adolescente em situação irregular, por estar material, moral ou socialmente abandonado. Por contraste, a “criança”, filha dos segmentos mais favorecidos da sociedade, encontrava-se em situação regular. Essa visão dicotomizada orientou diferentes tipos de políticas, programas e atitudes sociais em relação à infância até os anos 1980, quando os movimentos sociais propuseram a ruptura com a categoria “menor”. (SANTOS et al., 1996, p. 26).

A doutrina da “situação irregular” era fundamentada no Código de Menores⁹⁶. De acordo com Santos et al. (1996, p. 27): “Enquanto a vida das crianças era regulada pela legislação da família, a dos menores passou a ser regulada pelo Código de Menores (a primeira edição foi em 1927 e a segunda em 1979).” Dessa forma, percebemos a consciência dos meninos, meninas, educadores e educadoras que construíam as matérias do “jornalzinho” acerca dessa dicotomia entre menor e criança e que tal dicotomia é um problema histórico na sociedade brasileira.

Para tornar a nossa análise mais específica em relação ao recorte socioespacial, outro ponto a se destacar é o fato de que a matéria do periódico está falando de ser chamado de menor no Recife em fins da década de 1980, para aqueles meninos e meninas: “é mesma coisa que trombadinha, ladrão, pivete” (O GRITO, setembro de 1989, ed. extra, p. 4). Quando analisa as condições sociais da criança em Pernambuco, sobretudo na cidade do Recife, no período que vai de 1906 a 1929, o trabalho⁹⁷ da historiadora Vera Braga (2011) traz um debate sobre os termos utilizados por periódicos de grande circulação⁹⁸, na época, para falar das crianças pobres.

[...] a criança pobre e abandonada era vista como um grande empecilho na trajetória da modernidade e nos caminhos da civilidade recifense. As referidas crianças eram adjetivadas de forma pejorativa, desqualificando-as com denominações tais como: legiões de maltrapilhos, assemelhando-as a cães vadios, denominados de romaria de menores vagabundos, e viviam como ervas das ruas podendo ser arrancadas, mas ao mesmo tempo, o mesmo jornal, afirma que a infância é o germe da humanidade futura. (BRAGA, 2011, p. 263).

⁹⁶ No caso do Código de Menores de 1927, o seu capítulo III trata “Dos Infantes Expostos” e o IV “Dos Menores Abandonados” (BRASIL, 1927). Em relação ao Código de Menores de 1979, as considerações sobre os menores que estariam em situação irregular são apresentadas em seu 2º Artigo (BRASIL, 1979).

⁹⁷ O trabalho de Braga (2011) e o de Marcílio (1998) dialogam ao investigar os projetos destinados a conduzir a vida das “crianças” e dos “menores” na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX.

⁹⁸ A historiadora analisa, sobretudo, os seguintes jornais: *Diário de Pernambuco*, *A Notícia*, *Jornal Pequeno* e *Diário da Manhã* (BRAGA, 2011).

O trabalho do historiador Humberto Miranda (2008) também trata sobre a temática ao investigar os problemas sociais vividos pelas crianças e adolescentes na capital pernambucana no período que vai de 1927 a 1937:

Ao carregarem a pecha de indivíduos perigosos ou de potencialmente perigosos, essas crianças e jovens que viviam nas grandes cidades passaram a ser alvo das atenções de autoridades e de alguns setores da sociedade da época, que se sentiam ameaçados com a presença dos mesmos espaços públicos. “Delinquentes”, assim passaram a ser identificados, enquadrados, classificados, tornando-se um problema de Estado e uma série de projetos e medidas foram construídas com a intenção de sanar este “mal” que rondava essas crianças e jovens, formando uma rede de assistência, controle e coerção sobre esses meninos do Recife, identificado como “menores”. (MIRANDA, 2008, p. 103).

Dialogando com os trabalhos mencionados, percebemos que o discurso que diferencia a “criança” e o “menor” permeia a sociedade brasileira e suas legislações ao longo do século XX, como afirmam o trabalho de Santos et al. (1996) e Marcílio (1998). Os trabalhos de Braga (2011) e Miranda (2008) trazem elementos da história do Recife e mostram como o uso de termos pejorativos para falar de crianças pobres na capital pernambucana eram uma realidade na primeira metade do século XX. Nesse sentido, percebemos que o uso de tais termos constitui-se de uma permanência, haja vista que o “jornalzinho” afirma que eles ainda estão sendo utilizados e incomodando os integrantes do MNMMR naqueles últimos anos da década de 1980.

Destacamos que no caso de *O Grito*, esse discurso está sendo construído com a participação dos próprios meninos e meninas que pediam que a população recifense enxergasse “os meninos de rua como gente e não como trombadinha, cheira-cola e animal.” (O GRITO, outubro de 1988, p. 4).

Outro ponto que acreditamos ser importante destacar na citação que inaugura o presente subcapítulo, é a menção da figura do Juiz de Menores⁹⁹. Ao trazer um balanço sobre o assassinato de crianças e adolescentes na segunda metade da década de 1980¹⁰⁰, o “jornalzinho” faz um alerta e insere o juiz de menores nesse cenário de violência: “A polícia continua violenta. Os juízes de menores agindo como se fosse reis. Existem blitz para pegar meninos, mas para levar para onde? O povo continua gritando: Matem estes meninos!” (O GRITO, setembro de 1989, ed. extra, p. 4).

⁹⁹ O Título III do Código de Menores de 1979 trata sobre a autoridade judiciária do Juiz de Menores (BRASIL, 1979).

¹⁰⁰ De acordo com o jornal, “533 meninos assassinados nos últimos nos últimos cinco anos. É muita violência” (O GRITO, setembro de 1989, ed. extra, p. 4). Dessa forma, sabemos que o período retratado é de 1984 até 1989, mas a matéria não nos diz se é uma pesquisa no âmbito municipal, estadual ou nacional.

Quando trata dos juízes de menores, a historiadora Maria Luiza Marcílio (1998, pp. 224-225) afirma que a imensa autoridade desses agentes estava circunscrita na lógica das políticas de proteção e controle do menor no Brasil, formuladas por juristas, médicos e higienistas das primeiras décadas do século XX. Dessa forma, o Código de Menores 1927 sistematiza a autoridade dos juízes de menores.

O Código [de Menores de 1927] previa que, ao menor delito ou atitude anti-social dos pais, o juiz poderia baixar a espada da destituição do pátrio poder e também da tutela. O juiz de menores tornou-se a figura assustadoramente todo-poderosa do destino da infância desvalida. Seu lema era “vigiar e punir”. (MARCÍLIO, 1998, p. 225).

Nesse sentido, o trabalho do historiador Humberto Miranda (2014) afirma que os juízes de menores eram responsáveis pela internação de menores material ou moralmente abandonados: “Esse Juizado estabelecia contatos com a rede de atendimento de assistência e saúde da cidade, sendo acionado a partir das demandas apresentadas.” (MIRANDA, 2014, p. 55). Pela amplitude de poderes e pela responsabilidade de internar menores, o jornalzinho referiu-se ao juiz de menor como um “rei”.

Dessa forma, percebemos a figura do juiz de menor como mais um elemento da dicotomia entre as “crianças” e os “menores”, haja vista que esses agentes da justiça tinham sua atuação direcionada para a infância em situação de pobreza e vulnerabilidade, os “menores”. Tratar da diferença entre criança e menor e da figura do juiz de menor que aparece nas reivindicações do jornal é adentrar no discurso que apareceu nas publicações do MNMMR quando a entidade lutava pela promulgação do ECA.

De acordo com suas publicações, o MNMMR participou do processo de construção da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em sua fase de estruturação (MNMMR, 1994). Ao participar da criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), o MNMMR começa a atuar fazendo *lobby* junto aos deputados e senadores, para assim participar do processo de elaboração da carta magna de 1988 (MNMMR, 1994). Quando trata da dinâmica que permeou a articulação pelos direitos da criança e adolescente em fins da década de 1980, o trabalho de Santos et al. (1996) trata sobre tal Fórum.

O Fórum DCA passou a ser, a partir desse ano [1988], o principal interlocutor da sociedade civil para a questão da criança e do adolescente junto ao Congresso Nacional e, também, o catalisador e dinamizador da ampla mobilização social pela inclusão da emenda na Constituição Federal. (SANTOS et al., 1996, p. 39).

Ao tratar da atuação do MNMMR no trabalho de ser “interlocutor da sociedade civil”, uma publicação de divulgação da trajetória do MNMMR afirma que: “Esse trabalho resulta na

inclusão dos artigos 227 e 228 na Constituição. O Movimento participa também do anteprojeto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).” (MNMMR, 1994, p. 16).

O trabalho de dissertação do sociólogo Mauro de Figueiredo (1996), construído no campo da Sociologia Política, apresenta uma análise da atuação do MNMMR pela cidadania de crianças e adolescentes. Tratando o MNMMR como “uma força historicamente importante de luta pela cidadania para crianças e adolescentes” (FIGUEREDO, 1996, p. 4), o autor adentra em um debate sobre o processo político e social que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente e menciona a atuação do MNMMR, durante os anos de 1987 e 1988, no processo de elaboração da nova constituinte. Sobre os desdobramentos da atuação do MNMMR junto com outras entidades e órgãos públicos, o autor afirma:

O resultado desse trabalho foi a elaboração de duas emendas de iniciativa popular, perfazendo mais de 200 mil assinaturas de eleitores, que foram apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte: “Criança e Constituinte” e “Criança Prioridade Nacional”. Seus textos foram fundidos e acabaram entrando no corpo da Constituição com a expressiva maioria de 435 votos a favor e apenas 8 contra. (COSTA et al., 1991, p. 12 *apud* FIGUEREDO, 1996, pp. 85-86).

Para o autor, essas duas emendas — “Criança e Constituinte” e “Criança Prioridade Nacional” — resultaram na inclusão do artigo 227 da nova Constituição brasileira. Nesse sentido, quando trata da mobilização em torno das denúncias contra a política governamental para as infâncias e adolescência no Brasil da década de 1980 empreendidas por organizações da sociedade civil, o trabalho de Nicodemos (2020, pp. 171-172) afirma que a inclusão dos artigos 227 e 228 na Constituição de 1988 é um mérito para o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 trata “Da família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso” (BRASIL, 2016, p. 131), em seu capítulo VII, e afirma:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2016, p. 132).

Ao afirmar a “absoluta prioridade” da criança e do adolescente, o Artigo 227 representa novos preceitos jurídicos garantidores de uma prática descentralizada de atendimento e de proteção integral à infância e juventude no país, ao menos do ponto de vista da lei, como afirma Nicodemos (2020, pp. 178-179). Para Santos et al. (1996) esse artigo introduz a doutrina de proteção integral no ordenamento jurídico brasileiro, nos ditos do

autor: “Isso significa que qualquer ameaça ou violação dos direitos infanto-juvenis coloca a família, a sociedade e o Estado em situação irregular, não mais a criança e o adolescente.” (SANTOS et al., 1996, p. 35).

O Artigo 227 traz ainda vários incisos que tratam sobre temáticas como, recursos públicos destinados à infância, adoção e trabalho na adolescência. Já o artigo 228 é extremamente breve, e talvez por isso, não é muito comentado pelos autores e autoras que apresentamos e nem pelas publicações do MNMMR. De acordo com seu texto original: “Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.” (BRASIL, 2016, p. 133). De acordo com o trabalho do historiador Ailton Morelli (1996) tal debate sobre inimputabilidade permeia as noções de infância e a distinção entre a “criança” e o “menor”.

A influência do MNMMR na formulação de políticas públicas e legislações no âmbito da infância é significativamente documentada e aparece em diversos trabalhos aqui mencionados, mas como as crianças e adolescentes participavam desse debate acerca de leis e políticas que influenciariam em suas próprias vidas?

Tendo como recorte geográfico o sul do estado de Santa Catarina, a tese da historiadora Elisangela Machieski traz uma análise de procedimentos de abrigamentos de crianças e adolescentes em situação de risco na década de 1990. Enfatizando as experiências do público infantojuvenil para perceber como as crianças e adolescentes lidavam com as decisões tomadas pelos adultos, o trabalho de Machieski aborda os meninos e meninas como atores sociais¹⁰¹ (MACHIESKI, 2019, p. 157)

De acordo com a historiadora, a participação infantil foi uma das pautas principais da Convenção sobre os Direitos das Crianças¹⁰², que ocorreu em 1989, e ganhou cada vez mais destaque ao longo da década de 1990 (MACHIESKI, 2019, p. 159). A partir de então, os conceitos de participação e/ou protagonismo infantojuvenil representaram o repensar do lugar público de crianças e adolescentes e sua relação com os adultos. Nos ditos da historiadora:

Foi nesse cenário que surgiu o termo participação protagônica. Esta perspectiva teórica apresenta as crianças e adolescentes como atores sociais e, principalmente, aponta para uma nova perspectiva relacional entre os seres humanos, uma relação intergeracional planteada na horizontalidade. (MACHIESKI, 2019, p. 160).

¹⁰¹ A autora utiliza o conceito pautado no trabalho do sociólogo francês Alain Touraine que “compreende o ator social como uma pessoa que estabelece relações concretas, com a possibilidade de transformar seu entorno, seja por meio de objetivos pessoais, seja coletivos.” (MACHIESKI, 2019, p. 157).

¹⁰² Sobre tal evento, ver: AREND, Sílvia Maria Fávero. Convenção Universal dos Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 – 1989). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 29 - 47. jan./abr. 2015.

O referido conceito de participação protagônica sintetizado por Machieski (2019) norteia nossa investigação sobre as relações entre as crianças, adolescentes e educadores, que construíam as notícias do jornal de forma colaborativa. A horizontalidade na relação intergeracional representa um elemento vital no trabalho de Machieski (2019) e também aparece como elemento importante na tomada de decisões do Movimento no âmbito administrativo (MNMMR, 1990, p. 9).

Organizar os meninos e meninas para o debate acerca das políticas públicas e da legislação é uma atividade que faz parte do trabalho de formação do Movimento. Podemos encontrar elementos sobre esse debate tanto nas publicações da organização (MNMMR, 1994; 1995; 2002) quanto nas entrevistas que realizamos com João e Tiago trazidas, sobretudo, no segundo capítulo do presente trabalho. Tal organização faz parte do trabalho de politização das crianças e adolescentes participantes do MNMMR que está previsto desde suas Teses e Propostas sintetizadas em 1988:

Ao desenvolver o trabalho de politização dos meninos/as o educador deve levar em conta a psico-pedagogia das idades (desenvolvimentos psicológicos) e não tratá-los como miniatura de adultos. Deve considerar que o seu papel principal é contribuir no processo de reflexão e não de impor suas concepções, idéias e propostas, tornando-os menores repetidores do discurso do educador. (MNMMR, 1988, p. 13).

Nesse sentido, encontramos através de nossa investigação que em abril de 1990 aconteceu em Pernambuco um evento intitulado Encontro Estadual de Meninos e Meninas de Rua. O principal objetivo de tal evento foi promover o diálogo acerca do Artigo 227 da Constituição Brasileira de 1988 com as crianças e adolescentes (O GRITO, maio de 1990, p. 2). Por conseguinte, a edição de *O Grito* publicada no mês seguinte ao evento traz à tona alguns recortes sobre tal encontro que nos revelam mais reflexões sobre o papel do poder público diante dos problemas enfrentados por aqueles meninos e meninas.

Fofão é um novo educador do Centro da Cidade. No dia 25 de abril foi trabalhar com os meninos da Praça Joaquim Nabuco, onde sentou-se perto da estátua. Aos poucos formou-se uma roda de meninos. Fofão começou o seu papo. Logo chegou uma dupla de policiais que disseram: “Vá andando”, “Saia daqui”. Fofão tentou explicar o que estava fazendo. Mas a ordem dos policiais não mudou: “Saia”, disseram eles. No encontro estadual onde falamos sobre a Constituição Brasileira, principalmente da Lei número 227, e quando se leu que “a criança tem direito à educação e à cultura”, um menino gritou: “E como é que um policial pode acabar com uma roda de Capoeira? Nós não temos direito à educação e à cultura!” (O GRITO, maio de 1990, p. 2).

Por considerar o trabalho com as manifestações culturais como “ações fundamentais no processo de formação e organização para vivência do ser criança e da cidadania plena” (MNMMR, 1990, p. 11), uma roda de capoeira é algo que naturalmente faria parte das

práticas dos educadores do Movimento com os meninos e meninas¹⁰³. O que destacamos nesse ponto, é a indagação realizada pelo menino na citação acima sobre o direito à educação e à cultura, previstos pelo artigo 227 da Constituição de 1988. Ao questionar como poderia um policial acabar com uma roda de capoeira e dizer que não possui direito à educação e à cultura, o menino está demonstrando acreditar que aquela lei promulgada menos de 2 anos atrás ainda não surtia efeito em sua realidade. Um trecho do relato do menino compõe a notícia, algo que demonstra como os relatos desses meninos e meninas viraram notícias de *O Grito*.

Entendemos essa importância dada aos relatos de crianças e adolescentes na construção das notícias como elementos da participação protagônica fundamentada pelo trabalho da historiadora Elisangela Machieski (2019).

Figura 12 - Imagem extraída na edição de maio de 1990 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

É importante pontuar que o MNMMR de Pernambuco enxergou a oportunidade de trabalhar essa politização dos meninos e meninas, prevista em suas diretrizes, de forma sistemática no espaço de um evento de alcance estadual, em um momento cujo artigo 227 da Constituição era considerado uma conquista pelas entidades que demandavam o fim do Código de Menores de 1979.

Nesse sentido, destacamos outra notícia que trata do Encontro Estadual de Meninos e Meninas de Rua, ocorrido em abril de 1990. Ao afirmar que o texto do artigo 227 versa sobre

¹⁰³ Alguns núcleos em Pernambuco também trabalhavam com o maracatu, frevo e bumba-meu-boi (MNMMR, 2002).

o “direito à vida, saúde, alimentação, educação, profissionalização e cultura” que possuem os meninos e meninas, o jornalzinho traz as ideias expressas por um menino naquele evento.

Um menino da Baixa Verde falou com educador e disse assim: - Já sei. Amanhã, na Baixa Verde, quando estiver cheirando minha cola, e um policial quiser me prender eu gritarei: “A lei 227”. O policial certamente não conhece a lei, mas explicarei a ele “Você não pode me prender porque a lei 227 diz que eu tenho direito à lazer e alimentação”. O policial vai dizer: “Mas não à cola”. Mas vou responder que a cola é meu lazer e muitas vezes a minha única alimentação. (O GRITO, maio de 1990, p. 2).

O argumento do “menino da Baixa Verde” traz diversas possibilidades de interpretação e várias problematizações na matéria intitulada “Lazer e alimento”. A “cola” mencionada pelo menino como “alimento” é o composto químico geralmente usado no trabalho dos sapateiros. Tal solvente é utilizado como droga e outros relatos sobre seu consumo aparecem em *O Grito*. Ao tratar sobre o consumo de drogas por crianças e adolescentes em situação de rua, Rizzini e Couto afirmam:

A ida para as ruas aprofunda condições de vida adversas, reforçando, em muitos casos, o uso de drogas como estratégia de sobrevivência. Além de amenizar a fome e a violência cotidiana, esta prática é uma forma de iniciação em grupos que são importantes facilitadores para a sobrevivência nas ruas. (RIZZINI; COUTO, 2019, p. 113).

Quando o “menino da Baixa Verde” afirma que a cola é “seu lazer e, muitas vezes sua única alimentação” é porque tal droga ameniza sua fome e constitui-se um elemento facilitador de sua vida nas ruas, como afirmado por Rizzini e Couto (2019) no trecho supracitado.

Figura 13 - Montagem com imagens extraídas da edição de maio de 1990 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

Ao afirmar que o policial certamente não conhecia o artigo 227 e viria tomar sua cola, o menino está expressando suas convicções acerca da atuação da polícia. Nesse sentido, assim como na notícia que trata sobre a roda de capoeira que foi desfeita por policiais, os meninos participantes do Encontro Estadual de Meninos e Meninas de Rua em abril de 1990, que

tiveram suas falas transformadas em notícias do jornalzinho, demonstraram acreditar que as autoridades policiais pernambucanas seguiam uma lógica repressiva e não tinham o conhecimento do artigo 227 da Constituição de 1988, que seria tão importante para os direitos das crianças e adolescentes.

Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em julho de 1990, o MNMMR começa seu embate para fazer com que o que está escrito naquele documento legal seja materializado na vida dos meninos e meninas. A expectativa de dias melhores por conta de tal mudança no panorama das leis é mencionada pela historiadora Elisangela Machieski: “No Brasil, o contexto da década de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o horizonte que se desenhava esteve permeado pela esperança de dias melhores para o público infantojuvenil.” (MACHIESKI, 2019, p. 38).

Na primeira vez que *O Grito* tratou sobre o ECA, após a sua promulgação, o periódico foi bastante sucinto, não trouxe notícias para comemorar, nem trouxe um debate sobre tal conquista. Na matéria intitulada, “Datas importantes”, o jornal afirma:

-13 de julho de 1990. Presidente Collor assina o Estatuto da Criança e Adolescente.
 -17 de setembro de 1990. O governador Carlos Wilson Campos assina a lei que institue [sic] o Conselho de Defesa da Criança e Adolescente de Pernambuco.
 No dia da Criança, 12 de outubro de 1990 houve um ato importante nas Nações Unidas, reconhecendo os direitos da criança e adolescente no mundo inteiro. Quantas leis... Quantos acontecimentos importantes. Está começando a luta pela aplicação das leis.
 Isto é mais difícil. (O GRITO, outubro de 1990, p. 2).

Ao ressaltar a dificuldade na aplicação das leis, a notícia expressa uma demanda do MNMMR que permeia todo o nosso recorte temporal, a garantia dos direitos dos meninos e meninas. Outro ponto a se destacar é que na maioria dos anos de nosso recorte temporal, o periódico trouxe matérias sobre o dia do trabalhador para falar das condições dos meninos e meninas que trabalhavam nas ruas. Nesse sentido, a matéria intitulada “1º de Maio vem aí” nos conta que a preocupação do MNMMR naquele momento era a educação. O periódico problematiza a proposta do governo federal que consistia na construção de novas escolas:

Mas terá dinheiro suficiente para manter essas escolas? Porque [sic] então, não melhora as condições das escolas já existentes? Os meninos e os educadores estão aplicando uma pesquisa em todas as escolas dos bairros populares. No 1º de Maio irão mostrar essa realidade, juntamente com os professores e outros educadores. (O GRITO, abril de 1992, p. 1).

Pensar que os meninos aplicaram uma pesquisa em todas as escolas dos bairros populares dialoga com o fato de que esse jornal chegava até as escolas, como mencionado por nossos entrevistados¹⁰⁴.

A edição seguinte, publicada em junho de 1992, apesar de não trazer resultados da mencionada pesquisa, fala sobre uma passeata que aconteceu no dia 1º de maio, na qual estavam presentes meninos e meninas do Recife e Região Metropolitana. A concentração foi na Praça da República — local que aparece diversas vezes no jornal — o periódico trata da passeata com riqueza de detalhes:

Às três horas da tarde saiu a passeata em direção ao Parque Treze de Maio. Mesmo sem cobertura das rádios ou das tevês, os meninos se sentiam muito importantes, cheios de auto-estima. E caminharam ao encontro dos trabalhadores organizados, que também se concentraram no Parque. Neste, ano [1992], em relação aos anteriores, havia mais trabalhadores, menos discursos, mais arte, mais alegria, mais vida. Os meninos curtiam pra valer a festa deste 1º de maio e gostaram muito da sua própria organização. (O GRITO, junho 1992, p. 3).

De acordo com a socióloga brasileira Maria Gohn (2011, p. 335), as passeatas estão entre as diferentes estratégias que materializam as ações dos movimentos sociais. O envolvimento de meninos e meninas na organização de passeatas é algo que aparece por diversas vezes no jornalzinho do MNMMR de Recife. A maior parte das passeatas retratadas pelo periódico aconteceu nas ruas do centro da capital pernambucana e assim como a que foi trazida como exemplo, falam da presença dos meninos e meninas nos atos do Movimento.

Quando perguntamos para João Batista — um de nossos entrevistados que participou da equipe de elaboração do jornal *O Grito* — como ele chegou ao MNMMR, o atual educador social mencionou que foi através de um amigo que morava em seu bairro. De acordo com João, esse amigo teria participado da criação do núcleo de base *Artistas de Rua* (BATISTA JÚNIOR, informação verbal, 2021). Através de uma investigação das edições do periódico, encontramos uma notícia que trata sobre uma reunião para discutir a criação desse mesmo núcleo.

A matéria intitulada “Nasceu o Núcleo de Base Artistas de Rua” nos conta que 31 meninos assistidos pelo Grupo Ruas e Praças se reuniram no bairro dos Coelhos nos dias 29 e 30 de abril daquele ano de 1995. Junto com os 31 meninos, estava Gilson, um rapaz de 21 anos que passou a infância nas ruas. Parte de seu depoimento virou notícia do jornalzinho:

Gilson contou que discutiram sobre a organização dos meninos e meninas de rua e decidiram formar um novo núcleo de base do Movimento Nacional de Meninos e

¹⁰⁴ João e Tiago mencionaram que os exemplares do periódico chegavam nas escolas através da distribuição feita por meninos e meninas.

Meninas de Rua. O núcleo vai se chamar “Artistas de Rua”. Segundo ele, “o nome é porque cada um sabe fazer alguma coisa. E enquanto a prefeitura deixar, teremos espaço na rua para mostrar nossa arte. Por isso, somos os artistas de rua”, completou. (O GRITO, junho de 1995, p. 3).

Ao afirmar que a discussão com os meninos e meninas foi imprescindível para a criação de um núcleo de base do MNMMR, a notícia supracitada aponta para a autonomia e a participação desempenhada pelas crianças e adolescentes nesses núcleos, tais elementos aparecem nas publicações do Movimento como propósitos de tais espaços pedagógicos (MNMMR, 1994, p. 31). Também percebemos aqui, elementos da horizontalidade nas relações do MNMMR com os meninos e meninas, algo que remete ao conceito de participação protagônica trabalhado por Machieski (2019). Trazer tal notícia também é uma forma dialogar com os debates trazidos pelos entrevistados que foram evidenciados no segundo capítulo do presente trabalho.

Figura 14 - Imagem extraída da edição de junho de 1995 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

É comum encontrar nas notícias que tratam sobre a participação das crianças e adolescentes em eventos do MNMMR, os desejos e as demandas dos integrantes da entidade. Nesse sentido, algumas cartas abertas foram publicadas pelo “jornalzinho” ao longo do período de nosso recorte temporal. Elas foram construídas por meninos, meninas e educadores durante eventos e reivindicam melhores condições de vida para crianças e adolescentes. Nesse sentido, destacamos um exemplo de carta aberta publicada nas páginas do periódico:

Nós meninos e meninas da Região Nordeste, reunidos com muita alegria no II Encontro Regional de Meninos e Meninas de Rua, nos dias 13 a 15 de setembro, em Fortaleza, utilizamos este espaço para falar de nossas dores (realidades), para propormos [sic] formas de combater à violência e claro para falar de nossa esperança e de nossos sonhos. (O GRITO, outubro de 1996, p. 2).

Demonstrando uma acentuada preocupação com a violência, com a prostituição infanto-juvenil e lamentando a quantidade insuficiente de escolas públicas, tal carta aberta traz as proposições dos meninos e meninas integrantes do MNMMR para combater à violência. Tais propostas mencionam dois elementos que aparecem de forma recorrente nas edições do jornalzinho ao longo de nosso recorte temporal: uma campanha contra impunidade no âmbito dos crimes contra meninos e meninas em situação de vulnerabilidade, elemento retratado no trabalho do jornalista Gilberto Dimenstein (1990) e a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas (O GRITO, outubro de 1996, p. 3). Assim como prometido no início da notícia, os meninos e meninas deixam os seus sonhos na carta aberta:

- Resgate de nossa cultura, das brincadeiras, de roda, de circo;
- Sociedade sem meninos e meninas de rua;
- Pedaco de chão para os sem-terra;
- Liberdade;
- Sem desemprego;
- Meninos e meninas sem cortar cana e sim brincando;
- União dos meninos e meninas de rua, união entre todos.
- Família Feliz;
- Moradia, saúde, escola e paz;
- Cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Meninos e meninas dizendo não às drogas;
- Igualdade na sociedade, sem discriminação;
- Fim da violência, da prostituição, do trabalho infantil, de extermínio, de miséria;
- Poder brincar. (O GRITO, outubro de 1996, p. 3).

Analisando os sonhos mencionados percebemos que todos eles estão relacionados a uma proposta de sociedade mais justa para as crianças e adolescentes. De acordo com os princípios da entidade, é papel dos educadores e educadoras do MNMMR estimular que os meninos e meninas tomem decisões coletivas (MNMMR, 1988, p. 13), tal princípio dialoga com a proposta de uma carta aberta, haja vista que diálogos e acordos coletivos são necessários para selecionar o que será escrito e publicado.

Analisando as edições do periódico em série, é possível perceber que a demanda pelo cumprimento do ECA aparece inúmeras vezes em notícias sobre diversas temáticas ao longo da década de 1990. Nesse sentido, destacamos uma notícia que está próxima do fim de nosso recorte temporal, mas que é explicitamente dedicada a reivindicar o cumprimento de tal legislação: “O ECA está completando dez anos. Uma década desta lei fundamental, que garante os direitos das crianças e adolescentes de todo o Brasil. Mas ainda falta ser efetivamente implementada e respeitada.” (O GRITO, maio de 2000, ed. extra, p. 4).

Tal notícia representa uma continuidade da campanha que levou o lema: “O Estatuto esta aí. Só falta cumprir.” que permeou os eventos do MNMMR nos primeiros anos da década

de 1990, sobretudo, o III Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua¹⁰⁵ (O GRITO, abril de 1992, p. 4). Por muitas vezes, a educação aparece nas notícias de *O Grito* que falam sobre políticas públicas como elemento vital para solucionar a problemática dos meninos e meninas em situação de rua, nesse sentido, a edição extra de maio de 2000 propõe que “uma ação bem articulada entre governo e entidades da sociedade civil pode dar uma solução definitiva para o problema da criança e do adolescente de rua, com educação para todos.” (O GRITO, maio de 2000, ed. extra, p. 4).

Dessa forma, percebemos que no discurso encontrado nas páginas de *O Grito*, apesar de toda a articulação e do trabalho das entidades que lutavam pelos direitos das crianças e adolescentes, o cumprimento do ECA foi um desafio não superado no período de nosso recorte temporal (1988 a 2002). Organizar os meninos e meninas em torno de um debate sobre suas próprias condições de vida era um princípio da organização (MNMMR, 1988; 1990) e as notícias que trouxemos demonstram como *O Grito* representou um espaço de divulgação dos debates do MNMMR com os meninos e meninas acerca do seus próprios direitos.

Quando trata do papel dos títulos das matérias dos periódicos, a historiadora Maria Helena Capelato afirma: “Na feitura da manchete, os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extrair o máximo de efeito. Ela é uma arma de persuasão muito eficaz.” (CAPELATO, 1988, p. 17). Nesse sentido, entendemos que títulos como “Estatuto já”, “Criança não é caso de polícia” e “1, 2, 3 queremos nossas leis” constituem-se de palavras que expressam as demandas do MNMMR e tentam convencer os leitores a defender as pautas da entidade.

A importância dos relatos — ou de trechos de relatos — dos meninos e meninas para se construir as notícias do periódico que tratam dos eventos do MNMMR e das demandas da organização no âmbito político, evidenciam que as crianças e adolescentes tinham um papel de importância bastante significativa em todo processo. Ao tratar da dimensão de transformação política inerente ao fazer do Educador Social de Rua, o trabalho de Graciani afirma que garantir espaços de participação crítica para os meninos e meninas é importante para que participem da sociedade e lutem pelas suas demandas (GRACIANI, 1999, p. 223). Nesse sentido, entendemos a partir da análise do jornal *O Grito*, que os eventos do MNMMR

¹⁰⁵ A terceira edição do evento reuniu, mais uma vez, crianças de todo o Brasil e aconteceu em Brasília, como de costume. A delegação de Pernambuco contou com 32 meninos e meninas, 28 deles eram participantes dos núcleos de base do MNMMR no Estado (O GRITO, novembro de 1992, p. 1).

representaram esses espaços de participação crítica das crianças e adolescentes, que puderam até ter, em algumas ocasiões, as suas falas transformadas em notícias do jornal.

3.3. Os exemplares de *O Grito* analisados em sequência: as modificações no jornalzinho ao longo de nosso recorte temporal (1988-2002)

Do início ao fim de nosso recorte temporal (1988-2002), quatorze anos se passam e representam muitas modificações nas páginas do jornal *O Grito*. Apesar de manter seu tom denunciador e ser direto para falar de suas demandas, o periódico apresenta mudanças tanto nos aspectos de sua interface gráfica quanto no âmbito dos conteúdos de suas matérias.

O historiador José D'Assunção Barros considera os jornais como “forma específica de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade.” (BARROS, 2019, p. 159). Ao tratar do uso de periódicos como fontes históricas, o autor afirma que a própria criação de um jornal, implica em propor a continuidade das edições ao longo do tempo e ressalta a importância de analisar as edições dos periódicos em série.

Para nós, historiadores, isso é importante porque, através dos sucessivos exemplares periódicos de um mesmo jornal, encadeia-se uma história que precede a operação historiográfica. Precisamos sempre nos aproximar dessa história, pois não faz muito sentido analisar uma edição de um jornal separada das outras que a precederam a não ser como fonte de reforço para alguma informação mais específica. Mesmo que nos concentremos na edição que veio a público em determinado dia, o olhar para trás, para a série de edições anteriores, é incontornável para a análise historiográfica de um jornal. (BARROS, 2019, p. 164).

Dialogando com o trecho supracitado, entendemos a importância do trabalho historiográfico com as edições em série de um mesmo jornal. Dessa forma, buscaremos nos aproximar da história de *O Grito*, no sentido afirmado por Barros (2019).

Quando falamos da materialidade¹⁰⁶ do periódico sob nossa investigação, trouxemos as sugestões da historiadora Tania de Luca para o trabalho com esse tipo de fonte. Para a autora, analisar exemplares de diversas épocas de um mesmo jornal em sequência é algo que pode nos revelar aspectos ligados ao lugar social ocupado pelo periódico ao longo dos anos (LUCA, 2008, p. 131).

As tecnologias de impressão do material são apontadas pelo trabalho de Luca (2008) como um importante ponto a se investigar e que está relacionado à materialidade dos periódicos. Nesse sentido, empreendemos uma análise acerca dos procedimentos técnicos

¹⁰⁶ Tal discussão aparece no primeiro capítulo do presente trabalho.

relacionados à impressão do jornal, que foi viabilizada pelas informações apresentadas por Paulo Gonçalves, um de nossos entrevistados já aqui apresentados.

A partir da sua atuação enquanto diagramador do jornal desde a criação do periódico até os últimos anos da década de 1990, Paulo afirmou que nos primeiros anos do jornal a tecnologia utilizada era uma máquina de escrever e uma máquina *Composer*. Com a difusão e relativa popularização dos microcomputadores na década de 1990, todo o fluxo de produção da publicação é alterado, o jornalista nos conta:

A partir de 1995 (mais ou menos) passei a produzir tudo no computador. Recebia os manuscritos de Adriano e fazia todas as demais etapas com o programa *Page Maker*: redação, diagramação e arte final, produzida numa impressora a laser. Essa arte final seguia para a gráfica. (GONÇALVES, 2020, informação escrita).

Apesar da datação não tão precisa, a informação de Paulo aponta como o avanço das tecnologias impactou os aspectos técnicos do jornalzinho, revelando elementos da “história do periódico” no sentido afirmado por Barros (2019). Essa mudança impacta as feições de *O Grito*, porém, as ilustrações continuam sendo utilizadas no mesmo estilo. Apenas a partir da edição de maio do ano 2000, o jornal começa a trazer fotos, porém não é algo tão recorrente, muitas das edições dos anos de 2000, 2001 e 2002 não trazem nenhuma foto. Ressaltamos que os desenhos, que na maioria das vezes não eram assinados, eram feitos pelos meninos, meninas ou educadores da equipe de elaboração do jornal e são predominantes em todo nosso recorte temporal.

Consoante o avançar da investigação, encontramos respostas para perguntas e revisitamos nossa fonte, a cada nova visita descortinou-se um novo panorama, outra justificativa para uma mesma indagação. Quando analisamos as transformações no cabeçalho do jornal ao longo dos anos, percebemos várias mudanças no logotipo, parte escrita que representa seu nome de forma estilizada, e em sua logomarca, ícone que representa o jornal graficamente.

As mudanças que observamos no logotipo e na logomarca do periódico a partir da edição de número 30, publicada em junho de 1995, podem ter sido acompanhada de novas tecnologias para diagramação e arte final do jornal, mencionadas por Paulo Gonçalves. Dialogando com o apontamento de Luca (2008) sobre as variações notadamente apreensíveis na aparência dos exemplares, registramos os diferentes cabeçalhos do jornal ao longo dos anos através de uma montagem.

Figura 15 - Montagem com os diferentes cabeçalhos do jornal *O Grito* no período de 1988 até 2002.



Fonte: Montagem elaborada pelo próprio autor, a partir de edições do jornal que estão presentes no acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

Os cabeçalhos estão apresentados em ordem cronológica, ordenados de cima para baixo. Como podemos observar através da figura supracitada, a primeira mudança no cabeçalho do jornal ocorre apenas na logomarca representada por uma ilustração que mostra o busto de um garoto com as mãos no rosto simulando um grito. O referido cabeçalho que inaugura o jornal é substituído a partir da edição de junho de 1990. Esse segundo cabeçalho mantém o logotipo e acrescenta uma menina gritando na logomarca. Agora teríamos um menino e uma menina, e não apenas um menino como na primeira, fazendo um gesto que representa o ato de gritar. Essa alteração é bastante significativa e coerente com o Movimento,

que afirma em seus princípios uma constante articulação com movimentos sociais que lutam pelas causas relacionadas ao gênero, etnia, etc. (MNMMR, 1988).

A edição de setembro de 1993 inaugura uma mudança apenas no logotipo, agora, outra fonte passa a ser a referência para o nome do jornal em suas páginas iniciais. O quarto cabeçalho apresentado acima, que pode ser fruto do uso de novas tecnologias — mencionadas por Paulo Gonçalves — nos processos técnicos de redação, diagramação e arte final da publicação, alterou a logomarca e o logotipo de forma significativa a partir da edição de junho de 1995. O menino e a menina continuavam expressando o mesmo gesto, no entanto, agora a ilustração mostrava seus corpos inteiros. A fonte do título do periódico também foi alterada e o nome do MNMMR também passou a constar no cabeçalho.

A 35ª edição, publicada em setembro de 1996, traz uma alteração na fonte utilizada no logotipo, esse quinto cabeçalho passa a trazer a menina e o menino em um tamanho maior. A fonte utilizada no logotipo só volta a ser modificada na 72ª edição, em agosto de 2000 e outra fonte passa a ser usada no sexto cabeçalho.

Uma investigação sobre as modificações na dinâmica do conteúdo do jornalzinho nos demandou um volumoso trabalho de leitura e releitura, tal análise realizada com os exemplares ordenados de forma sequencial como sugerem Luca (2008) e Barros (2019), revelou surgimentos e mudanças que revestem a trajetória do periódico.

Nos primeiros anos do periódico, as notícias trazem nomes de pessoas envolvidas com as situações descritas nas notícias e de membros do MNMMR, mas não afirmam a existência de uma pessoa responsável por realizar as reportagens. É a partir da edição de setembro de 1991 que temos uma “correspondente de rua”, que aparece como uma repórter que presenciava os fatos, trazia detalhes e até expressava a sua opinião, o nome dela era Sônia.

A nossa "correspondente de rua", Sônia, nos mandou a seguinte notícia: No dia 12 de julho, foram assassinados dois meninos que lavavam carros atrás do cinema São Luiz. Chamavam-se Marinaldo de Brito e Janduir José do Monte. Marinaldo foi encontrado perto da ponte de Cavalheiro. E Janduir apareceu morto no domingo de tarde. Sônia lutou para enterrar o corpo de Janduir. Mas quando chegaram com o caixão, o IML já tinha enterrado. Sônia ficou bastante revoltada (O GRITO, setembro de 1991, p. 4).

A idade de Sônia não é revelada em nenhuma das edições pesquisadas, na realidade, as matérias que a mencionam são muito raras¹⁰⁷. No entanto, como as notícias quase sempre não

¹⁰⁷ A edição de maio de 1993 traz uma notícia escrita por uma pessoa que se chama Sônia e trabalha lavando para-brisas em frente ao cinema São Luiz, no entanto, além de não ter sua idade mencionada, não é possível concluir se essa pessoa é realmente a “correspondente de rua” (O GRITO, maio de 1991, p. 2).

eram assinadas, existe a possibilidade de termos muitas matérias trazidas pela “correspondente de rua” sem a menção de seu nome.

A próxima vez que o jornalzinho fala sobre os nomes de quem realiza suas reportagens é apenas em 1996, na notícia intitulada “1996: um ano quente”, que faz o seguinte anúncio: “O nosso jornal *O Grito*, vai esquentar neste ano. Israel, Messias, Amaro, Ronaldo, Ronald, Clóvis, Robson, juntos com Dudui, padre Antônio, Margarida e Adriano são os repórteres deste ano.” (O GRITO, maio de 1996, p. 4).

É importante pontuar que o termo “juntos” contido na notícia supracitada pode estar demarcando que os nomes que vêm antes dele sejam de crianças e adolescentes, haja vista que reconhecemos que Dudui, padre Antônio, Margarida e Adriano são adultos e membros do MNMMR. É provável que os 8 nomes masculinos que aparecem antes do “juntos” sejam de meninos dos núcleos de base do MNMMR que faziam parte da equipe de elaboração do jornal. Tal fato seria coerente ao quando voltamos os nossos olhares para as falas de João Batista, que começou a participar da elaboração de *O Grito* em 1997 e afirmou que a equipe costumava ter de 5 a 8 membros (BATISTA JÚNIOR, 2020, informação verbal). Destacamos também que o nome de Sônia não aparece aqui, um indício da sua saída do jornalzinho.

Além de Sônia, outra repórter também foi citada diretamente no jornal, sua primeira aparição foi na edição de novembro de 1998, chamava-se Adriana e a notícia “Violência ao vivo” é um relato da representante do periódico:

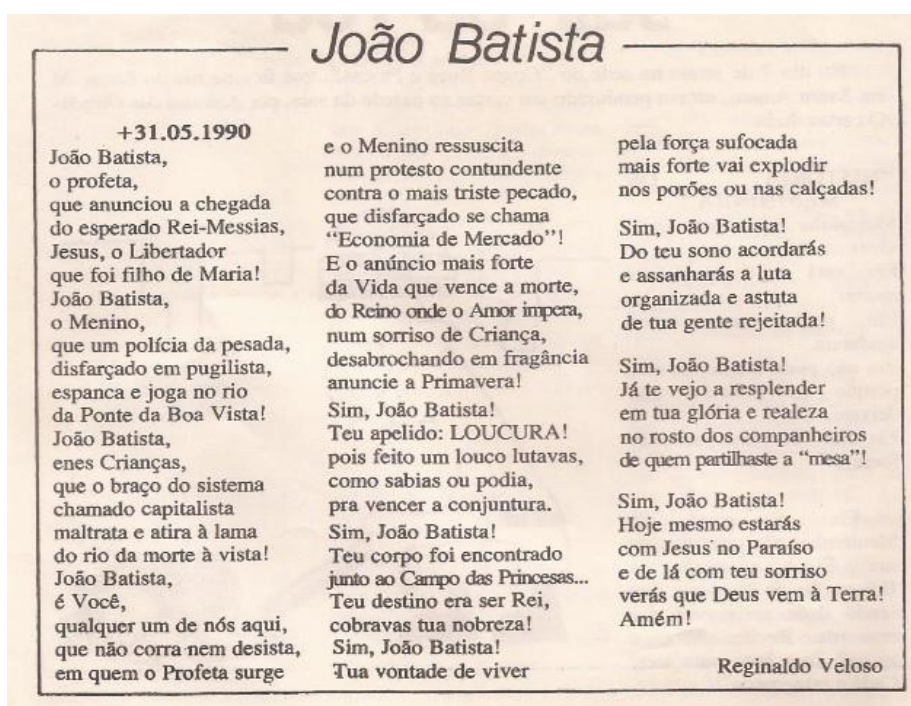
Adriana, repórter deste jornal, estava no ônibus quando viu um homem parar o carro, no bairro da Encruzilhada. O homem atravessou a rua, arrancou o seu cinturão e pegou um menino de rua que estava cheirando cola. Bateu no menino à vontade, na vista de todo mundo. Em seguida arrancou a cola da mão do menino, atravessou a rua, entrou no carro e continuou a sua viagem. Tranquilamente, como se não houvesse acontecido nada. (O GRITO, novembro de 1998, p. 4).

Não encontramos a idade de Adriana nas páginas do jornal, mas sabemos que ela foi enviada para cobrir o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. A partir da edição que introduz a repórter Adriana, as edições de 1999 a 2002 passam a utilizar o termo “um(a) repórter deste jornal” com uma certa frequência, antes disso, o aparecimento do termo “repórter” é um raridade. Outro ponto a se destacar na notícia supracitada, construída com base no relato de Adriana, é a questão da normalização das agressões aos meninos e meninas, problemática levantada no presente capítulo e apontada pelo trabalho do jornalista Gilberto Dimenstein como um elemento da impunidade que permeou os crimes contra crianças e adolescentes em situação de rua (DIMENSTEIN, 1990).

Quando o jornal começa a ser publicado, em agosto de 1988, apenas notícias são trazidas, sem elementos literários ou de entretenimento e sem um espaço para “recadinhos”, por exemplo, assim como podemos ver no jornal *Pé-de-Moleque*, aqui mencionado no primeiro capítulo. Levando em consideração que os jornais utilizam múltiplos artifícios para conquistar seus leitores, como afirmado pela historiadora Maria Helena Capelato, percebemos como o jornal *O Grito* tentou ir além das informações contidas nas notícias (CAPELATO, 1988, p. 15).

A partir da edição de junho de 1991, o jornal passa a trazer poemas e poesias para contrastar com as notícias de denúncias e reivindicações. O primeiro poema está relacionado com o “Crime da ponte”, o assassinato de um menino em situação de rua que foi jogado no Rio Capibaribe e acabou morrendo afogado. Debates sobre esse crime no presente capítulo. No dia que a morte do menino João Batista completara um ano, o padre Reginaldo Veloso escreveu um poema que foi publicado pelo jornalzinho.

Figura 16 - Imagem extraída da edição de junho de 1991 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

A edição extra de agosto de 1992 trata do assassinato de um adolescente chamado Cristiano que participava de trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Ruas e Praças. Como homenagem, o jornalzinho trouxe uma poesia que tinha sido escrita pelo menino no ano anterior.

Figura 17 - Imagem extraída na edição extra de agosto de 1992 do jornal *O Grito*.

No São João do
ano passado, Crie-
tiano escreveu a se-
guinte poesia:

Tem tanta fogueira
tem tanto balão.
Tem tanta
brincadeira
é o Ruas e Praças
brincando
o São João.
Sem o Ruas e
Praças
não tenho alegria
Só Ruas e Praças
é amizade e
alegria.

Cristiano
Recife, São João
de 1991

Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

Os dois poemas que trouxemos à tona foram construídos por causa da morte de dois adolescentes que viviam nas ruas do Recife. Tais textos são uma forma de homenagear, mas, no contexto em que estão inseridos, também fazem parte das denúncias. Vários poemas podem ser encontrados nas páginas do jornal ao longo do recorte temporal, todos eles estão inseridos no contexto das notícias das edições, a exemplo disso, a edição de maio de 1993 fala da importância do dia do trabalhador e traz o poema “Operário em construção” de Vinícius de Moraes, quase na íntegra (O GRITO, maio de 1993, p. 4). Por vezes, apresentações de um grupo de arte, música e dança chamado Daruê Malungo são mencionadas nas páginas do jornal e podemos encontrar um poema assinado por um membro de tal grupo na edição de junho de 1992.

Figura 18 - Imagem extraída da edição de junho de 1992 do jornal *O Grito*.

Crianças soltas na cidade

Não é mais que um cão que
ladra
querendo morder.
Nem um gato que mia
querendo todo leite beber.
Somos apenas crianças
famintas e fatigadas
cansadas de ser esperança
morrendo antes da hora
marcada.

Hoje eu grito e não desisto
Isso não pode acontecer
Crianças tirando do lixo
algo para comer.

Temos terra e sementes
Água, aqui, temos também
Só não temos justiça
e a culpa é de quem?

De quem é a culpa
dessa tal atrocidade
de quem é a culpa
das crianças soltas na cidade??

**Maureliano R. da Silva -
Daruê Malungo**

Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

A temática do poema e a temática da edição jornal são as mesmas, porém, as aparições do Daruê Malungo, no periódico, costumam falar de suas apresentações musicais¹⁰⁸. A partir das edições do ano de 1994, fica cada vez mais raro encontrar poemas. Mas em outubro desse mesmo ano, o jornalzinho passa a trazer, de forma esporádica, espaços destinados a evidenciar depoimentos de meninos e meninas dos núcleos de base da entidade, algumas vezes esses depoimentos carregam o nome de quem os escreveu e outras vezes não.

“Depois que eu comecei a participar do MNMMR, mudou várias coisas na minha vida. Eu vivia na rua, agora estou mais em casa. A casa do MNMMR é muito boa e fico mais segura lá”. - Rosália - Núcleo de Base - Centro (O GRITO, outubro de 1994, p. 4).

O exemplo supracitado é bastante representativo porque as temáticas desses depoimentos eram, em sua maioria, as mudanças positivas na vida desses meninos e meninas, provocadas por sua participação no MNMMR. Também encontramos mensagens positivas dos meninos e meninas, como no exemplo a seguir:

¹⁰⁸ Um exemplo é a notícia “Festa no Aeroporto” (O GRITO, setembro de 1991, p. 4).

Figura 19 - Imagem extraída da edição de maio de 1998 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

É importante ressaltar que depoimentos sobre as melhorias que o MNMMR trazia na vida dos meninos e meninas também aparecem em várias publicações de divulgação do Movimento e visam apresentar os impactos da atuação da entidade. A título de exemplo, a publicação *Organização de meninos e meninas de rua*, que trata da atuação do Movimento em Pernambuco (MNMMR, 2002) é permeada por depoimentos de meninos e meninas dos núcleos de base, de educadores e de militantes do MNMMR.

Durante os três últimos anos de nosso recorte temporal, 2000, 2001 e 2002, percebemos que o jornal tentou trazer elementos gráficos de entretenimento para contrastar ou complementar as suas notícias. Ao tratar sobre as ilustrações de cunho satírico nos periódicos, a historiadora Tania de Luca afirma que tais ilustrações podem nos revelar registros sociais significativos (LUCA, 2008, p. 135).

Nesse sentido, o jornal *O Grito* passa a publicar, a partir da edição de agosto de 2000, de forma esporádica, a tirinha intitulada “*Donzel*”, que traz apenas um personagem falando sozinho ou falando com alguém, mas os outros personagens não aparecem nos desenhos. Nas edições catalogadas no acervo do LAHIN, *Donzel* aparece apenas duas vezes, no entanto, não sabemos se volta a aparecer no período de 2002 a 2006, quando o jornal deixa de ser publicado e se aparece em alguma edição que não constava nos arquivos da sede do MNMMR e de Adriano e Helena Janssen. Abaixo trazemos um compilado das duas aparições de *Donzel*, em agosto e dezembro do ano 2000:

Figura 20 - Montagem elaborada a partir das edições de agosto e dezembro do jornal *O Grito*.

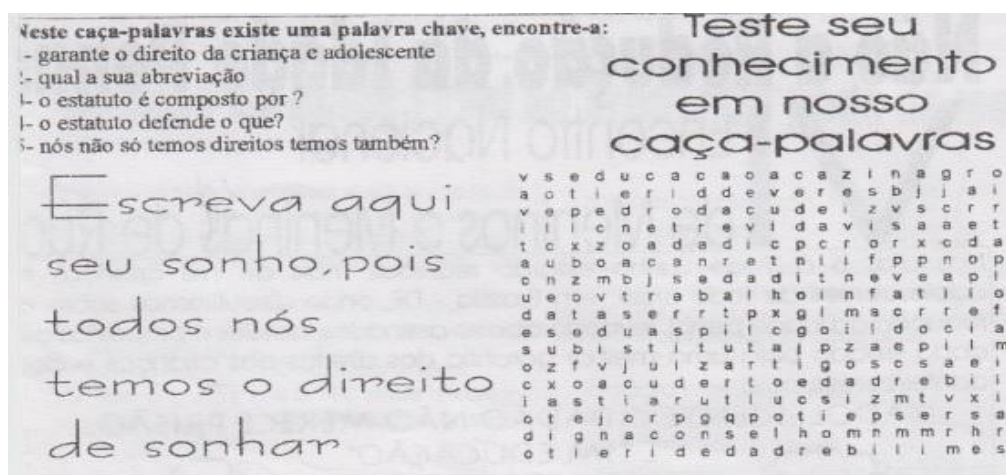


Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

Como pode ser observado, a tirinha trouxe críticas no âmbito sociopolítico e representou o posicionamento da entidade responsável pela sua elaboração. Além de apresentar uma certa “ingenuidade” característica do personagem, *Donzel* também traz as temáticas contidas nas edições em que aparece.

Em ordem cronológica, a edição de junho de 2002, é a última de nosso recorte temporal e traz outro elemento de entretenimento nas páginas do periódico, um caça-palavras.

Figura 21 - Imagem extraída da edição de junho de 2002 do jornal *O Grito*.



Fonte: Acervo do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN).

A temática central da edição era a defesa do ECA e a insatisfação com projetos políticos que estavam propondo a redução da maioria penal naquele momento (O GRITO, junho de 2002), dessa forma, o caça-palavras se apresenta também como um complemento dos debates da edição. Por ser a última edição de nosso recorte temporal, não sabemos se caça-palavras continuaram aparecendo.

De acordo com a historiadora Tania de Luca (2008, p. 132) os avanços tecnológicos fazem com que as letras impressas no papel tornem-se manchetes imateriais nas telas de computadores, nesse sentido, a última edição de nosso recorte temporal nos revela que o periódico estava seguindo tal fluxo:

É isso aí rapaziada, com o apoio do professor Edmar Câmara o nosso site está em construção, mas se você tem acesso a internet já pode nos visitar, o nosso endereço é: www.aumgrito.hpq.com.br VEJA, COMENTE, PARTICIPE, entre em contato com a gente pelo aumgrito@bol.com.br seus comentários serão muito importantes para nossa melhor qualidade na informação. (O GRITO, junho de 2002, p. 3).

O site está fora do ar e não conseguimos mais informações sobre ele nas outras publicações da entidade. Porém, a matéria intitulada de “O nosso Grito nos quatro cantos do mundo” demonstra a preocupação do MNMMR com a utilização de novas tecnologias para ampliar a divulgação de *O Grito*. Talvez a existência do site tenha sido um dos motivos para o fim da circulação dos exemplares, no ano de 2006, mas no momento da construção do presente trabalho não temos fontes que embasem tal hipótese.

A síntese que trouxemos possui o objetivo de pontuar as modificações mais significativas ao longo da trajetória do jornalzinho, evidenciando como os poemas, as tirinhas e outros elementos estavam conectados aos debates importantes para o periódico. Percebemos os elementos presentes nas feições gráficas e no conteúdo que o jornal apresentou, ao longo

dos anos de nosso recorte temporal, como formas de expressão dos meninos, meninas, educadores e educadoras e artifícios de persuasão no sentido afirmado por Capelato (1988). Tal análise foi importante para percebermos que o jornal não trazia apenas notícias e que assim como as demandas do MNMMR, apresentou diversas mudanças ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma preocupação em atribuir um lugar de destaque às ações de meninos e meninas em nossa produção historiográfica dialoga com a nossa intenção de analisar fontes que tragam elementos da atuação e do pensamento de crianças e adolescentes a partir de uma perspectiva histórico-social. Nesse sentido, trabalhar com uma fonte histórica gerada pelas próprias crianças e adolescentes reveste-se de relevância social e científica.

Analisar as ações dos meninos e meninas na construção das edições do jornal *O Grito* e na distribuição dos seus exemplares, constitui, como mencionam Moura e Arend (2020), a amplificação e o aprofundamento acerca das experiências vividas pelas crianças e adolescentes do Brasil.

Construir um discurso denunciador de um sistema excludente que colocava em risco, físico e psicológico, meninos e meninas das classes mais vulneráveis permeou a atuação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua ao longo de nosso recorte temporal. A partir da construção do presente trabalho, aponto o jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua* como tática de mobilização do MNMMR em Recife e elemento significativo na construção do discurso denunciador da referida organização.

Entendendo as maneiras de fazer como as diversas práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural, como afirma De Certeau (2014), abordamos elementos presentes nos processos de produção e circulação do periódico. Essa abordagem descortinou o papel do trabalho comunitário do MNMMR nos bairros recifenses.

O termo “jornalzinho” não é usado aqui para se referir ao tamanho físico nem à dimensão do jornal, a expressão aparece nas notícias de *O Grito* transparecendo o afeto que os meninos, meninas e educadores tinham pelo periódico, que é tido como muito relevante por outras publicações do MNMMR.

Enfatizamos que muitas das notícias encontradas nos exemplares tratavam sobre os bairros onde a atuação do Movimento era mais intensa, em paralelo, evidenciamos que os núcleos de base da entidade na capital pernambucana também eram vetores da distribuição dos exemplares do periódico.

Nesse sentido, entendemos os núcleos de base como espaços imprescindíveis para a construção de uma relação de diálogo entre as crianças e adolescentes das comunidades em que o Movimento atuava e os educadores da entidade. Esse diálogo, que possui feições de

parceria, é inerente ao trabalho do educador social como afirma Paulo Freire (1989). É oportuno ressaltar que o ato de ouvir os meninos e meninas no processo de construção das matérias de *O Grito* faz parte do trabalho de conquistar a “meninada”, no sentido afirmado por Graciani (1999), pretendido pelos educadores e educadoras sociais. Ressaltamos o papel desse trabalho de diálogo e conquista na efetivação do engajamento dos meninos e meninas que participaram da construção do “jornalzinho”.

A distribuição dos exemplares de *O Grito* em protestos e passeatas do MNMMR no Recife, elemento mencionado tanto na documentação do Movimento quanto nos relatos de memórias que trouxemos, reforça o caráter de mobilização que tinha o jornal.

A partir de nossa investigação, apontamos que a participação dos meninos e meninas integrantes do MNMMR nas atividades referentes ao “jornalzinho” poderia começar a partir de conversas e atividades nos núcleos de base, haja vista que as crianças e adolescentes levavam discussões que tiveram em tais espaços e notícias de seus bairros para as reuniões de elaboração das edições, que aconteciam na sede do MNMMR em Recife, geralmente às quartas-feiras. Faz-se pertinente, ressaltar que existia uma equipe destinada à elaboração das edições do jornal — da qual João Batista fez parte — que de acordo com as evidências apontadas nos relatos de memória que trouxemos à tona e nas próprias páginas do jornal, possuía de 5 a 8 membros. Essa equipe, que poderia ser composta por meninos e meninas de diferentes núcleos de base, participava do processo de escrita das matérias e da produção de desenhos. No entanto, meninos e meninas com outros papéis dentro das atividades do MNMMR também poderiam levar notícias para os jornais, como no caso da Comissão Sub-regional.

A investigação acerca da composição administrativa do MNMMR e de sua trajetória em Pernambuco trouxe à tona significativos dados sobre a quantidade e as especificidades dos núcleos de base do Movimento no estado em um período que se insere dentro de nosso recorte temporal. O nosso esforço também se desdobrou em um mapeamento dos municípios pernambucanos que sediaram os núcleos de base da organização no período abrangido por nosso período de análise. Direcionando nosso foco para o Recife, mapeamos também os bairros em que se situavam os núcleos de base do MNMMR na capital pernambucana no período em análise.

Trabalhar com relatos de memórias de três pessoas que participaram da construção do jornal *O Grito*, cada um a partir de um ponto de vista diferente, revelou-nos mais do que aspectos técnicos e vivências sobre a produção e circulação do periódico, descortinou os diferentes e múltiplos significados que esse “jornalzinho” possuía e ainda possui.

Quando adentramos nas minúcias do conteúdo das matérias do periódico, evidenciamos que a violência contra meninos e meninas e o debate sobre os direitos da criança e do adolescente são as temáticas que mais aparecem nas páginas de *O Grito*.

As denúncias do jornal que trouxemos à tona dialogam com dados e informações acerca da violência praticada contra crianças e adolescentes em grandes cidades do Brasil, nessa direção, ressaltamos que Recife estava entre as capitais mais perigosas no início da década de 1990. A articulação do MNMMR por uma mudança no panorama legal do país no âmbito da infância e adolescência, expressa principalmente pelas notícias que pediam pela promulgação do ECA, fica evidente de forma muito intensa nos dois primeiros anos de existência do jornal. A nossa análise centrou-se nas notícias que tratavam da participação das crianças e adolescentes que integravam o MNMMR em eventos da entidade que tinham o objetivo de debater os direitos e as políticas públicas relacionadas às infâncias e adolescências. As falas e reflexões de meninos e meninas que viraram notícias de *O Grito* remetem ao papel central deles na construção das matérias do periódico, um ponto de destaque em nossa análise.

Quando analisamos as edições do jornal em série, conseguimos perceber não apenas pelas variações no âmbito gráfico ao longo dos anos, apontadas por Luca (2008) como elemento importantíssimo para a análise do historiador, como também percebemos que, além de notícias, o periódico trouxe poesias, tirinhas e caça-palavras de forma esporádica, no entanto, todos esses elementos estavam sempre conectados aos debates característicos do “jornalzinho”.

Entendemos as notícias e desenhos presentes nas páginas de *O Grito* como expressões dos meninos, meninas e educadores que participaram de sua construção. Tais expressões desdobraram-se em tristes denúncias, indignadas reivindicações, relatos sobre manifestações e eventos organizados pela entidade, convites para atividades, reflexões sobre a vida em situação de rua e relatos das alegrias dos meninos e meninas.

Os perigos do mundo presentes nas ruas do Recife, mencionados por Adriano Janssen (1989), estão estampados nas páginas do periódico analisado por nós. Os espaços de circulação dos meninos e meninas que passavam a maior parte de seus dias nas ruas da capital pernambucana ou os que nelas viviam, os locais onde eram agredidos, e por vezes até assassinados por policiais ou civis, e até os espaços que frequentavam para se divertir aparecem em notícias que constituem registros históricos das experiências de crianças e adolescentes.

Um trabalho de análise ou até mesmo uma leitura curiosa do jornal *O Grito* possuem o potencial de ressignificar espaços das ruas, avenidas e calçadas do Recife, além de revelar que muitos problemas de duas ou três décadas atrás constituem permanências na cidade que continua a abrigar inúmeros meninos e meninas em situação de rua.

Por fim, para além do árduo debate teórico, dos atenciosos estudos no campo da metodologia e da atenciosa análise das fontes, a presente dissertação trata sobre mensagens e expressões construídas a partir de mãos de crianças e adolescentes, que dispuseram de um espaço para registrar suas vozes amplificadas em forma de gritos escritos e desenhados.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- AREND, Silvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 – 1989). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 29 - 47. jan./abr. 2015.
- AREND, Silvia Maria Fávero. **Filhos de criação: Uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)**. 2005. 447 fl. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARRA, Tiago Bruno Areal. **O papel formativo do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) na comunidade do Lagamar através da perspectiva dos participantes: uma experiência de construção da resiliência e do empoderamento**. 2015. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira - Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2015.
- BARROS, José D'assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Edição Digital. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BRASIL. Lei n. 6.697. **Código de Menores**. Brasília, 10 de outubro de 1979.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BOEIRA, Daniel Alves. **CPI do Menor: Infância, ditadura e políticas públicas (Brasil, 1975-1976)**. 2018. 258 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet**. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto; EDUSP, 1988.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **“Como Se Fosse Meu Filho”? As Crianças e suas Famílias no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (1860-1899)**. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CLEMENTE, Heliwelton do Amaral. **Trajatória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife na década de 1980**. 2018. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

COSTA, Joene Maria Crespo. **A educação popular em saúde na comunidade do Morro da Conceição Recife-PE: memória de líderes comunitários como atores políticos na configuração da política de saúde (1980-1995)**. 2016. 176 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A guerra dos meninos: assassinato de menores no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. Tradução: Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

FIGUEIREDO, Mauro Teixeira de. **O avesso da violência: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a luta pela cidadania para crianças e adolescentes no Brasil**. 1996. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educadores de rua: uma abordagem crítica**. Bogotá, Colômbia: UNICEF, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática da educação popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993

FREIRE, Paulo. SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. Tradução: Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, Moacir. **Interdisciplinaridade: atitude e método**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1999.

GALEANO, Eduardo Hughes. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, nº 47, 333-361, 2011.

GOHN, Maria da Glória. - Educação popular e movimentos sociais. In Org. DANILO R. Streck & Maria Teresa Esteban. **Educação Popular**; Lugar de Construção Social Coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GRACIANI, Maria Estela Santos. **Pedagogia Social de Rua**: Análise e sistematização de uma experiência vivida. 3ª ed. Instituto Paulo Freire (Coleção Perspectiva). São Paulo: Cortez Editora, 1999.

HUNT, LYNN. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JANSSEN, Adriano. **Porque tem meninos e meninas de rua**. Olinda: CCS Gráfica e Editora, 2013.

JANSSEN, Adriano. Nossos meninos e meninas de rua. **Folha dos Bairros**, Recife, ano III, n. 23, p. 4, 1 ago. 1989.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 79-103, jun. 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. rev. São Paulo: Edusp, 2001.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan. - jun. 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MACHIESKI, Elisângela da Silva. **Infâncias em processo**: direitos, famílias, (des)abrigo. Santa Catarina, década de 1990. 2019. 280 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, Menores**: faces da infância no Recife (1927-1937). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRPE. Recife, 2008.

_____. **Nos tempos das Febems**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985). 2014. 348 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2014.

_____. A cor do abandono: as crianças em situação de rua no Recife na ditadura civil-militar (1964-1985). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 155 - 179. jan./abr. 2015.

_____. Papai Noel como vigilância e punição: vivências e testemunhos de infâncias não vividas. **História Oral**, v. 21, n. 2, p. 31-42, jul./dez. 2018.

_____. Entre chegadas e partidas: do Projeto Alternativas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil, década de 1980). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 25, p. 200-222, 2021.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Rachar as palavras: ou uma história a contrapelo. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 37-62, junho, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Travessias e desafios. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 28, n. 1, p. 1-15, 2010.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. **O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890/1920)**. 1977. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1977.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de; AREND, Silvia Maria Fávero. Um norte em comum: infância no sul do Brasil na produção historiográfica brasileira. *In*: CARDOZO, José Carlos da Silva *et al*, (org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2020. p. 35-56.

MOURA, Vera Lúcia Braga. **A invenção da infância**: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906 – 1929). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MÜLLER, Fernanda; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. A infância pesquisada. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 465-480, setembro, 2009.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). 2006. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2006.

NICODEMOS, Alessandra. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: aspectos históricos e conceituais na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, [s. l.], v. 12, n. 24, p. 170-197, julho -

dezembro 2020. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/12386>. Acesso em: 26 mar. 2021.

NUNES, Thiago Oliveira Lima. **Pé de Moleque: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a imprensa alternativa (1980-1990)**. 2017. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 135-158, mar. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 de julho de 2020.

PEREIRA, Antonio. A Educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR): A Contribuição do Projeto Axé na legitimação da Pedagogia Social de Rua. **Educação em Revista**, v. 12, n. 2, p. 125-144, 1969.

PEREIRA, Ivonete. Universo infanto-juvenil: a historicidade da infância no Brasil. *In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007.

PERIM, Marcelo Fagundes. **O lúdico e o trabalho como elementos formadores na vida cotidiana das meninas do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Florianópolis**. 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. *In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

PORTELLI, A. História Oral e Poder. I: Mnemosine. Tradução de L.H.S. Blume e H.C.B. Rodrigues. **Revista eletrônica do Instituto de Psicologia da UERJ**. vol. 6. n. 2, p. 2-13. 2010.

PRIORE, Mary Del. **História da Criança no Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contexto, 1991.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise o protagonismo juvenil**. 2008. 332 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2008.

RIZZINI, Irene. **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/AMENCA, 1993.

RIZZINI, Irene *et al.* **A efetivação de políticas públicas no Brasil:** o caso das políticas para crianças e adolescentes em situação de rua. Rio de Janeiro: PUC-Rio; CIESPI, 2011.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do. População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 105-122, abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151960892019000100105&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de dezembro de 2020.

ROSSATO, Geovanio Edervaldo. Infância abandonada e Estado Infância abandonada e Estado de Bem-Estar no Brasil: de menor marginalizado a meninos e meninas de rua. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 17-24, 2008.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Benedito *et al.* Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. *In:* ASSIS, S. G. *et al.* **Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 19-65.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In:* BURKE, Peter (org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-62.

SOUSA, Inara Bezerra Ferreira. **O jornal Movimento:** a experiência na luta democrática. 2014. 118 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: proposta metodológicas. *In:* FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

UNICEF. **30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança:** avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil. São Paulo: UNICEF, 2019.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino:** o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII. 1988. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Maternidade negada.** *In:* PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FONTES DOCUMENTAIS

• Documentos e publicações de divulgação do MNMMR

MNMMR; IBASE; NEV-USP. **Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1991.

MNMMR. Documento de teses e propostas aprovadas na III Assembléia Nacional. Edição Preliminar. Brasília: MNMMR, 1988. Acervo: LAHIN.

MNMMR. **Teses e Propostas: IV Assembleia Nacional** (agosto 1990). Brasília: MNMMR (Gestão 1990-1992), 1990. Acervo: LAHIN.

_____. **Uma trajetória de luta e trabalho em defesa da criança e do adolescente**. Coleção: Cadernos de Defesa de Direitos, Série 3. São Paulo: MNMMR/UNICEF, 1994.

_____. **Meninos e Meninas Revivendo sua História: 10 anos (1985-1995)**. Recife: MNMMR-PE, 1995. Acervo: LAHIN.

_____. **Diga aí menino! Fale aí, menina!**. Recife: MNMMR-PE/Save the Children (UK/BRASIL), 1996. Acervo: LAHIN.

_____. **Organização de meninos e meninas de rua: a arte de educar para a vida**. Recife: Comissão Estadual do MNMMR de Pernambuco, 2002.

Edições do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, agosto de 1988. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, outubro de 1988. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, julho de 1989. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, setembro de 1989. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, edição extra de setembro de 1989. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, novembro de 1989. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, maio de 1990. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, junho de 1990. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, outubro de 1990. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, junho de 1991. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, agosto de 1991. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, setembro de 1991. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, abril de 1992. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, junho de 1992. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, edição extra de agosto de 1992. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, outubro de 1992. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, novembro de 1992. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, maio de 1993. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, setembro de 1993. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, novembro de 1993. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, dezembro de 1993. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, maio de 1994. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, agosto de 1994.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, outubro de 1994.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, junho de 1995.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, agosto de 1995.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, edição extra de
setembro de 1995. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, novembro de
1995. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, maio de 1996.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, julho de 1996.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, agosto de 1996.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, setembro de 1996.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, outubro de 1996.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, março de 1997.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, maio de 1997.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, agosto de 1997.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, outubro de 1997.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, edição extra de
outubro de 1997. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, dezembro de
1997. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, abril de 1998.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, maio de 1998.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, agosto de 1998.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, outubro de 1998.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, novembro de
1998. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, março de 1999.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, agosto de 1999.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, janeiro de 2000.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, março de 2000.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, abril de 2000.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, maio de 2000.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, agosto de 2000.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, dezembro de
2000. Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, abril de 2001.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, junho de 2001.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, maio de 2002.
Acervo: LAHIN.

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. MNMMR-PE. Recife, junho de 2002.
Acervo: LAHIN.

Outros periódicos do MNMMR

- GRITO DE LIBERDADE. MNMMR-MA. São Luís, outubro de 1992. Acervo: LAHIN.
- PÉ DE MOLEQUE. MNMMR. Brasília, ano I, n. 6, setembro de 1992. Acervo: LAHIN.
- PÉ DE MOLEQUE. MNMMR. Brasília, ano II, n. 9, novembro de 1993. Acervo: LAHIN.
- PÉ DE MOLEQUE. MNMMR. Brasília, ano III, n. 10, junho de 1994. Acervo: LAHIN.
- PÉ DE MOLEQUE. MNMMR. Brasília, ano III, n. 11, outubro de 1994. Acervo: LAHIN.
- PÉ DE MOLEQUE. MNMMR. Brasília, ano IV, n. 14, agosto de 1995. Acervo: LAHIN.
- PÉ DE MOLEQUE. MNMMR. Brasília, ano V, n. 15, julho de 1996. Acervo: LAHIN.
- PÉ DE MOLEQUE. MNMMR. Brasília, ano VII, n. 23, junho de 1998. Acervo: LAHIN.
- PÉ DE MOLEQUE. MNMMR. Brasília, ano VII, n. 24, agosto de 1998. Acervo: LAHIN.

Entrevistas

BATISTA JÚNIOR, João. Depoimento [agosto de 2020]. Entrevistador: Heliwelton do Amaral Clemente. Recife: UFRPE. Realizada através de videochamada. 1 arquivo .mp4 (94 minutos). Entrevista concedida para a pesquisa sobre o jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*.

SANTOS, Tiago Felipe Leite dos. Depoimento [janeiro de 2021]. Entrevistador: Heliwelton do Amaral Clemente. Recife: UFRPE. Realizada através de videochamada. 1 arquivo .mp4 (24 minutos). Entrevista concedida para a pesquisa sobre o jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*.

GONÇALVES, Paulo. Depoimento [agosto de 2020]. Entrevistador: Heliwelton do Amaral Clemente. Recife: UFRPE. Questões abertas em arquivo eletrônico (9 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre o jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*.

Filmografia

CRIANÇAS Abandonadas - II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Direção de Tânia Quaresma. Brasília: Câmera 4; MNMMR; CPCE-UnB, 1989. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_VPL6-hSJbY&t=379s. Acesso em: 08/12/2020.